

Textos  
e  
Documentos  
3

# HISTÓRIA MODERNA

ATRAVÉS DE TEXTOS



ADHEMAR MARQUES  
FLÁVIO BERUTTI  
RICARDO FARIA

HISTÓRIA  
CONTEXTO



# Textos e Documentos 3

*Conceito de modernidade; crise do feudalismo; transição feudalismo/capitalismo; Estado absolutista; expansão, colonização e mercantilismo; Renascimento; Reformas; e mentalidades e cotidiano* são os temas selecionados para esta coletânea de 84 textos de História Moderna.

Fruto de anos de pesquisa e trabalho em sala de aula, esta obra de Adhemar, Flávio e Ricardo, professores universitários e de 2º grau de Belo Horizonte, propõe um curso de História Moderna através de textos. Precedidos de introduções explicativas e complementados por sugestões de trabalho e bibliografia, os textos representam opção inovadora para professores criativos e alunos inquietos, permitindo o aprofundamento adequado ao nível de cada classe.

Livro obrigatório para professores e alunos de História tanto na universidade como no 2º grau e recomendado para cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Direito e Educação.

EDITORIA  
**CONTEXTO**



9 788572 144



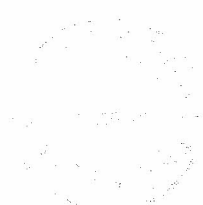
Adhemar Martins Marques  
Flávio Costa Berutti  
Ricardo de Moura Faria

---

# HISTÓRIA MODERNA

ATRAVÉS DE TEXTOS

Textos  
e  
Documentos  
3





---

Copyright © 1989 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

*Projeto de capa:* Ebe Cristina Spadaccini  
*Ilustração de capa:* *As três graças*, Jean Baptiste Regnault  
(1754-1829)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

História moderna através de textos / [seleção de] Adhemar Martins  
Marques, Flávio Costa Berutti, Ricardo de Moura Faria – 10. ed. – São  
Paulo: Contexto, 2003. – (Coleção textos e documentos; 3)

Bibliografia  
ISBN 85-7244-119-0

1. História Moderna. I. Marques, Adhemar Martins. II. Berutti, Flávio  
Costa. III. Faria, Ricardo de Moura. IV. Série.

89-0097

CDD-909.08

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. História Moderna, 1450/1500 909.08

EDITORA CONTEXTO  
Diretor editorial: Jaime Pinsky  
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa  
05083-110 – São Paulo – SP  
PABX: (11) 3832 5838  
contexto@editoracontexto.com.br  
www.editoracontexto.com.br

---

2003

Proibida a reprodução total ou parcial.  
Os infratores serão processados na forma da lei.

|     |                                                                                                  |    |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| I   | – CONCEITO DE MODERNIDADE . . . . .                                                              | 9  |
|     | 1. Caracterização da Europa Moderna . . . . .                                                    | 10 |
|     | 2. Introdução à História Moderna . . . . .                                                       | 11 |
|     | 3. A vida de Galileu . . . . .                                                                   | 14 |
|     | 4. Dom Quixote de la Mancha . . . . .                                                            | 16 |
|     | 5. Dom Quixote – Um apólogo da alma ocidental . . .                                              | 17 |
|     | 6. A Mandrágora . . . . .                                                                        | 18 |
|     | 7. Macbeth . . . . .                                                                             | 20 |
| II  | – A CRISE DO FEUDALISMO . . . . .                                                                | 22 |
|     | 8. A crise geral . . . . .                                                                       | 23 |
|     | 9. Crise do feudalismo e trabalho servil . . . . .                                               | 25 |
|     | 10. A Jacquerie (1358) . . . . .                                                                 | 31 |
|     | 11. As revoltas de Gand (1381) e de Paris (1382) . . .                                           | 32 |
|     | 12. A peste negra em Florença . . . . .                                                          | 33 |
|     | 13. A mentalidade do mercador à época da crise do<br>feudalismo . . . . .                        | 35 |
| III | – A TRANSIÇÃO FEUDALISMO/CAPITALISMO:<br>EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO . . . . .                     | 38 |
|     | 14. A conversão das terras de cultura em terras<br>de pastagem . . . . .                         | 39 |
|     | 15. A Utopia . . . . .                                                                           | 40 |
|     | 16. Habitação <i>versus</i> progresso . . . . .                                                  | 43 |
|     | 17. Leis perseguindo os expropriados a partir<br>do século XV. Leis reduzindo salários . . . . . | 44 |
|     | 18. A acumulação de capital . . . . .                                                            | 47 |
|     | 19. A indústria caseira . . . . .                                                                | 50 |
|     | 20. A indústria na Inglaterra no século XVI . . . . .                                            | 51 |
|     | 21. O surgimento do capital industrial . . . . .                                                 | 52 |



|     |                                                                                    |    |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| IV  | – O ESTADO ABSOLUTISTA<br>NA EUROPA MODERNA .....                                  | 54 |
| 22. | A “Revolução” Política: A “Modernidade”<br>do Estado .....                         | 55 |
| 23. | Monarquias Absolutas .....                                                         | 56 |
| 24. | O poder de Luís XIV .....                                                          | 58 |
| 25. | Memórias de Luís XIV para a instrução do Delfim .....                              | 58 |
| 26. | O Príncipe .....                                                                   | 59 |
| 27. | O Estado segundo Hobbes .....                                                      | 60 |
| 28. | A teoria do direito divino dos reis .....                                          | 61 |
| 29. | O poder real segundo Jean Bodin .....                                              | 62 |
| 30. | O Estado absolutista, Estado feudal .....                                          | 63 |
| 31. | O Estado absolutista, Estado capitalista .....                                     | 64 |
| 32. | Os Estados são os maiores empreendedores<br>do século .....                        | 66 |
| V   | – EXPANSÃO, COLONIZAÇÃO, MERCANTILISMO .....                                       | 67 |
| 33. | O descobrimento do Cabo das Tormentas .....                                        | 68 |
| 34. | Os portugueses na Índia alarmam os italianos ....                                  | 69 |
| 35. | Carta de Pero Vaz de Caminha .....                                                 | 70 |
| 36. | O Impacto da chegada dos Europeus à América ..                                     | 71 |
| 37. | A Primeira Viagem de Volta ao Mundo .....                                          | 75 |
| 38. | Religião e Descobrimientos .....                                                   | 76 |
| 39. | Mecanismos da conquista colonial<br>– As formas de conquista .....                 | 77 |
| 40. | Breve relação da destruição das Índias .....                                       | 80 |
| 41. | O sistema colonial .....                                                           | 81 |
| 42. | O objetivo das colônias .....                                                      | 83 |
| 43. | Mercantilismo – os antecedentes medievais .....                                    | 83 |
| 44. | O mercantilismo como sistema de poder .....                                        | 84 |
| 45. | O ato de navegação inglês de 1660 .....                                            | 86 |
| 46. | O mercantilismo segundo Colbert .....                                              | 87 |
| 47. | Introdução de novas indústrias pelo Estado .....                                   | 88 |
| 48. | O Mercantilismo Inglês .....                                                       | 89 |
| 49. | Os tesouros da América e da Espanha .....                                          | 89 |
| VI  | – O RENASCIMENTO .....                                                             | 92 |
| 50. | A religião e o espírito do Renascimento .....                                      | 93 |
| 51. | A crítica de Rabelais ao clero .....                                               | 94 |
| 52. | Exortação ao Amor.<br>Do Amor simples e do Amor recíproco .....                    | 95 |
| 53. | Um Humanista define “O Humanista” .....                                            | 96 |
| 54. | De como o pintor se torna senhor de todas as pessoas<br>e de todas as coisas ..... | 97 |
| 55. | O sistema de Copérnico .....                                                       | 98 |

|     |                                                      |     |
|-----|------------------------------------------------------|-----|
| 56. | Acerca do infinito, do universo e dos mundos . . . . | 98  |
| 57. | Indivíduo e liberdade . . . . .                      | 99  |
| 58. | Entrevista . . . . .                                 | 100 |

## VII – AS REFORMAS . . . . . 103

|     |                                                                  |     |
|-----|------------------------------------------------------------------|-----|
| 59. | As causas da Reforma . . . . .                                   | 104 |
| 60. | A Alemanha de 1517 e Lutero . . . . .                            | 113 |
| 61. | Algumas das teses de Lutero . . . . .                            | 119 |
| 62. | Decisões do Concílio de Trento . . . . .                         | 120 |
| 63. | Decreto do Concílio de Trento sobre<br>as indulgências . . . . . | 121 |
| 64. | As origens da Contra-Reforma . . . . .                           | 122 |
| 65. | Sobre a tortura . . . . .                                        | 123 |
| 66. | Guerras camponesas na Alemanha . . . . .                         | 126 |
| 67. | Manifesto dos camponeses Alemães – 1525 . . . .                  | 127 |

## VIII – A CRISE DO SÉCULO XVII . . . . . 130

|     |                                                                   |     |
|-----|-------------------------------------------------------------------|-----|
| 68. | Um mundo em crise . . . . .                                       | 131 |
| 69. | A crise geral da economia européia<br>no século XVII . . . . .    | 132 |
| 70. | A teoria da revolução geral na Europa<br>do século XVII . . . . . | 136 |
| 71. | A crise geral do século XVII . . . . .                            | 140 |

## IX – MENTALIDADES E COTIDIANO . . . . . 143

|     |                                                                                  |     |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 72. | A vida cotidiana à época do Renascimento . . . . .                               | 144 |
| 73. | Cultura popular e cultura dominante . . . . .                                    | 145 |
| 74. | A condição camponesa na Itália renascentista . . . .                             | 147 |
| 75. | Miséria e insegurança em Paris,<br>no tempo do rei Sol . . . . .                 | 148 |
| 76. | Comida e bebida . . . . .                                                        | 150 |
| 77. | A prostituição . . . . .                                                         | 151 |
| 78. | A sexualidade: da doutrina da Igreja<br>à realidade dos comportamentos . . . . . | 153 |
| 79. | A repressão sexual na Europa moderna . . . . .                                   | 156 |
| 80. | A obsessão das bruxas na Europa<br>dos séculos XVI e XVII . . . . .              | 157 |
| 81. | A condição da criança antes de 1760 . . . . .                                    | 159 |
| 82. | A mulher na época do renascimento . . . . .                                      | 160 |
| 83. | A violência dos costumes na Itália do século XV .                                | 161 |
| 84. | Pelo Prazer de Trair – uma novela renascentista . .                              | 162 |

## X – BIBLIOGRAFIA . . . . . 166





Uma das maiores dificuldades para aqueles que se dedicam ao estudo da “época moderna” é, não apenas a questão da periodização, mas, sobretudo, a caracterização do período. O “mundo moderno” se reveste de uma série de especificidades que podem, em linhas gerais, ser analisadas, tomando-se como referência a percepção que alguns homens tiveram de que estavam vivendo um novo tempo. Partindo deste pressuposto, os textos selecionados para a definição de um conceito de modernidade não poderiam deixar de contemplar as vozes daquela época.

A “época moderna”, enquanto objeto de estudo, compreende o período que se estende da crise da sociedade feudal européia no século XIV às revoluções democrático-burguesas dos séculos XVII-XVIII. Evidentemente, esta periodização pode e deve ser questionada se o estudioso tem como referência outros parâmetros. Aprofundar a discussão sobre esta questão não é o objetivo do presente trabalho, embora achemos importante chamar a atenção do leitor para este aspecto, uma vez que outros manuais podem trabalhar com periodizações diferentes.

A modernidade pode ser conceituada sob diversos ângulos. Não nos preocupamos, neste momento, com as questões estruturais, optando pela tentativa de perceber a modernidade através do estudo de trechos de autores da época, que tiveram a sensibilidade de captar a construção de um novo mundo, em síntese, de um novo homem.

Foram incluídos, ainda, textos de autores contemporâneos, estudiosos do tema, a fim de que o leitor entre em contato com outras perspectivas e interpretações.

As perguntas que se seguem ajudarão a compreender e determinar melhor o sentido da expressão *modernidade*.

1. Quais são as características apresentadas por Trevor-Roper para o período compreendido entre o Renascimento e o Iluminismo?
2. Quais os critérios propostos pelo professor Falcon para a compreensão do mundo moderno?
3. Como reconhecer o “novo homem moderno” a partir da leitura dos textos de Brecht, Cervantes, Maquiavel e Shakespeare?

---

\* Esta coletânea foi organizada por Adhemar Martins Marques, professor de história moderna e contemporânea na PUC-MG; Flávio Costa Berutti, professor de história moderna, na PUC-MG; e Ricardo de Moura Faria, professor titular de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.

4. É possível estabelecer um paralelo entre o texto original de Cervantes e a análise de San Tiago Dantas. Como a análise pode nos ajudar a compreender com mais clareza a perspectiva de um novo tempo apresentada por Cervantes?

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA EUROPA MODERNA

H. R. Trevor-Roper

*No trecho selecionado a seguir, o autor procura captar em linhas gerais, o período compreendido entre 1500 e 1800, apresentando seus traços essenciais e estabelecendo uma vinculação entre a Renascença e o Iluminismo. Trata-se de uma reflexão oportuna para se compreender a questão da modernidade sob o ângulo da continuidade, ressaltando, porém, os cortes e transformações ocorridos no quadro geral da sociedade européia.*

Se considerarmos os trezentos anos de história européia que vão de 1500 a 1800, poderemos considerá-los, de uma maneira geral, como um período de progresso. Começa com o Renascimento e acaba com o Iluminismo; e estes dois processos são em muitos aspectos contínuos: o segundo deriva logicamente do primeiro. Por outro lado, este progresso está longe de ser suave. É irregular tanto no espaço, como no tempo. Há períodos de acentuada regressão, e quando o progresso geral recomeça após essa regressão, não se retoma necessariamente nas mesmas áreas. No século XVI o progresso parece, à primeira vista, geral. É um século de expansão quase universal na Europa. Mas no início do século XVII verifica-se uma crise profunda que afeta de uma maneira ou de outra a maior parte da Europa; e depois disso, quando o progresso geral é reatado, após 1660 é-o com uma diferença considerável: uma diferença que se acentua ainda nos anos seguintes. Os anos de 1620-60 parecem assinalar um grande hiato num avanço que, de outro modo seria regular. Se quisermos caracterizar brevemente todo este período, poderemos dizer que o primeiro grande período, os 120 anos compreendidos entre 1500 e 1620, foi a idade da Renascença européia, uma época em que a liderança econômica e intelectual da Europa provém ou parece provir do Sul, de Itália e Espanha; o período de 1620-60 pode ser descrito como o da revolução; e o segundo grande período, o que vai de 1660 a 1800, seria a idade do Iluminismo, época em que as grandes realizações da Renascença foram reatadas e elevadas a novos píncaros, mas a partir de novas bases. A Espanha e a Itália tinham estagnado, intelectual e economicamente; em ambos os campos a liderança passou para as nações do norte, e, em particular, para a Inglaterra, a Holanda e a França. Tal como as nações do norte se viravam para os países mediterrâneos em busca de novas idéias no primeiro período, no segundo foram as nações mediterrâneas a voltarem-se para o norte.

Trevor-Roper, H. R. *Religião, Reforma e Transformação Social*. Lisboa, Editorial Presença, 1981, p. 13.

## 2. INTRODUÇÃO À HISTÓRIA MODERNA

Francisco José Calazans Falcon

*O texto do professor Falcon aborda a questão da modernidade estabelecendo novos critérios para a compreensão do "mundo moderno". Deve-se destacar a complexidade do tema que não comporta esquematismos ou datas-limites, uma vez que ao "moderno" contrapõe-se o "antigo", e, neste sentido, torna-se ainda mais difícil encontrar a modernidade, pois esta questão nos leva ao problema das rupturas e das continuidades. O autor chama a atenção para um outro aspecto nem sempre levado em consideração pelos que se preocupam com o estudo do "mundo moderno": a significação ideológica que permeia a noção de Idade Moderna.*

Mundo moderno. À primeira vista talvez haja muito poucas outras noções, dentre aquelas habitualmente manejadas pelo professor de História, que contenham uma dose tão considerável de fluidez e incerteza. Os compêndios referem-se ao "Início dos Tempos Modernos" e à "Idade Moderna" como se tratando de coisas absolutamente claras, evidentes mesmo. Mas, a rigor, o que vem a ser definir-se uma época como "moderna"? Contrastar o atual, o recente, ao que é velho e ultrapassado, seria uma resposta possível a essa pergunta, comprovada através das ideologias que se pretendem inovadoras face ao existente, negação do *status-quo*, origem assim de sucessivas "modernidades". Por que tendemos, no entanto, a absolutizar o "moderno", fixando-o naquele espaço-tempo único que seria a Idade Moderna?

A noção de "moderno" não basta por si só para dizer algo de concreto ou definitivo sobre o período que queremos analisar. Modernos foram os nominalistas medievais, os humanistas do Renascimento, e aqueles que, no século XVII, travaram formidável batalha contra os "antigos". Só aos poucos, nas sociedades ocidentais, foi havendo uma tomada de consciência quanto à modernidade nascente, em cujo seio já se vislumbra, indecisa, a teoria do progresso. Foi a partir daí que se originou a noção de uma História Moderna, distinta enquanto época daquelas que lhe haviam precedido.

Noção ambígua, consagrada no entanto desde o século XVII por Cellarius<sup>1</sup> e assim historicamente fixada, o "moderno" incorpora-se depois ao jargão daqueles cientistas sociais que se referem à "modernização" num sentido simultaneamente intemporal e ligado a

uma certa visão histórica do “moderno”. É aí que cabe ao historiador e ao professor refletirem sobre a significação ideológica mais ampla e profunda daquela noção, constituindo-se numa forma eficaz de evitar ou ocultar qualquer referência às formações sociais concretas, suas estruturas, e aos conceitos que os explicitam.

Julgamos que a primeira identificação que deveríamos sempre fazer é entre essa “Idade Moderna” que todos conhecemos e o período de transição do feudalismo ao capitalismo na Europa centro-ocidental. São as mudanças então ocorridas, em ritmos e intensidades diversos conforme a sociedade, que formam o núcleo básico dessa transição. Nela destacaremos não as transformações econômicas, em geral bem mais conhecidas, mas as de caráter político e ideológico, para podermos explicitar as principais características dos processos mentais e políticos, das novas visões do mundo, e das distintas formas de pensamento.

Começemos pelos processos, cujo traço comum e fundamental é “a passagem da transcendência à imanência, da verticalidade à horizontalidade”<sup>2</sup>. A nova forma de situar as relações homem-natureza, a luta da Igreja contra o espírito matemático-natural expressam-se através de Giordano Bruno e de Galileu Galilei – “Porém o que não toleravam (as autoridades eclesiásticas) porque ameaçava os pilares do sistema, era o novo conceito de verdade anunciado por Galileu”<sup>3</sup>. Ao lado da verdade revelada, haverá agora uma verdade da natureza, autônoma, com sua própria linguagem e suas leis, ao alcance do homem. Contra a transcendência afirmar-se-á, para a natureza e para o próprio conhecimento, o princípio da pura imanência.

No âmbito específico das práticas políticas e econômicas, aquela passagem assumiu uma característica decisiva: a secularização, quer dizer, a emancipação, de cada um dos campos particulares do conhecimento e das práticas a eles associadas, da tutela exercida até então pela metafísica e pela teologia. A antiga visão finalista, própria de um universo mental dominado pela revelação e monopolizado por um setor privilegiado da sociedade – o eclesiástico –, cede lugar pouco a pouco, diante da imanência, possibilitando uma nova visão do mundo: terrena e humana, ou seja, imanente, natural, racional.

O processo de secularização ou laicização tendeu a opor cada vez mais a razão à religião, o humano ao divino, o natural ao sobrenatural, tendo seu ponto culminante nas “Luzes” do século XVIII. O sentimento religioso, as superstições, o misticismo, o “irracional” enfim, nem por isso desaparecem de cena. Há, isto sim, uma redistribuição das áreas ocupadas respectivamente pelo secular e pelo eclesiástico, pelo imanente e pelo transcendente, pelo sagrado e pelo profano. Refluindo aqui, espalhando-se alhures, o religioso fortaleceu-se ou reformulou-se em muitas outras direções. Não esqueçamos

que o “Século da Ilustração” foi também um século de “Iluminismo”<sup>4</sup>.

A seguir, dois outros processos também fundamentais: o do racionalismo e o do individualismo. O racionalismo vem implícito na própria legalidade que supõe imanente à natureza. Homem e mundo racionais tornam-se partes da mesma realidade. A razão do sujeito reencontra-se na racionalidade do objeto, como pressuposto da validade e da própria possibilidade do conhecimento. O individualismo, associado à descoberta do mundo e do homem, típica do movimento renascentista, é a forma de expressão de um novo humanismo que marca a ruptura do indivíduo com a sociedade tradicional e marca também um novo começo, a partir do caráter natural e racional da sociedade civil, da idéia de pacto social e do Estado secular. Cria-se o campo de afirmação do individualismo: liberdade, igualdade, propriedade, segurança. É o desenvolvimento do “individualismo possessivo”<sup>5</sup> que irá abrir caminho à construção de uma nova sociedade sob o domínio das “antinomias liberais”<sup>6</sup>.

Além de tais processos que lhe dão o caráter e sentido, a chamada Idade Moderna, o período de transição do feudalismo ao capitalismo, possui transformações concretizadas em cada uma das instâncias do real: ao nível econômico – a autonomização lenta e progressiva do “econômico” que levaria à constituição de um campo de estudo e à construção de um objeto de reflexão, uma nova categoria mental enfim, a partir do século XVIII; ao nível político – um processo equivalente, embora mais precoce, àquele descrito para o econômico produziu sua autonomia já verificável a partir de Maquiavel; por último, ao nível das ideologias, a ruptura com a teologia configura-se como autêntica “revolução filosófica e científica” no século XVII, pela qual se afirma um critério de verdade distinto e independente da verdade revelada e cuja primeira expressão, com Galileu, é o racionalismo mecanicista.

Em suma, o “mundo moderno” é o espaço-tempo em que se constrói uma nova visão do mundo nas sociedades ocidentais. Particularizando-se em formas distintas segundo a época e o lugar, ou conforme o nível da realidade e as várias situações de classe, possui certos aspectos comuns. A cosmologia, após rechaçar o geocentrismo, com Copérnico, afirma a pluralidade dos mundos<sup>7</sup> e alcança progressivamente a perspectiva da infinitude do universo. Da revolução galileana à construção do universo newtoniano triunfa o mecanicismo, reinam as leis da física de validade universal. Em substituição à antiga problemática ontológica, fruto da tradição aristotélica, ocupam agora o primeiro plano as questões epistemológicas, correspondendo à passagem de um conhecimento meramente substancialista e classificatório a um outro cuja essência é a observação e a experimentação, o que significa o fim da “autoridade”. No mesmo sentido opera a ampliação do espaço físico, e o conhecimento do “exótico” que irão lançar as premissas de novos valores: civiliza-



ção, humanidade, religião natural, progresso. É a mutação mental que se realiza ao longo de três séculos, do Renascimento à Ilustração.

Eis algumas idéias que julgamos capazes de facilitarem o repensar do “moderno” enquanto referido especificamente aos séculos que se situam entre a Idade Média e a Contemporâneo.

## NOTAS

1. Cristóvão Keller (Cellarius) em sua *História Meddi Aevi...* contribuiu de modo decisivo para fixar a “Idade Moderna” como aquela situada cronologicamente após a Idade Média, definida esta como o período entre a Antiguidade e a própria época do autor (1688).
2. Gusdorf, G. *Les principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris, Payot, 1971, p. 321.
3. Cassirer, E. *Filosofia de la Ilustración*. México, Fondo de Cultura Econ., 1950, 2ª ed., p. 59.
4. Trata-se de um fenômeno que nem sempre é percebido com muita clareza pelos que escrevem ou se referem às “Luzes”, daí utilizarem como sinônimo de “Ilustração” a palavra “Iluminismo” que, a rigor, indica historicamente exatamente o contrário daquilo que ela tenta referir. Cf. Gusdorf, G. *Op. cit.* p. 309.
5. Macpherson, C. B. *La théorie politique de l'individualisme possessif de Hobbes à Locke*. Paris, Gallimard, 1971 (1ª ed., Oxford, 1962).
6. Vachet, A. *L'Idéologie Libérale*. Paris, Anthropos, 1970, pp. 109/128.
7. Cassirer, E. *Individuo y cosmos en la filosofía del Renacimiento*. Buenos Aires, Emecé Edit., 1951; Koyré, Alexandre *Du monde clos à l'univers infini*. Paris, Gallimard, 1973 (1ª ed. Baltimore, 1957); Châtelet, F. *História da Filosofia – A Filosofia do Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, v. 3, p. 37 e ss.

Falcon, Francisco José Calazans. “Introdução à História Moderna”. In: *Contacto-Humanidades*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 13, mar/77, pp. 10-11.

## 3. A VIDA DE GALILEU

Bertolt Brecht

*Brecht (1898-1956) é um dos mais importantes dramaturgos da época contemporânea. Através da peça “Galileu”, o autor aborda o problema do intelectual em conflito com a sociedade em que vive, e coloca em cena o surgimento de um novo tempo. O trecho selecionado demonstra exatamente o otimismo de Galileu com o desenvolvimento da ciência em oposição ao primado da fé, uma das características dos novos tempos.*

*GALILEU* – ... Há dois mil anos a humanidade acreditou que o Sol e as estrelas do céu giram em torno dela. O papa, os cardeais, os príncipes, os sábios, capitães, comerciantes, peixeiras e crianças de escola, todos achando que estão imóveis nessa bola de cristal. Mas agora nós vamos sair para fora, Andrea, para uma grande viagem. Porque o tempo antigo acabou, e agora é um tempo novo. Já faz cem anos que a humanidade está esperando alguma coisa.

As cidades são estreitas e as cabeças também. Superstição e peste. Mas agora, veja o que se diz: se as coisas são assim, assim não vão ficar. Tudo se move, meu amigo.

Gosto de pensar que tudo tenha começado com os navios. Desde que há memória, eles vinham se arrastando ao longo da costa, mas, de repente, deixaram a costa e exploraram os mares todos.

Em nosso velho continente nascia um boato: existem continentes novos. E agora que os nossos barcos navegam até lá, a risada é geral nos continentes. O que se diz é que o grande mar temido é uma lagoa pequena. E surgiu um grande gosto pela pesquisa da causa de todas as coisas: saber porque cai a pedra se a soltamos, e como sobe a pedra que arremessamos. Não há dias em que não se descubra alguma coisa. Até os velhos e os surdos puxam conversa para saber das últimas novidades.

Já se descobriu muita coisa, mas há mais coisas ainda que poderão ser descobertas. De modo que também as novas gerações têm o que fazer.

Em Siena, quando moço, vi uma discussão de cinco minutos sobre a melhor maneira de mover blocos de granito; em seguida, os pedreiros abandonaram uma técnica milenar e adotaram uma disposição nova e mais inteligente das cordas. Naquele lugar e naquele minuto, fiquei sabendo: o tempo antigo passou, e agora é um tempo novo. Logo a humanidade terá uma idéia clara de sua casa, do corpo celeste que ela habita. O que está nos livros antigos não lhe basta mais.

Pois onde a fé teve mil anos de assento, sentou-se agora a dúvida. Todo mundo diz: é, está nos livros –, mas agora nós queremos ver com nossos olhos.

As verdades mais consagradas são tratadas sem cerimônia; o que era indubitável, agora é posto em dúvida. Em consequência, formou-se um vento que levanta as batinas brocadas dos príncipes e prelados, e põe à mostra pernas gordas e pernas de palito, pernas como as nossas pernas. Mostrou-se que os céus estavam vazios, o que causou uma alegre gargalhada.

(...) Uma noite bastou para que o universo perdesse o seu ponto central; na manhã seguinte, tinha uma infinidade deles. De modo que agora qualquer um pode ser visto como centro, ou ne-

nhum. Subitamente há muito lugar. Nossos navios viajam longe. As nossas estrelas giram no espaço longínquo, e mesmo no jogo de xadrez, agora a torre atravessa o tabuleiro de lado a lado. Como diz o poeta: “Ó manhã dos incícios!...”

Brecht, Bertolt. *A Vida de Galileu*. São Paulo, Abril, 1977, pp. 14-6.

#### 4. DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Miguel de Cervantes

*Miguel de Cervantes (1547-1616) é considerado um dos mais importantes autores da época renascentista. Na sua obra mais significativa, Dom Quixote de la Mancha, Cervantes conta as aventuras de um certo fidalgo que tinha por hábito a leitura de livros de cavalaria e tantos leu que se convenceu da necessidade de sagrar-se cavaleiro. Através das proezas tragicômicas do herói é possível perceber a inadequação das atitudes e comportamento de Dom Quixote em relação à época moderna. O trecho selecionado é o comentário final de Cervantes*

Só para mim nasceu D. Quixote, e eu para ele; ele para praticar as ações, e eu para as escrever. Somos um só, a despeito e apesar de escritor fingido e tordesilhesco, que se atreveu, ou se há de atrever, a contar com pena de avestruz, grosseira e mal aparada, as façanhas do meu valoroso cavaleiro, porque não é carga para os seus ombros, nem assunto para o seu frio engenho; e a esses advertirás, se acaso chegares a conhecê-lo, que deixe descansar na sepultura os cansados e já apodrecidos ossos de Dom Quixote, e não o queira levar, contra os foros da morte, para Castela, a Velha, obrigando-o a sair da cova, onde real e verdadeiramente jaz muito bem estendido, impossibilitado de empreender terceira jornada e nova saída, que para zombar de todas as que fizeram tantos cavaleiros andantes, bastam as duas que ele levou a cabo, com tanto agrado e beneplácito das gentes a cuja notícia chegaram, tanto nestes reinos como nos estranhos; e com isto cumprirás a tua profissão cristã, aconselhando bem a quem te quer mal, e eu ficarei satisfeito e ufano de ter sido o primeiro que gozou inteiramente o fruto dos seus escritos, como desejava, pois não foi outro meu intento, senão o de tornar aborrecidas dos homens as fingidas e disparatadas histórias dos livros de Cavalarias, que vão já tropeçando com as do meu verdadeiro Dom Quixote, e ainda hão de cair de todo, sem dúvida.

Saavedra, Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 857.

## 5. D. QUIXOTE – UM APÓLOGO DA ALMA OCIDENTAL

San Tiago Dantas

*A obra de Cervantes tem sido exaustivamente analisada ao longo dos séculos. O trecho a seguir é uma dessas análises, feita pelo jurista brasileiro San Tiago Dantas, durante o Ciclo de Conferências realizado em comemoração do 4º Centenário de Cervantes (1947). O autor observa que Cervantes, intencionalmente ou não, foi capaz de compreender que os “novos tempos” não mais se preocupavam com a Cavalaria enquanto prática e instituição. Cervantes, portanto, mitificou-a, ironizando o tratamento ingênuo que a literatura até então lhe dispensara, e elevando-a ao nível da simbologia.*

“Do querer ser ao crer que já se é, vai a distância do trágico ao cômico. Esse é o passo entre o sublime e o ridículo.” (*Meditaciones del Quijote*, p. 153).

A aspiração de D. Quixote à aventura, o seu desejo de renovar, no mundo povoado de injustiças, do seu tempo, a ação purificadora da andante cavalaria, e de operar essa ação pelo dom de si mesmo, é, em si, um dos mais altos anseios a que tendeu o espírito humano, e a provação a que se sujeitou para cumpri-lo, um drama do tipo messiânico. Mas D. Quixote não se limitou a aspirar à condição de um novo Amadis ou Felixmarte de Hircânia; pensou que efetivamente o fosse, e se aspirar a uma superior missão entre os homens é sublime, acreditar que se possui essa missão é ridículo.

Cervantes, concebendo a novela do *Ingenioso Hidalgo* como uma farsa, ao mesmo tempo nos deu, do heroísmo, o exemplo mais grave e eficaz que encontramos no nosso patrimônio de idéias, e a mais aguda advertência contra o perigo da sua degenerescência. Querer salvar, é sublime; julgar-se um salvador, é ridículo. Eis por que nos servimos da expressão quixotismo, ora para exaltar uma virtude, ora para denunciar uma fraqueza.

A esse primeiro ponto se prende a solução das duas outras perplexidades que apontei. Já que o seu Quixote continha o que há de alto e o que pode haver de baixo no heroísmo, Cervantes não podia impedir que sobre ele caísse a venda mágica da loucura. – Sim, dir-se-á; porque só um louco se poderia acreditar cavaleiro. Mas penso que Cervantes, com a loucura de Quijano visou mais longe; só um louco poderia fazer de si mesmo cavaleiro e ficar isento de impostura, guardando intacta a sinceridade dos seus motivos. (...)

D. Quixote sem a loucura, que o fez acreditar em si mesmo, poderia ser o personagem da *comédia*, mas não o herói dramático que a novela oferece como um exemplo, e que aos nossos olhos sintetiza a contribuição de Cervantes para a formação do homem moderno. (...)

Na verdade, a meu ver, o que Cervantes pretendeu mostrar no seu livro, ou – se não pretendeu – o que mostrou efetivamente, foi que a Cavalaria como forma social, como aparato externo e também como tema literário, estava irremediavelmente ultrapassada e liquidada, mas que dela era possível desencarnar o sentido, transformando-a em mitologia.

A primeira característica da mitologia, tal como hoje a concebemos, é que nela não se acredita. Enquanto foi possível acreditar em Diana, houve por certo um paganismo, não, porém, uma mitologia. Transformando os deuses em mitos, os homens operam a recuperação estética de certas formas perecidas, e passam a servir-se delas como de um material incorruptível, sobre que já não têm poder nem a fé, nem o tempo. Criar a mitologia, não será, por ventura, reencontrar o tempo perdido? (...)

Pois Cervantes, segundo penso, concebeu o D. Quixote para extrair a Cavalaria da forma histórica em que vivera, e da ingênua literatura fabulosa em que agonizava, e para lhe assegurar uma ressureição no mundo dos símbolos. (...)

Todo o Quixote se abre, assim, em dois, quando rompemos, pela análise, a unidade vital da aventura e dos personagens. Pela sublimidade da sua vocação, o triste herói cervantino se ergue às proporções de um confessor do espírito moderno; mas, acreditando que já era o que aspiraria a ser, marca para sempre, ante os nossos olhos, a linha imaginária que separa o heroísmo da fantasia, a sublimidade da ridículo. A Cavalaria Andante, cujos livros lhe tinham “secado el cerebro”, está presente nas duas metades do seu ser. O espírito da Cavalaria é que lhe ilumina a metade heróica; as aparências fabulosas e as roupagens sem sentido revestem a que morrerá nele, antes mesmo que o recolha a morte.

Dantas, San Tiago. *D. Quixote – um apólogo da alma ocidental*. In: Cadernos da UnB. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979, pp. 29-37.

## 6. A MANDRÁGORA

Nicolau Maquiavel

*Através de sua peça A Mandrágora, escrita no início do século XVI, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) traduziu o espírito de uma nova época – a modernidade. Ambientada na Florença renascentista, a comédia trata da sedução de uma bela e jovem mulher casada (Lucrecia), por um jovem inescrupuloso (Calímaco), que não mede esforços para alcançar o seu fim, utilizando para isso quaisquer meios. A essência do realismo político de Maquiavel, que*

*transparece em seu livro mais conhecido – O Príncipe – é exatamente esta: os fins justificam os meios. Tanto na política, como nas relações pessoais e no amor é o poder que está em jogo.*

*Os dois trechos selecionados revelam a crise eclesiástica da época e a emergência da nova sociedade capitalista que começa a se esboçar em algumas cidades da Itália.*

FREI TIMÓTEO – Esta noite não pude pregar o olho, tamanho é o meu desejo de saber como Calímaco e os outros se saíram na empresa. E tratei de ocupar o tempo em várias coisas: rezei as matinas, li uma vida dos Santos Padres, fui à igreja, onde acendi uma lâmpada que se apagara, mudei um véu numa Virgem milagrosa. Quantas vezes eu não disse a esses frades que a conservassem limpa! Admiram-se, depois, de que falta devoção. Eu me lembro de que já houve, diante dela, quinhentas imagens pelas graças alcançadas e, hoje, não haverá vinte. A culpa é nossa, que não soubemos manter-lhe a reputação. Costumávamos ir lá em procissão, todas as noites, depois das completas, e, todos os sábados mandávamos cantar-lhe as laudes. Era a ela que sempre fazíamos promessas para que em seu altar se vissem imagens novas; e, nas confissões, exortávamos homens e mulheres a se lhe votarem. Hoje, não se faz mais nada disso; e ainda nos estranha que as coisas andem túbias! Oh, como são duros da moleira estes meus frades!

MESSER NÍCIA – Esse teu amo é, realmente, um homem de valor.

SIRO – Mais do que pensais.

MESSER NÍCIA – O rei da França deve tê-lo em grande conta.

SIRO – Grandíssima.

MESSER NÍCIA – Por esse motivo, deve ele viver de bom grado na França.

SIRO – É o que penso.

MESSER NÍCIA – E faz muito bem. Aqui, em nossa terra, só há mãos-atadas e não se aprecia virtude alguma. Se estivesse aqui, ninguém olharia para ele. Eu bem posso avaliá-lo, que caguei as tripas para aprender dois dedos de latim. E, se tivesse de viver somente disso, estaria bem arranjado, podes ter certeza!

SIRO – Ganhais cem ducados ao ano?



MESSER NÍCIA – Nem cem liras nem cem grossos, aí de mim! A verdade é que, nesta terra, quem não tem qualquer coisa de seu, entre os seus pares, não encontra um cão que se digne de lançar-lhe um olhar: não servimos para nada, a não ser ir a enterros ou casórios ou, então, ficarmos o dia todo sentados, de mãos abanando, no banco do Procônsul. Mas eu não lhes ligo importância; não preciso de ninguém e assim estivesse quem está pior do que eu! Mas não desejaria que isso viesse a saber-se, porque, então, me imporiam algum tributo e eu teria sarna para me coçar.

Maquiavel, Nicolau. *A Mandrágora*. São Paulo, Abril Cultural, 1976, pp. 44-5 e 125-6.

## 7. MACBETH

William Shakespeare

*William Shakespeare (1564-1616) destaca-se como um dos principais representantes do renascimento literário inglês, e sua obra é marcada pela análise psicológica do homem enquanto ser conflitante consigo mesmo e, em escala maior, com relação ao próprio universo que o cerca. Na tragédia Macbeth esta questão fica evidenciada com bastante clareza. O trecho escolhido nos revela um Macbeth que se atreve a tudo “a que pode atrever-se um homem”, e consciente de que “quem a mais se atreve, não o é”. Esta passagem nos mostra um dos traços distintivos do Renascimento: o humanismo, enquanto experiência de uma época de transição, em que o homem procura romper os limites que lhe eram impostos pela ética medieval. A idéia de ousadia, de audácia, enfim, de modernidade está implícita na obra de Shakespeare.*

MACBETH – Não devemos prosseguir com este assunto. Acaba de cobrir-me de honra<sup>1</sup> e conquistei a preciosa estima de pessoas de todas as classes, estima que desejo usar agora no seu brilho ainda tão recente, ao invés de rejeitá-la tão depressa...

LADY MACBETH – Estava, então, ébria a esperança com que te ataviavas? Será que dormiu depois e acorda agora para contemplar, pálida e verde, o que soube contemplar tão arrogantemente? Desde este momento acreditarei tão frágil assim teu amor? Tens medo de ser o mesmo em ânimo e em obras que em desejos? Queres possuir o que estimas como ornamento da vida e viver como um covarde em tua própria estima, deixando que um “não me atrevo” vá atrás de um “eu gostaria”, como o pobre gato do adágio?<sup>2</sup>

MACBETH – Por favor, cala-te! Atrevo-me àquilo a que pode atrever-se um homem; quem a mais se atreve, não o é.

LADY MACBETH – Qual foi então o animal que te levou a revelar-me esse projeto? Quando tinhas a ousadia de fazer isso, eras então um homem; e mais do que homem serias, se a mais te atrevesse. Nem o lugar, nem a ocasião eram propícios então e, apesar disso, tu bem que quisestes criar um e outra. Hoje, eles se criam por si mesmos e esta oportunidade agora te abate! Já amamenteei e conheço como é agradável amar o terno ser que em mim mama. Pois bem, no momento em que estivesse sorrindo para meu rosto, teria eu arrancado o bico de meu peito de suas gengivas sem dentes e ter-lhe-ia feito saltar o crânio, se o tivesse jurado como assim juraste...

MACBETH – Se fracassarmos?

LADY MACBETH – Fracassarmos?... Aperta tua coragem até o ponto em que fique bem tensa que não fracassaremos. Quando Duncan estiver dormindo (e a rude viagem de hoje logo o mergulhará em profundo sono), dominarei pelo vinho e pela orgia seus dois camaristas, de tal modo que a memória, essa sentinela do cérebro, nada mais será neles do que fumaça e o receptáculo da razão, um simples alambique. Quando saturados de bebida, caiam num sono de porcos, semelhante à morte, que não podemos fazer, tu e eu, com o indefeso Duncan? Que não poderemos imputar aos oficiais, cheios como esponjas? Quem ficará com a culpa de nosso grande crime?

MACBETH – Só dês ao mundo filhos homens, pois de tua têmpera indomável só poderão sair machos! Quando tivermos manchado de sangue os dois camaristas adormecidos, empregando suas próprias adagas, quem não ficará convencido de que sejam eles os autores do golpe?

LADY MACBETH – Quem ousará supor o contrário, quando prorrompermos em gritos e soluços diante do cadáver de Duncan?

MACBETH – Estou resolvido! Vou esticar todos os músculos de meu ser para esta terrível façanha. Vamos e sejam apresentadas aos olhos do mundo as belas aparências... Um rosto falso deve esconder o que sabe um falso coração. (*Saem.*)

## NOTAS

1. Macbeth refere-se ao Rei Duncan, da Escócia, de quem era general. Impressionado com uma profecia feita por três feiticeiras, Macbeth e sua esposa tramam a morte do Rei.
2. O adágio é o seguinte: o gato queria comer o peixe, mas não queria molhar os pés.

Shakespeare, William. *Macbeth*. Ato I, Cena VII. Rio de Janeiro, Aguilar, 1969, vol. I, p. 488-9.

A crise do século XIV é tema obrigatório para se compreender o período da transição ou a passagem do feudalismo ao capitalismo. Esta transição, tomando-se como referência a Europa Ocidental, situa-se entre os séculos XV/XVI – XVIII/XIX. Esta crise suscitou diversas controvérsias, a partir da publicação dos *Studies in the Development of Capitalism*, de Maurice Dobb, em 1946, no qual um terço do trabalho é dedicado ao declínio do feudalismo e à ascensão do capitalismo. Seguiu-se, então, um debate hoje já clássico provocado pelas críticas de Paul Sweezy às teses de Dobb. A este respeito, outras vertentes foram apresentadas e muito têm contribuído para o esclarecimento da questão. Sobre o assunto sugerimos a leitura do livro *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*, publicado nesta coleção.

Abrimos o estudo deste tema com textos de dois autores contemporâneos, que situam o período histórico em questão e analisam o início da desintegração do modo de produção feudal. A seguir alguns documentos de época apresentam alguns dos sintomas da crise (convulsões sociais – revoltas camponesas e urbanas, mudanças de comportamento devido aos efeitos da Peste Negra – 1348 e a diminuição da população europeia).

Os temas concernentes às origens da burguesia e das cidades medievais não foram objeto de estudo, neste momento, porque ficariam melhor colocados em um outro volume. No entanto, contemplamos esta questão com um estudo de Jacques Le Goff a respeito da mentalidade do mercador à época da crise do feudalismo.

Enquanto você lê e discute a respeito do tema, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Quais são os argumentos apresentados por Perry Anderson e Giuliano Conte para explicar a crise do feudalismo?
2. O aprofundamento da superexploração feudal, acrescido de um quadro caótico provocado pela Guerra dos 100 anos, pela Peste Negra, outras epidemias e pela fome levou as camadas populares (camponeses, aprendizes, pequenos artesãos, etc.) a se levantarem contra os senhores. Os documentos de época apresenta-

dos sobre as revoltas poderiam confirmar algumas das idéias contidas nos textos de Anderson e Conte?

3. Quais as mudanças de comportamento provocadas pela Peste Negra na cidade de Florença?
4. Justifique a afirmativa de Le Goff: "Assim se materializa a muralha do mundo dos negócios que os capitalistas começaram a construir desde a Idade Média".

## 8. A CRISE GERAL

Perry Anderson

*A crise do século XIV é um tema intensamente estudado pelos especialistas. Perry Anderson, no texto abaixo, analisa essa crise, tomando como ponto básico as questões agrícolas que afetaram a Europa naquele momento. Insiste ele no fato de que existiam limitações objetivas ao desenvolvimento das forças produtivas e que essas limitações podem ser consideradas como a razão fundamental da crise.*

Durante os cem anos que se seguiram, uma crise geral iria abalar todo o continente europeu. Veremos que esta crise, retrospectivamente, apareceu como linha divisória dos destinos da Europa. As suas causas estão ainda por estudar e analisar de modo sistemático, embora os elementos do fenômeno estejam já bem determinados. O fator mais profundo desta crise geral reside provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais ainda susceptíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter febril destas atividades. As últimas reservas de terras recuperadas de novo eram geralmente de fraca qualidade, com solos úmidos ou de reduzida profundidade, mais difíceis de cultivar, e nelas só se semeavam culturas inferiores, como a aveia. As terras arroteadas há mais tempo, por outro lado, achavam-se envelhecidas e esgotadas pela própria antiguidade do seu cultivo. O incremento da cultura de cereais fizera-se à custa de uma redução das pastagens: com isso sofrera, conseqüentemente, a criação de gado e o fornecimento de estrume para a lavoura. Assim, o progresso da agricultura medieval exigiu o seu próprio preço. O desbravamento de florestas e terras incultas não fo-

ra acompanhado por um correspondente trabalho de conservação nos casos mais favoráveis; os fertilizantes quase não eram aplicados e por isso o solo da superfície empobrecia rapidamente; as inundações e as tempestades de poeiras tornaram-se mais freqüentes. Além disso, a diversificação da economia feudal européia, com o aumento do comércio internacional, levou algumas regiões a uma diminuição da produção de cereais em benefício de outros ramos da agricultura (vinho, linho, lã e gado) e, conseqüentemente, a uma crescente dependência das importações, com os perigos inerentes.

Neste panorama de equilíbrio ecológico cada vez mais instável, a expansão demográfica podia converter-se em sobrepopulação aos primeiros golpes de uma má colheita. Os primeiros anos do século XIV depressa seriam maculados por esses desastres: 1315-16 foram anos de fome na Europa. Começou o abandono das terras e a taxa de natalidade baixou, antes até dos cataclismos que mais tarde se abateram sobre o continente. Em algumas regiões, como o centro da Itália, as extorsões de rendas aos camponeses haviam já começado, no século XIII, a fazer baixar a sua taxa de reprodução. Simultaneamente, a economia urbana chocava-se então com graves obstáculos ao seu desenvolvimento. Não há razões para crer que a pequena produção mercantil sobre a qual se baseavam as manufaturas tivesse sido ainda seriamente entravada pelas restrições impostas pelas guildas e pelo monopolismo patricio que governava as cidades. Mas o veículo fundamental de circulação de mercadorias fora, sem dúvida, apanhado pela crise: a partir das primeiras décadas do século XIV, uma escassez geral de dinheiro não deixou por certo de afetar a banca e o comércio. As razões subjacentes a esta crise monetária são obscuras e complexas, mas um dos fatores fundamentais residia nas limitações objetivas das próprias forças produtivas. Tal como na agricultura, também na extração mineira se atingira uma barreira técnica em que a exploração se tornara inviável ou fisicamente perigosa. A extração da prata, a que andava organicamente ligado todo o setor urbano e monetário da economia feudal, deixou de ser praticável ou lucrativa nos principais filões da Europa central, pois não havia forma de cavar jazigos mais fundos ou de depurar o minério menos rico. "A extração de prata quase cessou no século XIV. Em Goslar havia queixas sobre a subida do nível da água no fundo dos poços; também nas minas da Boêmia houve problemas com a água. A recessão começara na Áustria já no século XIII. Em Deutschbrod a atividade mineira parou em 1321, em Freisach por volta de 1350 e em Brandes, nos Alpes franceses, cerca de 1320"<sup>1</sup>. A escassez dos metais levou a constantes aviltamentos da moeda em todos os países e, por conseguinte, a uma inflação galopante.

Esta situação produziu, por sua vez, um alargamento do fosso entre os preços das cidades e os preços agrícolas. O decréscimo da população provocou uma contração na procura de bens de subsistên-

cia, de forma que os preços dos cereais caíram verticalmente depois de 1320. As manufaturas urbanas e as mercadorias de alto preço produzidas para o consumo dos senhores, pelo contrário, beneficiavam-se de uma clientela relativamente fixa, de elite, e tornaram-se progressivamente mais caras. Este processo contraditório afetou violentamente a classe nobre, pois o seu modo de vida tornara-se progressivamente mais dependente das mercadorias de luxo produzidas nas cidades (o século XIV iria assistir ao apogeu da ostentação feudal; a moda da corte da Borgonha conquistava a Europa inteira), enquanto a exploração da reserva e as prestações dos servos dos domínios produziam um rendimento cada vez mais baixo. Este estado de coisas arrastou consigo a queda dos rendimentos senhoriais, a qual, por sua vez, deu azo a uma onda bélica sem precedentes, à medida que os cavaleiros tentavam reconstituir pelo saque suas fortunas.

#### NOTA

1. Van Bath. *The Agrarian History of Western Europe*, p. 106.

Anderson, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. 2ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1982, pp. 221-5.

### 9. CRISE DO FEUDALISMO E TRABALHO SERVIL

Giuliano Conte

*O texto de G. Conte possibilita uma análise da crise geral da sociedade feudal a partir da perspectiva do materialismo histórico. O autor enfatiza o aparecimento da renda em dinheiro na economia feudal como o elemento que precipita a crise do sistema feudal, sem no entanto, criá-la. Preocupa-se, em seguida, em identificar o verdadeiro motor da evolução da sociedade feudal para uma organização capitalista de produção, enfatizando, sobretudo, a superexploração feudal e a luta de classes dos camponeses como responsáveis pela desagregação do feudalismo "clássico".*

A última forma sob a qual surge historicamente a renda na sociedade feudal é a renda em dinheiro. Ela é, em primeiro lugar, a simples transformação da renda em produtos: em vez de confiar ao senhor uma parte mais ou menos importante do seu sobreproduto, agora o camponês produtor direto deve primeiro levar esse excedente para o mercado, transformá-lo em dinheiro e entregá-lo ao senhor na sua forma monetária. Em segundo lugar, porém, essa trans-



formação da renda em uma pura relação monetária é, simultaneamente, quer a forma de manifestação de transformações profundas na economia feudal, quer um poderoso acelerador dos processos de transformação e de crise do sistema feudal. Esta dupla característica da renda em dinheiro requer uma análise atenta, com o que entramos no cerne do nosso estudo.

O produtor direto trabalha na terra para a satisfação das suas necessidades, isto é, trabalha, como nas formas precedentes de renda, no âmbito de uma relação em que predominam as condições de uma economia natural, em que a produção se destina diretamente à satisfação das necessidades imediatas. Todavia, uma certa parte do seu sobreproduto deve ser agora transformada em mercadorias, para poder tornar-se dinheiro, o que obriga o camponês a uma relação com o mercado e com o movimento de preços, no mercado, das mercadorias que produz, relação essa que, nas formas precedentes de renda, não era efetivamente necessária. Em primeiro lugar, agora a renda em dinheiro pressupõe uma importante difusão do mercado e uma certa estabilização das suas regras econômicas internas – isto é, pressupõe, contrariamente à troca direta, uma certa relação entre os custos de produção das mercadorias que o camponês leva para o mercado e o preço que ele realiza com a venda destas mercadorias –, bem como a existência de uma circulação monetária desenvolvida. Esta última determinação, como, de resto, as precedentes, não existia ou era inessencial em uma economia feudal natural.

Essa relação com o mercado introduz elementos de dinamismo e de modificação na pura relação de servidão feudal, pois agora uma conjuntura vantajosa da relação colheita-preços, dado o caráter também essencialmente estável da renda em dinheiro, pode dar azo a um crescimento igualmente considerável do rendimento dos camponeses, enquanto no caso oposto pode arruiná-los totalmente e privá-los da própria terra que possuem. O processo de diferenciação do campesinato que, como referimos, levará, por um lado, à criação de uma classe de empresários capitalistas e, por outro, de trabalhadores proletários sem terra, encontra aqui a sua base real. (...)

(...) Surge então espontaneamente a pergunta: o que levou à introdução da renda em dinheiro na economia feudal? Por que motivo o senhor recorreu a esta forma paralelamente ou em substituição das precedentes? Essencialmente, se é verdade que a renda em dinheiro faz precipitar a crise do sistema feudal mas não a cria, qual é o motor da evolução da sociedade feudal para uma organização capitalista da produção?

A resposta mais freqüente a estas interrogações atribui à ação do comércio e do mercado, na medida em que comporta o desenvolvimento de uma economia monetária, a função de dissolver as relações feudais de produção, estimulando o senhor a reduzir as prestações tradicionais dos seus servos em gêneros e em trabalho, para as

substituir por um puro vínculo contratual, a renda em dinheiro. Mas esta resposta, embora sublinhe uma causa indubitavelmente importante para compreender a dinâmica da sociedade feudal (...), não parece ser suficiente, nem exaustiva. (...)

(...) se a ação do mercado é uma condição historicamente necessária para o advento do capitalismo, ela não é, enquanto tal, suficiente. De resto, a investigação histórica contemporânea deu, sobre este aspecto, passos decisivos, demonstrando como o desenvolvimento de uma economia monetária ligada ao mercado e ao comércio acompanhou historicamente a intensificação da relação feudal de servidão da gleba, e não, como a tese oficial parece univocamente considerar, o seu enfraquecimento: isto depende da organização interna do sistema produtivo feudal. Efetivamente, na própria Inglaterra, do século XIV em diante, “as partes mais atrasadas do país, as mais afastadas dos grandes mercados e, sobretudo, o noroeste, foram aquelas em que as corvéias foram primeiro abandonadas, enquanto o sudeste, mais avançado, as mantém durante mais tempo”<sup>1</sup>.

E o próprio Dobb, na sua réplica às críticas de Sweezy à sua obra (...) retoma a questão e acrescenta:

Foi precisamente nas regiões setentrionais e ocidentais atrasadas da Inglaterra que a servidão, sob a forma de prestação direta de trabalho, desapareceu mais rapidamente, e foi nas regiões mais avançadas do sudeste, com os seus mercados citadinos e as suas estradas comerciais, que as prestações de trabalho demoraram mais a desaparecer. Analogamente, em muitas partes da Europa oriental, a intensificação da servidão nos séculos XV e XVI verifica-se paralelamente ao desenvolvimento do comércio e, se se pode falar da correlação, esta não se verificou entre a proximidade dos mercados e a desintegração do feudalismo... mas entre a proximidade dos mercados e o reforço da servidão<sup>2</sup>. (...)

(...) Os resultados a que chegamos, se bem que importantes, não nos ajudaram, todavia, a responder à questão que nos tínhamos posto: efetivamente, sabemos agora que a ação do mercado remete, por sua vez, para as condições do modo de produção, em cujo âmbito devemos procurar a resposta para a nossa questão; mas, se delimitamos o campo de investigação, nada sabemos ainda sobre o sujeito da ação desagregadora. Determinar o verdadeiro motor da crise é tudo quanto por agora nos propomos fazer.

Se nos interrogarmos sobre os componentes que determinam a importância do excedente na economia feudal e, portanto, a amplitude do rendimento do senhor, vemos que numa economia rural como a do domínio senhorial, elas são essencialmente quatro: extensão das terras cultiváveis do senhor, mão-de-obra disponível, nível de subsistência dos produtores e produtividade média do trabalho. Portanto, desde o momento em que é lícito considerar as duas últi-

mas componentes como essencialmente constantes, devemos deduzir que a importância do produto líquido e, por consequência, a renda do senhor, isto é, deduzindo a subsistência dos trabalhadores e os custos para reconstituir as condições da produção, dependiam inteiramente da relação entre quantidade de terras disponíveis e população trabalhadora. Consideramos o nível de subsistência como uma constante da nossa equação, e isto porque, numa economia essencialmente ligada ao consumo, a subsistência dos trabalhadores cobre o mínimo indispensável para a reprodução da capacidade de trabalho dos produtores. Isto pode parecer contraditório relativamente aos contínuos esforços dos camponeses para elevarem o seu nível de consumo; mas mesmo quando isto é conseguido, a coerção do senhor feudal remete-o para os seus limites "naturais". Analogamente, propusemos considerar a produtividade do trabalho, e isto porque as forças produtivas da economia feudal permaneceram essencialmente imutáveis durante muito tempo. Na ausência quase total de sistemas de adubação das terras, de sistemas de rotação das culturas, etc. e de estímulo para o investimento, se não é necessário aceitar a tese de alguns autores, segundo as quais, na economia extensiva feudal não existe a possibilidade de reconstituir as capacidades produtivas do terreno, que se vão lentamente esgotando, podemos todavia defender, com uma relativa tranquilidade, que uma eventual contração, quer do volume das terras, quer da quantidade de mão-de-obra disponível não podia estruturalmente ser compensada por um aumento proporcional da produtividade do trabalho. Esta afirmação encontra-se bem sintetizada numa obra muito importante de Witold Kula:

A reserva senhorial pratica essencialmente um cultivo extensivo. A colheita que daí deriva é função da superfície cultivada. Se a superfície dos terrenos possuídos era superior à área que os servos da gleba conseguiam cultivar, dado que a extensão das culturas dependia do número dos servos, uma parte do terreno permanecia inculto. No caso contrário, isto é, se o número de servos ultrapassava a necessidade de mão-de-obra, uma parte das corvéias era cedida ao proprietário da reserva vizinha... Uma vez que a concessão de corvéias aos vizinhos... não significava mais do que um deslocamento de mão-de-obra de uma reserva para outra, podemos afirmar que globalmente... o número de braços disponíveis limitava as dimensões da produção agrícola<sup>3</sup>.

Se, portanto, uma modificação da produtividade do trabalho, devida a investimentos, ou melhor, a sistemas mais eficazes de cultivo, não podia funcionar como válvula de escape de eventuais estrangulamentos do mercado de trabalho, isto significa que estes últimos teriam diretamente recaído sobre o montante do rendimento do senhor feudal, contraindo-o sensivelmente na mesma proporção da redução da capacidade de trabalho disponível. Esta situação veio a

criar-se de fato na Europa com o surto da peste negra, em meados do século XIV. Esta teve efeitos desastrosos e duradouros, dizimando literalmente a força de trabalho da época. (...)

O dado econômico que nos interessa desta catástrofe natural – e ainda de algum modo acrescido pela subalimentação geral das massas camponesas – pode detectar-se na tendência para o despovoamento dos campos e na queda vertical dos rendimentos nobiliários. Além disso, a carência de mão-de-obra que atinge as profissões artesanais da cidade pôs em movimento um processo bastante vasto de urbanização das massas camponesas, atraídas para as cidades pelo abrandamento dos vínculos restritivos que limitavam o acesso às corporações artesanais, agora, pelo contrário, bastante dispostas, pela exigüidade da força de trabalho, a aceitar novos aspirantes a artesãos. Este fenômeno de fuga dos campos veio somar-se ao dado objetivo da queda da taxa de aumento demográfico que, a partir do início do século XIV, interrompe bruscamente a tendência para o crescimento iniciado no século XI, tendo como resultado o colapso da economia feudal. (...)

Voltemos agora à nossa questão: despovoamento dos campos, fuga dos camponeses para a cidade atraídos pela miragem das suas liberdades políticas e das suas atividades artesanais; abandono das explorações agrícolas relativamente menos produtivas; descida radical e generalizada dos rendimentos da classe dominante feudal. Eis o quadro em que temos de colocar uma série de decisões do senhor em matéria de exploração agrícola do domínio senhorial. Inicialmente, procurou-se estancar a hemorragia da força de trabalho em direção às cidades com a introdução de medidas legislativas relativas aos movimentos de camponeses e com a imposição aos indivíduos sem rendimento de um serviço junto a um senhor, aumentando o rigor das penas até então prescritas para os que se recusavam. Mas o resultado foi fraco, até porque a carência geral de mão-de-obra desenvolvia uma forte concorrência entre os próprios senhores, que protegiam os fugitivos de outros domínios ou os atraíam com a promessa de melhores condições de trabalho.

A par das causas de abandono das terras que até agora consideramos, temos de recordar uma outra que teve uma certa importância: a descida do rendimento do senhor induziu-o freqüentemente a tentar restabelecer o nível das rendas anteriormente cobradas, através do puro agravamento das condições de trabalho dos camponeses, agravando o nível das exigências de trabalho nas suas terras ou da quantidade de produtos que devia ser-lhe fornecida. Mas como sugere Kula, existe um “coeficiente de opressão atingível”, para além do qual o que anteriormente se manifestava como resposta dos camponeses isolados ou de pequenos grupos, se torna um fenômeno generalizado de fuga e de abandono das terras do senhor. Tal foi, efetivamente, o comportamento dos camponeses: quanto mais duras tor-

nava o senhor as suas condições de vida e de trabalho, reduzindo as margens de consumo e de liberdade que os costumes tinham sancionado, tanto mais os camponeses sabotavam intencionalmente a produção ou abandonavam em massa os campos.

Em geral, a baixa dos rendimentos da classe dominante feudal exprime a crise de um sistema de exploração agrícola e os limites de uma forma de produção centrada nas corvéias. Quais pudessem ser as soluções especificamente econômicas adotadas a longo prazo para restabelecer uma rentabilidade da propriedade feudal da terra, dependia em grande medida das condições históricas específicas de cada nação européia; o dado unificador e estrutural é que a crise demográfica introduziu um processo irresistível de dissolução do sistema feudal “clássico” – isto é, baseado nas prestações em trabalho – acompanhado por um progressivo abandono das corveias a favor, primeiro, de rendas em produtos e, depois, em dinheiro.

A maior independência das condições de produção dos camponeses, que dão agora origem a uma produção de tipo parcelar, corresponde ao processo de desintegração da propriedade feudal clássica e do burgo feudal como seu apêndice necessário. (...)

(...) De qualquer forma, a passagem à renda em produtos, com o aumento da independência dos camponeses e o sistema de produção parcelar, rompe a unidade e a coesão interna do modo de produção feudal, propicia elementos de diferenciação da condição econômica dos produtores, introduz na economia feudal circunstâncias que acentuam a sua dinâmica interna e o seu desenvolvimento. (...)

(...) Malgrado a diversidade de situações históricas, o que é importante sublinhar é que era a luta de classe dos camponeses, exaltada pela situação de crise econômica, que se manifestava na sabotagem do trabalho coercitivo – quer sob a forma de abrandamento do processo laboral, quer com a redução das margens de tempo de trabalho destinado aos senhores, quer ainda com a fuga generalizada – que determinava a passagem à renda fixa e à produção parcelar.

(...) Todos os processos aqui mencionados necessitam da relação com o mercado – ou melhor, com a produção de mercadorias – para o seu pleno desenvolvimento. (...) com o advento da pequena produção parcelar, é todo o quadro da economia feudal que é profundamente modificado.

## NOTAS

1. M. Postan. *In Transactions of the Royal Historical Society*, vol. XX, 171. Citado por M. Dobb. *Studies in the Development of Capitalism* (Londres, 1976).
2. M. Dobb. “Una Replica”, in: *La transizione dal feudalesimo al capitalismo*, organizado por Guido Bolaffi, Savelli, Roma, 1973, pp. 51-52.

3. W. Kula. *Teoria economica del sistema feudale*. Turim, Einaudi, 1972, pp. 46-47.

Conte, Giuliano. "Crise do feudalismo e trabalho servil". In: *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 21-39.

## 10. A JACQUERIE (1358)

*Através do estudo do texto anterior, de autoria de G. Conte, foi possível perceber que a superexploração feudal agudizou a luta de classes no interior da sociedade feudal. Esta questão torna-se particularmente explosiva na segunda metade do século XIV, quando uma série de circunstâncias negativas agravaram as contradições (Guerra dos Cem Anos, Peste Negra, períodos de escassez, etc). É dentro deste quadro mais amplo que se insere a revolta dos camponeses (os Jacques), em 1358, comumente conhecida como Jacquerie. O texto a seguir é um documento de época, extraído da Chronique des quatre premiers Valois (1327-1393), e nos revela a imagem que as classes dominantes tiveram e construíram sobre a "Jacquerie".*

Neste tempo revoltaram-se os Jacques em Beauvoisin, e começaram a ir em direção de Saint-Leu d'Esserent e de Clermont no Beauvoisin. Entre eles estava um homem muito sabedor e bem-falante, de bela figura e forma. Este tinha por nome Guilherme Carlos. Os Jacques fizeram-no seu chefe. Mas ele viu bem que eram gente miúda, pelo que se recusou a governá-los. Mas de fato os Jacques tomaram-no e fizeram dele seu chefe, com um homem que era hospitalário, que tinha visto guerras. Também as tinha visto Guilherme Carlos, que lhes dizia que se mantivessem unidos. E quando os Jacques se viram em grande número, perseguiram os homens nobres, mataram vários e ainda fizeram pior, como gente tresloucada, fora de si e de baixa condição. Na realidade, mataram muitas mulheres e crianças nobres, pelo que Guilherme Carlos lhes disse muitas vezes que se excediam demasiadamente; mas nem por isso deixaram de o fazer.

Então Guilherme Carlos viu bem que as coisas não podiam ficar assim; porque, se eles se separassem, os gentis-homens cair-lhes-iam em cima. Portanto, enviou os mais prudentes e os mais notáveis perante o preboste dos mercadores de Paris e escreveu-lhe que estava pronto a ajudá-lo e que ele também o ajudasse e socorresse, se necessário fosse. Por isso ficaram contentes os generais dos três Estados e escreveram a Guilherme Carlos que estavam prontos a pres-

tar-lhe socorro. Estes Jacques vieram até Gaillefontaine. A condessa de Valois, que aí estava, desconfiou deles, fez-lhes boa cara e mandou dar-lhes víveres. Porque eles estavam acostumados a que, pelas cidades e lugares por onde passavam, as pessoas, mulheres ou homens, pusessem as mesas nas ruas; aí comiam os Jacques e depois passavam adiante, incendiando as casas dos gentis-homens.

*Chronique des quatre premiers Valois (1327-1393) Société de l'Histoire de France*, por M. Siméon Luce, Paris, 1862, pp. 71 e 72. Citado em Espinoza, Fernada. *Antologia de Textos Históricos Medievais*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, pp. 332-3.

## 11. AS REVOLTAS DE GAND (1381) E DE PARIS (1382)

*A crise do século XIV é percebida também por toda uma série de revoltas urbanas (como a dos Ciompi, em Florença, ocorrida entre 1378-1382, a revolta de Gand – 1381, a revolta de Paris – 1382, etc). Para a discussão deste tema, escolhemos as duas últimas que nos são relatadas por Buonaccorso Pitti, um mercador florentino contemporâneo dos eventos.*

Em 1381 o povo de Gand revoltou-se contra o seu senhor, o conde da Flandres, que era o pai da duquesa de Borgonha. Marcharam em grande número para Bruges, tomaram a cidade, depuseram o conde, roubaram e mataram todos os seus oficiais e procederam da mesma maneira em relação a todas as outras cidades flamengas que caíram nas suas mãos. O seu chefe era esse Filipe Van Artevelde que acima mencionei. Como crescesse o número de flamengos em rebelião contra os seus senhores, enviaram embaixadas secretas à população de Paris e Rouen incitando-a a fazer o mesmo aos seus próprios senhores e prometendo-lhe ajuda e socorro neste empreendimento. Em consequência, estas duas cidades revoltaram-se contra o rei de França. A primeira insurreição foi a do povo de Paris, provocada por um vendedor de frutas que, quando um oficial tentou cobrar uma taxa sobre a fruta e os vegetais que estava vendendo, começou a gritar: “Abaixo a gabela!” A este grito toda a população se ergueu, correu para as casas dos cobradores de impostos, roubou-os e assassinou-os. Então, na medida em que o povo não estava armado, um de entre eles conduziu-os ao Châtelet onde Bertrand du Guesclin, um antigo Grande Condestável, tinha guardado 3000 malhos preparados para uma batalha que devia ter sido travada contra os ingleses. A população serviu-se de machados para abrir caminho até a torre onde estes malhos (em francês, *maillets*) estavam guarda-



dos. Armando-se a si próprios, os homens precipitaram-se em todas as direções para roubar as casas dos representantes do rei e em muitos casos matá-los. O *popolo grasso*, ou homens de haveres que em francês são chamados *bourgeois*, temendo que os populares (que foram mais tarde chamados *maillotins* e eram da mesma raça dos *ciompi* em Florença) os pudessem também roubar, pegou em armas e procurou submetê-los. (O *popolo grasso*) manobrou então para tomar o governo nas suas próprias mãos e, juntamente com os *maillotins*, continuou a guerra contra os seus reais senhores.

“Diário de Buonaccorso Pitti”, in *Two Memoirs of Renaissance Florence*, New York, Evanston and London, Gene Bruckler, 1967, pp. 39-40, citado em Espinoza, *op. cit.*, p. 334-5.

## 12. A PESTE NEGRA EM FLORENÇA

Giovanni Bocaccio

*Giovanni Bocaccio nos traça um belo painel de como a Peste Negra se manifestou na cidade de Florença. É importante observar como a Peste provocou mudanças de comportamento nas pessoas que habitavam a cidade. As conseqüências sociais também podem ser analisadas a partir da leitura do texto abaixo. O texto foi escrito em 1348/1353, compondo-se de cem novelas, que retratam a crise das concepções do mundo religioso. No prólogo, ele descreve os efeitos da peste, pois, para fugir dela, dez jovens refugiam-se por dez dias num local solitário, narrando histórias de amor.*

Digo, pois, que já havíamos chegado ao ano profícuo da Encarnação do Filho de Deus, de 1348, quando na egrégia cidade de Florença, mais bela do que qualquer outra cidade itálica, sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em conseqüência das nossas ações iníquas, esta pestilência, lançada sobre os mortais por justa ira de Deus e para nossa expiação, começou nas plagas orientais, alguns anos antes. Essa pestilência privava aquelas plagas de inumerável quantidade de pessoas vivas. Sem tréguas, passara de um lugar a outro; e expandira-se miseravelmente para o Ocidente.

Naquela cidade de Florença, cuidado algum valeu, nem importou qualquer providência humana. A praga, quase no início da primavera do ano referido, começou, a despeito de tudo, a mostrar, horivelmente, e de modo miraculoso, os seus efeitos. De muita imundície a cidade se purificou, por obra de funcionários para tal fim admitidos. Proibiu-se a entrada, nela, de qualquer enfermo. Muitos conselhos se distribuíram, para a conservação do bom estado

sanitário. De nada valeram as súplicas humildes, feitas em grande número, ora por pessoas devotas isoladas, ora por procissões humanas alinhadas, e ora por outras formas dirigidas a Deus.

A peste não se comportou, em Florença, como se comportara no Oriente. No Oriente, a saída do sangue, pelo nariz, fosse lá de quem fosse, constituía sinal manifesto de morte inevitável. Em Florença, no começo, apareciam, tanto nos homens como nas mulheres, seja na virilha, seja na axila, determinadas inchações. Destas, algumas cresciam como maçãs; outras, como ovo; umas cresciam mais; outras menos; o vulgo dava-lhes a denominação de bubões. Das duas partes mencionadas do corpo, dentro em breve o citado tumor mortífero passava a repontar e a surgir por toda parte. Logo após, o aspecto da enfermidade começou a modificar-se; ela passou a pôr manchas negras ou lívidas nos doentes. Estas manchas se faziam presentes nos braços, nas coxas e em outras partes do corpo. Em algumas pessoas, as manchas se faziam grandes e raras; em outras, pequenas e abundantes. E, assim como primeiro, o bubão fôra, e ainda continuava a ser, indício fatal de futura morte, assim também as manchas se tornaram mortíferas, depois, para aqueles em que elas se instalavam. (...)

No condado – deixemos de lado os castelos, que, na sua pequenez, se assemelhavam às cidades – os trabalhadores, míseros e pobres, morriam. Caíam sem vida, pelas vilas esparsas e pelos campos, juntamente com suas famílias, sem qualquer auxílio de médico, nem ajuda de servidor; morriam, não como homens, e sim como animais, pelas ruas, plantações, pelas casas, de dia e de noite, indiferentemente. Em consequência, os operários do campo, perturbados nos seus costumes, e como que transformados em habitantes lascivos da cidade, não se preocupavam com coisa alguma, nem coisa alguma desejavam fazer. Todos, como se esperassem pelo dia em que se veriam levados pela morte, esforçavam-se, com o máximo de diligência, não no sentido de ajudar a produção dos frutos futuros dos animais e das terras, bem como das passadas canseiras, e sim no sentido de consumir os frutos que se achavam presentes. Aconteceu, assim, que os bois, muares, as ovelhas, as cabras, os porcos, as galinhas, e até os cães, que são tão fiéis ao homem, passaram a vagar pelos campos a seu bel-prazer, por se verem expulsos da casa dos respectivos donos. Nos campos, as forragens abandonadas não só não haviam sido recolhidas, mas também nem sequer haviam sido ceifadas. Muitos animais, quase como seres pensantes, engordavam, porque pasciam bem durante o dia, passavam a noite em suas casas, e não sofriam restrições impostas por pastor algum.

Que mais se poderá dizer – deixando-se de lado o condado, para se voltar a tratar da cidade – a não ser que a crueldade do céu foi tanta – e talvez em parte o haja sido também a crueldade dos homens – que, entre março e julho, mais de cem mil criaturas humanas se

tem por certo que foram tolhidas da vida, dentro dos muros da cidade de Florença? Nesse total se incluem tanto os indivíduos levados pela força da pestífera enfermidade, como os que, enfermos, foram mal atendidos, ou se viram abandonados às suas contingências, devido ao medo que os sãos nutriam.

Antes da ocorrência do episódio mortífero, ninguém teria dito que tanta gente houvesse dentro da cidade.

Boccaccio, Giovanni. *Decamerão*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1956, pp. 35-6 e 41.

### 13. A MENTALIDADE DO MERCADOR À ÉPOCA DA CRISE DO FEUDALISMO

Jacques Le Goff

*O texto seguinte, de autoria do medievalista francês Jacques Le Goff, permite-nos compreender o universo dos mercadores em fins da Idade Média, quando se delineia a crise geral da sociedade feudal européia. O estudo de Le Goff, centrado nos grandes mercadores da Europa Ocidental, nas rotas de comércio, nos produtos comercializados, e, principalmente, nos homens que se entregam à atividade comercial, revela-nos o cotidiano e a mentalidade dos mercadores à época da crise do feudalismo.*

Assim justificado e mesmo exaltado, o mercador medieval pode dar livre curso ao seu gênio. Os seus objetivos são a riqueza, os negócios, a glória.

1. *O dinheiro* – O amor pelo dinheiro permanece a sua paixão fundamental.

“O mercador”, diz Cotrugli<sup>1</sup>, “deve governar-se e governar os seus negócios duma maneira racional, para atingir o seu fim que é a fortuna.”

Todos os mercadores sobre os quais se debruçaram os historiadores da Idade Média nutrem este amor arrebatado pelo dinheiro, desde os banqueiros de Arras, de quem Adam de La Halle disse no século XIII: “af se ama demasiado o dinheiro”, desde os florentinos, descritos por Dante como “uma gente cúpida, invejosa, orgulhosa”, amante do florim – essa “flor maldita que extraviou as ovelhas e os cordeiros” –, até os mercadores de Toulouse e Rouen do século XV. Todos eles pensam como um certo mercador florentino do século XIV: “A tua ajuda, a tua defesa, a tua honra, o teu proveito é o dinheiro.”. E. M. Mollat, ao estudar os grandes mercadores normandos do fim da Idade Média, pôde falar do “dinheiro, fundamento duma sociedade”.

2. *A influência social* – Para acumular esse dinheiro é preciso ter a paixão dos negócios, o gosto de fazer frutificar o capital, espírito de iniciativa. No seu *Livro dos bons Costumes*, o florentino Paolo di Messer Pace da Certaldo aconselha: “Se tendes dinheiro, não estejais inativos; não o guardeis estéril convosco, porque mais vale agir, mesmo que dele se não tire proveito, que ficar passivo, igualmente sem proveito.” (...)

3. *A dignidade* – E os mercadores podem sentir-se orgulhosos.

“Convivem com artesãos, fidalgos, barões, príncipes e prelados de toda a condição, que acorrem em grande número a visitar os mercadores de que têm sempre necessidade. Assiste-se mesmo, muitas vezes, a que grandes sábios venham visitar os mercadores em suas casas (...) Porque nenhum homem de ofício soube jamais, em reino ou Estado algum, manejar o dinheiro – que é a base de todos os estados humanos – como o faz um mercador honesto e experimentado (...) Nem reis, nem príncipes, nem homem nenhum, qualquer que seja a sua condição, tem tanta reputação e crédito como um bom mercador (...) Por isso os mercadores devem orgulhar-se da sua eminente dignidade (...) Não devem ter as maneiras brutais dos rudes soldados, nem as maneiras adocicadas dos bobos e dos comediantes, mas a gravidade deve transparecer sempre na sua linguagem, maneira de andar e em todas as suas ações, para que estejam à altura da sua dignidade.”

Assim fala Benedetto Cotrugli, mercador de Ragusa.

4. *A ética do mercador* – Assim se esboça uma ética mercantil, perfeitamente mundana e laica. Define-se por uma moral dos negócios que os manuais para uso dos mercadores – *Conselhos sobre o Comércio*, e outros – explicitaram com toda a clareza.

Ao mercador pede-se prudência, percepção dos seus interesses, desconfiança relativamente ao outro, temor de perder dinheiro, experiência.

“Não convivas com os pobres porque nada tens a esperar deles”, diz o anônimo florentino a que já nos referimos; e, acima de tudo, o mercador tem de saber calcular. O comércio é questão de raciocínio, de organização, de método.

“Que engano”, diz o mesmo anônimo, “fazer comércio empiricamente; o comércio implica o cálculo – *Si vuole fare per ragione*.”

Como muito bem disse Y. Renouard, os grandes homens de negócios italianos do século XIV, os mercadores medievais “agem como se acreditassem que a razão humana tudo pode compreender, tudo pode explicar e pode dirigir-lhes a ação (...); têm uma mentalidade racionalista”.

Mas neste emprego que fazem da razão – a *ratio* latina, a *ragione* italiana – é bem mais importante a questão do cálculo que a da pesquisa desinteressada. Daí o egoísmo que tão claramente se manifesta na concorrência:

“Para servir outrem não deves prejudicar-te nos teus próprios negócios”, diz Paolo di Messer Pace da Certaldo. E o mercador medieval, mais do que qualquer outro, teve o sentido e o gosto – quase patológico – do segredo nos negócios.

É a esta obsessão do segredo que freqüentemente se deve o fato de estarmos tão mal informados mesmo relativamente aos casos em que existem documentos. Os mercadores medievais – especialmente os genoveses – para não fornecerem informações a eventuais concorrentes, omitiram ou camuflaram nos seus livros, nos seus contratos, nos seus atos notariados, o destino dos seus empreendimentos, calaram o nome dos seus correspondentes, a natureza das mercadorias. Leon Battista Alberti<sup>2</sup>, no século XV, não só recomendará ao mercador que não coloque os membros da família – a começar pela própria mulher – no segredo dos seus negócios, como o exortará mesmo a mandar construir uma casa donde nada do que se faz no interior transpire, fortaleza de que são exemplo os palácios dos mercadores florentinos. Aconselha a construção de portas e de escadas ocultas por onde se fará introduzir os mensageiros, os empregados, os portadores de novas. Assim se materializa a muralha do mundo dos negócios que os capitalistas começaram a construir desde a Idade Média.

Sentimo-nos mesmo escandalizados ao ver o anônimo florentino do século XIV, nos seus *Conselhos ao mercador*, citar um texto das Escrituras apenas para se servir da autoridade do *Deuteronômio* (XVI, 19) a fim de recomendar o uso da corrupção: “Os presentes tornam cegos os olhos dos sábios e muda a boca dos justos”.

## NOTAS

1. Cotrugli – Autor do século XV, natural de Ragusa, Itália, que no livro *O Comércio e o mercador ideal*, apresenta o mercador como um personagem benfeitor, providencial e elemento essencial da sociedade cristã.
2. Alberti – Natural de Gênova, Itália, Leon Battista Alberti destacou-se como filósofo, arquiteto, músico, pintor, escultor e escritor. Representante típico do humanismo renascentista, Alberti preocupou-se, também, com o estudo das grandes famílias de comerciantes, em seu livro *Da família*, escrito em meados do século XV.

Le Goff, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa, Gradiva, s/d, p. 64-67. (Coleção Construir o Passado).

## A TRANSIÇÃO FEUDALISMO/CAPITALISMO: EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO

Um dos aspectos fundamentais para se compreender a transição feudalismo/capitalismo é o processo de *acumulação primitiva de capital*. Este ocorre durante o período histórico comumente denominado *pré-capitalista*, e que se estende do século XV ao século XVIII. Os mecanismos que possibilitaram esta acumulação são variados.

Na *agricultura*, esta acumulação se deu através dos *cercamentos* (enclosures) dos campos, sobretudo na Inglaterra. Através dos *cercamentos* a propriedade agrícola, até então essencialmente feudal e explorada por rendeiros, parceiros e outros, tornou-se uma empresa administrada segundo critérios capitalistas. Com isso observamos a liquidação de um sistema comunitário-feudal, na medida em que os senhores se apropriaram das terras de uso comum (*common fields*), integrando-as às suas propriedades. A acumulação no campo se deu em função da elevação das rendas dos proprietários e das transações imobiliárias com terras de maior valor.

No *setor industrial*, a época de passagem do feudalismo ao capitalismo assinalou um progressivo investimento de capitais que, embora oriundos do setor mercantil, são cada vez mais aplicados na produção manufatureira. A manufatura, embora ainda não seja uma produção capitalista (os trabalhadores possuem os instrumentos de trabalho e uma autonomia relativa em função do seu saber técnico), é importante no processo de acumulação, pois assinala o início da diferenciação no interior do sistema produtivo entre capital e trabalho.

No *setor comercial*, a acumulação ocorreu através de uma série de mecanismos que, no entanto, serão estudados mais adiante.

Paralelamente ao processo de *acumulação primitiva de capital* verificou-se uma progressiva *expropriação dos trabalhadores* de seus próprios meios de produção e subsistência: os camponeses foram expulsos dos campos através dos cercamentos; as corporações entraram em uma fase de lenta dissolução diante do avanço do sistema de *putting-out* e da produção manufatureira, e ocorreu a diferenciação social no interior das próprias oficinas corporativas.

Os textos e documentos que compõem este tema tratam essencialmente da questão dos *cercamentos*, das resistências oferecidas pelos camponeses, das dificuldades de adaptação dos expropriados à

nova vida “livre”, da reação do governo inglês consubstanciada através da *legislação sanguinária* e do desenvolvimento das manufaturas na Inglaterra.

Enquanto você os lê, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. O documento de Thomas Morus confirma a análise feita por Van Bath em seu texto? Justifique.
2. Analise a posição de Karl Polanyi em relação aos *cercamentos*.
3. Qual a importância das *leis sanguinárias* para a disciplinarização do nascente proletariado?
4. Quais os fatores que possibilitaram a acumulação e a concentração de capital, segundo Maurice Dobb?
5. Os textos de Vasquez de Prada, Miskimin e Dobb sobre a produção industrial apresentam pontos comuns? Aponte-os.

#### 14. A CONVERSÃO DAS TERRAS DE CULTURA EM TERRAS DE PASTAGEM

B. H. Slicher Van Bath

*O autor analisa a questão dos cercamentos (enclosures) e conseqüente desaparecimento de muitas aldeias inglesas como tendo sido provocado pela queda dos preços dos cereais e pelo aumento do preço da lã. O processo dos cercamentos é de fundamental importância na expropriação dos camponeses de meios próprios de subsistência e responsável pela “liberação” e proletarianização dos trabalhadores diretos. No entanto, o autor observa, ainda, que o movimento das cercas não se processou de maneira pacífica, uma vez que a resistência camponesa às leis dos cercamentos foi uma constante.*

A população manifestou-se violentamente contra a conversão das terras de cultura em terrenos de pastagem e contra a correspondente criação de gado lanígero. Ainda hoje é possível entrever a indignação que suscitou tal processo nos sermões, panfletos e baladas que nos ficaram da época. Os seus autores queixavam-se de que em muitas aldeias não tinha ficado de pé uma única casa, à exceção da igreja, que fora profanada e transformada em curral de ovelhas. Os latifundiários “não deixam terreno para amanhã (lavoura); cercamos todos de valados para os converter em pastagens; deitam as casas abaixo; arrasam as cidades, não deixando nada de pé, a não ser a igreja, para ser transformada em curral de ovelhas”. Entretanto, a mansa ovelha é muito mais voraz que os animais selvagens da África, na medida em que devora gente, terras de amanhã, casas e aldeias inteiras. Manifestava-se ali o receio de que, devido ao despojoamento, se aniquilasse o poder de resistência do país contra o



inimigo hereditário: a França. Em algumas zonas, os camponeses destruíram os valados, convertendo de novo as terras em propriedades comunitárias.

Em 1517, o governo interveio, nomeando uma comissão encarregada de investigar as causas do despovoamento das zonas rurais a partir de 1488. Os relatórios da comissão são bastante vagos; poucas aldeias desaparecidas vêm nelas citadas. Os decretos de 1517 em que se estipulava que todas as conversões de terras de cultivo em prados efetuadas depois de 1488 deviam ser outra vez anuladas, bem como todas as casas dismanteladas outra vez reconstruídas, surtiram poucos efeitos. A maior parte das aldeias arrasadas tinham-no sido antes de 1488. Estas aldeias vêm realmente ainda citadas nas listas de contribuintes de 1334 e 1377, mas já não aparecem nos de 1485. Daqui se conclui que o grande despovoamento se deve ter registado entre 1377 e 1485. A Peste Negra (1348-1351) não é, portanto, responsável pelo desaparecimento das aldeias. É possível que na Inglaterra as aldeias situadas nos terrenos marginais tenham sido mais especialmente atingidas, mas houve também aldeias situadas em zonas férteis que desapareceram. Deve buscar-se a causa na relação entre os preços da lã e dos cereais.

É sabido que precisamente depois de 1379 é que os preços dos cereais começam a registar uma grande descida. Inicia-se nessa altura o estágio mais agudo da crise. O período de preços baixos dos cereais mantém-se até 1480, após o que principia nova subida. Os preços da lã vão aumentando até cerca de 1550. A época em que se deve ter dado o grande despovoamento das zonas rurais (1377-1485) coincide absolutamente com a baixa prolongada dos preços dos cereais (1379-1480).

A carência de mão-de-obra e os salários reais elevados devem ter induzido os latifundiários a passar quanto antes para a criação de gado lanífero. Os *graziers* ou *depopulators* eram principalmente fidalgos e burgueses ricos das cidades e mosteiros.

Entre 1086 e 1900 desapareceram na Inglaterra mais de 1000 aldeias, a maioria das quais nos séculos XIV e XV. As aldeias desaparecidas situam-se principalmente nas regiões dos *open fields*. E neste caso trata-se sobretudo das aldeias menores, porquanto era destas que os *graziers* com maior facilidade podiam se apoderar.

Van Bath, B. H. Slicher. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 168-9.

## 15. A UTOPIA

Thomas Morus

*A Utopia é uma das principais obras da época moderna. Escrita na Inglaterra, constitui-se também em séria crítica a determinadas*

*atitudes das classes dominantes, entre elas os chamados cercamentos (enclosures), quando os camponeses eram virtualmente expulsos de suas terras para dar lugar à criação de ovelhas. É esse o assunto do trecho escolhido.*

A nobreza e a lacaiada não são as únicas causas dos assaltos e dos roubos que vos deixam desolado; há uma outra exclusivamente peculiar à vossa ilha.

– E qual é ela? – disse o cardeal.

– Os inumeráveis rebanhos de carneiros que cobrem hoje toda a Inglaterra. Estes animais tão dóceis e tão sóbrios em qualquer outra parte, são entre vós de tal sorte vorazes e ferozes que devoram mesmo os homens e despovoam os campos, as casas e as aldeias.

De fato, a todos os pontos do reino, onde se recolhe a lã mais fina e mais preciosa, ocorrem, em disputa do terreno, os nobres, os ricos e até santos abades. Essa pobre gente não se satisfaz com as rendas, benefícios e rendimentos de suas terras; não está satisfeita de viver no meio da ociosidade e dos prazeres, às expensas do público e sem proveito para o Estado. Eles subtraem vastos tratos de terra da agricultura e os convertem em pastagens; abatem as casas, as aldeias, deixando apenas o templo para servir de estábulo para os carneiros. Transformam em desertos os lugares mais povoados e mais cultivados. Temem, sem dúvida, que não haja bastante parques e bosques e que o solo venha a faltar para os animais selvagens.

Assim um avarento faminto fecha, num cercado, milhares de jeiras; enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência, os mais felizes por uma série de vexações e de questiúnculas que os forcem a vender suas propriedades. E estas famílias mais numerosas do que ricas (porque a agricultura tem necessidade de muitos braços), emigram campos em fora, maridos e mulheres, viúvas e órfãos, pais e mães com seus filhinhos. Os infelizes abandonam, chorando, o teto que os viu nascer, o solo que os alimentou, e não encontram abrigo onde refugiar-se. Então vendem a baixo preço o que puderam carregar de seus trastes, mercadoria cujo valor é já bem insignificante. Esgotados esses fracos recursos, que lhes resta? O roubo, e, depois, o enforcamento segundo as regras.

Preferem arrastar sua miséria mendingando? Não tardam em ser atirados na prisão como vagabundos e gente sem eira nem beira. No entanto, qual é o seu crime? É o de não achar ninguém que queira aceitar os seus serviços, ainda que eles os ofereçam com o mais vivo empenho. E, aliás, como empregar esses homens? Eles só sabem trabalhar a terra; não há então nada a fazer com eles, onde não há mais nem sementeiras nem colheitas. Um só pastor ou vaqueiro é suficiente, agora, a fazer com que brote, de si mesma, a terra onde outrora, para seu cultivo, centenas de braços eram necessários.

Outro feito desse fatal sistema é uma grande carestia de vida em diversos lugares.

Mas não é tudo. Após a multiplicação dos pastos, uma horrível epizootia veio matar uma imensa quantidade de carneiros. Parece que Deus queria punir a avareza insaciável dos vossos açambarcadores com esta medonha mortandade que talvez fosse mais justo lançar sobre suas próprias cabeças. Então o preço das lãs subiu tão alto que os operários mais pobres não as podem atualmente comprar. E eis aí de novo uma multidão de gente sem trabalho. (...)

Outras espécies de gado encareceram proporcionalmente pela mesma causa e por uma causa mais forte ainda, porque a reprodução destes animais está completamente abandonada, desde a abolição das granjas e a ruína da agricultura. Vossos grandes senhores não cuidam da criação do gado, mas unicamente da criação de seus carneiros. Vão comprar, distante, animais magros, quase por nada, engordam-nos nos seus campos e os revendem a preços extraordinários. (...)

A escassez geral obriga todo mundo a restringir sua despesa e sua criadagem. E os que são despedidos, para onde vão? Mendigar ou roubar, se têm coragem.

A estas causas de miséria ajuntam-se ainda o luxo e as despesas insensatas. Lacaios, operários camponeses, todas as classes da sociedade ostentam um luxo inaudito nas vestes e na alimentação. Que direis dos lugares de prostituição, dos vergonhosos antros de embriaguez e devassidão, das infames casas de tavolagem de todos os jogos do baralho, do dado (...) que devoram o dinheiro de seus freqüentadores e os impelem diretamente ao roubo para reparar as perdas?

Arrancai de vossa ilha essas pestes públicas, esses germens do crime e da miséria. Obrigai os vossos nobres demolidores a reconstruir as quintas e burgos que destruíram, ou a ceder os terrenos para os que quiserem reconstruir sobre ruínas. Colocai um freio no avarento egoísmo dos ricos; tirai-lhes o direito do açambarcamento e do monopólio. Que não haja mais ociosos entre vós. Dai à agricultura um grande desenvolvimento; criai a manufatura da lã e a de outros ramos da indústria, para que venha a ser ocupada utilmente esta massa de homens que a miséria transformou em ladrões, vagabundos ou lacaios, o que é aproximadamente a mesma coisa.

Morus, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d, pp. 44-8. (Coleção Universidade).

## 16. HABITAÇÃO VERSUS PROGRESSO

Karl Polanyi

*O autor faz uma análise dos reflexos dos cercamentos dos campos na Inglaterra, demonstrando que eles se constituíram numa autêntica revolução dos ricos contra os pobres, na medida em que estes últimos perdiam seus direitos sobre as terras de uso comum (common fields). Este processo resultou em uma estrutura agrária cada vez mais capitalista, e possibilitou um reforço do poder da gentry (média nobreza rural) e maior beneficiária dos cercamentos. Polanyi observa, ainda, que do ponto de vista da burguesia o movimento das cercas teria se constituído em um evidente progresso se já inserido em uma economia de mercado.*

O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Para ilustrar este ponto, voltaremos a um assunto que poderá parecer remoto, à primeira vista: os cercamentos dos campos abertos (*enclosures*) e as conversões da terra arável em pastagem durante o primeiro período Tudor na Inglaterra, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento. Ao evocar a desgraça do povo provocada pelos cercamentos e conversões, nosso propósito será, de um lado, demonstrar o paralelo existente entre as devastações causadas pelos cercamentos, finalmente benéficos, e as que resultaram na Revolução Industrial e, de outro lado – de uma forma mais ampla –, esclarecer as alternativas enfrentadas por uma comunidade no paradoxismo de um progresso econômico não-regulado.

Os cercamentos seriam um progresso óbvio se não ocorresse a conversão às pastagens. A terra cercada valia duas ou três vezes a não-cercada. Nos lugares onde se continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou de forma marcante. O rendimento da terra elevou-se consideravelmente, principalmente onde a terra era alugada.

Mesmo a conversão de terras aráveis em pastagens de carneiros não foi inteiramente prejudicial à circunvizinhança, a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. A indústria caseira já se difundia na segunda metade do século quinze, e um século mais tarde ela já era um aspecto marcante no campo. A lã produzida na fazenda de carneiros dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem terra, e os novos centros de indústria de lã garantiam renda a uma quantidade de artesãos.

Entretanto – e este é o ponto – é somente numa economia de mercado que tais efeitos compensadores podem ser tomados como certos. Na falta de uma tal economia, a ocupação altamente lucrativa

de criar carneiros vender sua lã poderia arruinar o país. Os carneiros, que “transformavam areia em ouro”, podiam muito bem ter transformado o ouro em areia, como ocorreu com as riquezas da Espanha do século XVII, cujo solo erodido jamais se recuperou da expansão excessiva da criação de carneiros.

Um documento oficial de 1607, preparado para uso dos pares do Reino, colocou o problema em uma única frase poderosa: “O homem pobre terá satisfeito o seu objetivo – Habitação –, e o nobre não ficará prejudicado em seu desejo – Progresso”. Esta fórmula parece tomar como certa a essência do puro progresso econômico, que alcançará o seu aperfeiçoamento à custa da desarticulação social. Todavia, ela aponta também para a trágica necessidade que faz com que o homem pobre se apegue à sua choupana, arruinado pela ânsia de progresso do homem rico que o beneficia em particular.

Os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isto ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 51-3.

## **17. LEIS PERSEGUINDO OS EXPROPRIADOS, A PARTIR DO SÉCULO XV. LEIS REDUZINDO SALÁRIOS**

Karl Marx

*Os camponeses expropriados de suas terras pelos cercamentos, têm dificuldade para se adaptar à nova vida, transformando-se em bandidos, salteadores, mendigos. Marx enfatiza que as leis “sanguinárias” foram essenciais no sentido de disciplinar essa massa, constituindo-se, portanto, em importante elemento para a formação do proletariado.*

Os contingentes expulsos de suas terras ao dissolver-se as relações feudais e ao serem expropriados do que possuíam, formavam um proletariado livre e desprovido de meios de existência, que não podia ser absorvido pelas manufaturas com a mesma rapidez com que era arrojado. Por outro lado, essas pessoas que, de repente, viam-se lançadas fora de sua órbita tradicional de vida, não podiam adaptar-se com a mesma rapidez à disciplina de seu novo estado. Assim, uma massa enorme converteu-se em mendigos, salteadores e vagabundos; alguns, por inclinação, mas a maioria obrigados pelas circunstâncias. Daí que, no final do século XV e durante todo o século XVI, se ditassem em toda Europa Ocidental uma série de leis perseguindo a sangue e fogo a vagabundagem. Deste modo, os pais da classe trabalhadora moderna viram-se castigados por algo de que eles mesmos eram vítimas, por terem sido reduzidos a vagabundos e mendigos. A legislação os tratava como a delinquentes “voluntários”, como se dependesse de sua boa vontade continuar trabalhando nas velhas condições, já abolidas.

Na Inglaterra, esta legislação teve início no reinado de Henrique VIII.

Henrique VIII, 1530: Os mendigos velhos e incapacitados para o trabalho deverão pedir licença para mendigar. Para os vagabundos jovens e fortes, açoites e reclusão. Serão presos à parte traseira de um carro e se lhes açoitará até que o sangue emane de seu corpo, devolvendo-os em seguida, sob juramento, à sua terra natal ou ao local onde residiram durante os últimos três anos, para que “se ponham a trabalhar” (to put himself to labour). Que ironia cruel! A lei do ano 27 de Henrique VIII reforça o estatuto anterior, mas com novas adições, que o tornam ainda mais rigoroso. Em caso de reincidência, deverá açoitar-se novamente o culpado e cortar-lhe metade da orelha: na terceira vez, será enforcado como criminoso perigoso e inimigo da sociedade.

Eduardo VI: Um estatuto, ditado no primeiro ano de seu reinado, em 1547, ordena que se alguém se negar a trabalhar, será dado como escravo à pessoa que o denunciar. O dono deverá alimentar seu escravo com pão e água, bebidas e restos de carne que achar conveniente. Tem o direito de obrigá-lo a realizar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, açoitando-o ou colocando-o a ferros se for necessário. Se o escravo ausenta-se durante duas semanas, será condenado à escravidão por toda a vida, marcando-o a fogo com um S (Slave = escravo, em inglês); se foge pela terceira vez, será enforcado como réu de alta traição.

Seu dono pode vendê-lo e legá-lo a seus herdeiros, ou cedê-lo como escravo, como se fosse gado ou qualquer objeto móvel. Os escravos que conspirarem contra seus donos também serão enforcados.

Isabel, 1572: Os mendigos sem licença e maiores de quatorze anos serão açoitados sem misericórdia e marcados com um ferro em

brasa na orelha esquerda, desde que ninguém queira tomá-los durante dois anos a seu serviço. Em caso de reincidência, desde que sejam maiores de dezoito anos e ninguém queira tomá-los por dois anos a seu serviço, serão enforcados.

Jame I: Toda pessoa que não tenha emprego fixo e se dedique à mendicância, será declarado vagabundo. Os juízes de paz ficam autorizados a mandar açoítá-los em público e a recolhê-los ao cárcere, da primeira vez em que forem surpreendidos por seis meses, da segunda vez por dois anos. Durante sua permanência no cárcere, poderão ser açoitados tantas vezes e em tal quantidade como os juízes de paz acharem conveniente... Os vagabundos perigosos e incorrigíveis deverão ser marcados a fogo com um R no ombro esquerdo e sujeitos a trabalhos forçados; e se forem surpreendidos mendigando novamente, serão enforcados sem misericórdia.

Leis semelhantes a estas foram elaboradas também na França, em cuja capital se havia estabelecido, em meados do século XVII, um verdadeiro reino de vagabundos (*royaume des truands*). Ainda nos primeiros anos do reinado de Luis XVI (Ordenança de 13 de julho de 1777), a lei dispunha que se mandasse às galés a todas as pessoas entre dezesseis e sessenta anos que, gozando de saúde, necessitassem de meios de vida e não exercessem nenhuma profissão. Normas semelhantes se podem ver no estatuto dado por Carlos V, em outubro de 1537, para os Países Baixos, no primeiro edito dos estados e cidades da Holanda (19 de março de 1614), no bando das províncias unidas (25 de junho de 1649), etc.

Verifica-se, portanto, como, depois de ser violentamente expropriados e expulsos de suas terras e convertidos em vagabundos, encaixavam-se os antigos camponeses, através de *leis grotescamente terroristas*, na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado.

Não é suficiente que as condições de trabalho cristalizem num dos pólos como capital e no pólo contrário como homens que não têm nada para vender além de sua força de trabalho. Não basta, tampouco, obrigar a estes a vender-se voluntariamente. No transcurso da produção capitalista, vai-se formando uma classe trabalhadora que, pela força da educação, da tradição, do costume, submete-se às exigências deste regime de produção como se fossem as mais lógicas leis naturais. A organização do processo capitalista de produção já desenvolvido vence todas as resistências; a existência constante de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho adequada às necessidades de exploração do capital, e a pressão surda das condições econômicas garante o poder de mando do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se emprega, de vez em quando, a violência direta, extra-econômica; mas somente em casos excepcionais. Dentro da marcha natural das coisas, já se pode deixar o trabalhador à mercê das "*leis naturais da produção*", isto é, entregá-lo ao domínio do capital, domínio que as próprias condições



de produção engendram, garantem e perpetuam. Durante a gênese histórica da produção capitalista, não ocorre ainda assim. A burguesia, que está ascendendo, mas não triunfou totalmente, necessita e utiliza ainda *o poder do Estado* para “regular” os salários, ou seja, para sujeitá-los dentro dos limites que convêm aos produtores de mais-valia, e para ampliar a *jornada de trabalho* e manter o mesmo trabalhador no *grau normal de subordinação*. Este é um fator essencial da chamada *acumulação primitiva*.

Marx, Karl. *O Capital*. México, Fondo de Cultura, 1975, Livro I, cap. XXIV, p. 624-628. (Tradução dos organizadores).

## 18. A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Maurice Dobb

*No trecho selecionado é levantada pelo autor uma série de questões referentes à acumulação primitiva de capital. Dobb discute, entre outros pontos, se realmente era necessária uma acumulação prévia à plena produção capitalista. Demonstra que a questão é complexa, e, em seguida, aponta alguns elementos que agiram à época da transição e que possibilitaram, não apenas a acumulação, mas, também, a concentração de capital em mãos pouco numerosas.*

Falar de um processo de acumulação de capital como etapa essencial na gênese do capitalismo pode parecer, à primeira vista, um enunciado simples que ninguém iria questionar. Que o capital deve ter-se reunido nas mãos de uma classe de capitalistas, antes que quaisquer empreendimentos capitalistas em grande escala pudessem ser lançados, e o capitalismo, como forma de produção, pudesse dominar a cena, pareceria a muitos óbvio demais para requerer grande destaque. No entanto, assim que começamos a inquirir sobre a natureza exata do processo pelo qual essa reunião de capital se efetuou, aquele enunciado se mostra menos simples, e surge uma série de perguntas importantes. Além disso, há quem tenha sugerido ser um mito a existência de uma etapa específica de acumulação de capital — uma etapa separada no tempo e anterior ao crescimento da província da própria indústria capitalista.

A primeira pergunta é aquela que pode ser formulada pelos economistas. Deve a acumulação ser concebida como uma acumulação dos próprios meios de produção, ou como uma acumulação de direitos ou títulos de patrimônios, capazes de se converter em instrumentos de produção, embora não sejam por si mesmos agentes produtivos? Se a resposta for que, neste contexto, a concepção correta é a primeira, logo nos defrontamos com outra pergunta. Por que

deveria o surgimento da indústria capitalista requerer todo um período de acumulação prévia? Porque não deveria a acumulação de capital, no sentido de objetos tangíveis, ser sinônimo do crescimento da própria indústria? Não há evidência histórica de que capitalistas tenham acumulado teares, máquinas de fiar, tornos ou estoques de matéria-prima, em armazéns gigantescos, durante décadas, até que, com o tempo, tais reservas se mostrassem suficientes para o início da indústria fabril. Tampouco sugere o raciocínio que tal atitude fosse sensata e, menos ainda, essencial. Não parece haver razão pela qual o crescimento do equipamento e da produção não devesse marchar *pari passu*; e não há razão pela qual o crescimento do equipamento industrial não devesse ser financiado, no essencial, passo a passo, com os lucros dos anos anteriores (suplementados em ocasiões especiais pelo crédito), o problema relativo à necessidade de alguma acumulação prévia como uma condição preliminar da indústria capitalista parece desaparecer.

Se quisermos, portanto, obter algum sentido da noção de “acumulação primitiva” (na acepção dada à expressão por Marx) *anterior no tempo* ao pleno florescimento da produção capitalista, ela deverá ser interpretada, em primeiro lugar, como uma acumulação de valores de capital – de títulos a bens existentes acumulados inicialmente por motivos especulativos; e, em segundo lugar, como acumulação em mãos de uma classe que, em virtude de sua posição peculiar na sociedade, é finalmente capaz de transformar esses títulos de patrimônios acumulados em meios reais de produção. Em outras palavras, quando se fala de acumulação em sentido histórico deve-se fazer referência à *propriedade* de bens e a uma *transferência* de propriedade, e não à quantidade existente de instrumentos de produção tangíveis.

No entanto, tal afirmação não resolve completamente a tarefa de esclarecer a questão. Se nada mais se achar envolvido além do processo de transferência de, digamos, títulos de dívidas, metais preciosos, ou terra, de uma antiga classe dominante, carente de iniciativa ou do gosto pela indústria, para uma nova classe, prática por inclinação e empolgada por uma sede aquisitiva, poder-se-á justificadamente pretender que a palavra “acumulação” está sendo mal empregada: mal empregada no sentido de que denota um processo a ser mais corretamente descrito como uma transferência de direitos de propriedade de uma pessoa para outra do que como um entesouramento, quer de valores, quer dos próprios bens. Por trás dessa questão de terminologia acha-se um ponto importante. Se a transferência de riqueza é tudo que está envolvido no processo, por que não deveria um desenvolvimento suficiente de instituições creditícias, como os intermediários financeiros entre a classe antiga e a nova, bastar para pôr os meios de iniciar a indústria nas mãos da última? Por que dever-se-ia buscar qualquer processo histórico mais

complexo do que esse, para não falar numa revolução social, como condição preliminar do capitalismo industrial?

Se existe uma resposta para essa pergunta, deve ser que algo *mais* do que uma simples transferência se faz necessário: que existem motivos pelos quais o pleno florescimento do capitalismo industrial exige não só uma transferência de títulos de riqueza para as mãos da classe burguesa, mas uma *concentração* da posse da riqueza em mãos muito menos numerosas. No que segue, deverá tornar-se claro que existem tais motivos; e essa é uma questão à qual voltaremos logo. Mas se tais razões existem, evidentemente elas darão caráter particular à acumulação de capital como um processo histórico; e o termo acumulação será doravante usado para designar uma concentração, bem como uma transferência da propriedade dos títulos de riqueza.

As diversas maneiras pelas quais uma classe pode aumentar sua posse de propriedade parecem redutíveis a duas categorias principais. Em primeiro lugar, essa classe pode comprar a propriedade de seus donos anteriores em troca dos meios de consumo ou desfrute imediato. Em outras palavras, essa propriedade por ser vendida por dinheiro ou bens não duráveis. Nesse caso, os antigos donos aumentarão seu consumo ou seus estoques de dinheiro, separando-se, em troca, de sua terra, casas ou outros objetos duráveis, tais como prataria. A classe nova esgotará suas reservas de dinheiro ou então reduzirá seu consumo abaixo do nível de sua renda para poder formar sua propriedade de coisas duráveis e, no segundo caso, pode-se dizer que financia suas compras mediante a “poupança”. Esse método de adquirir riqueza durável, pela prática de poupança de renda, tem sido freqüentemente encarado como a única forma que a acumulação pode tomar, ou pelo menos a que tem tomado; e dessa suposição deriva uma série de teorias que procuram explicar a origem do capitalismo por algum enriquecimento inesperado, obtido pela burguesia nascente no período pré-capitalista, tal como a inflação de lucros devido a mudanças monetárias, aluguéis urbanos aumentados, ou à abertura repentina de algum novo canal comercial.

Entretanto, há uma segunda forma pela qual a classe *parvenue* pode aumentar sua posse de riqueza durável. E esta tem, provavelmente, desempenhado o papel mais importante entre as duas. A burguesia pode adquirir um tipo determinado de propriedade quando ela se torna excepcionalmente barata (no caso extremo adquirindo-a durante a crise por preço insignificante) e realizá-la mais tarde, quando o valor de mercado dessa propriedade estiver relativamente alto, em troca de outras coisas (como força de trabalho ou equipamento industrial) que estejam num valor relativamente inferior. Por meio desse duplo ato de troca, a burguesia adquirirá uma proporção maior da riqueza total da comunidade.

## 19. A INDÚSTRIA CASEIRA

Valentin Vazquez de Prada

*A partir da formação de um comércio em escala mundial (séculos XV-XVI), através da integração da América e litoral africano ao circuito comercial euro-asiático, o capital mercantil, para fugir ao exclusivismo sobre a produção urbana monopolizada pelas Corporações de Ofícios, contribui decisivamente para o desenvolvimento da indústria caseira. Esta intensifica-se a partir de meados do século XVI, e corresponde a uma etapa significativa no processo de transição feudalismo/capitalismo, uma vez que possibilita um maior controle do capital sobre a produção, maior divisão do trabalho e aumento da produtividade.*

A ampliação do mercado e a organização capitalista da produção fizeram triunfar um novo sistema, o do trabalho no domicílio, ou *domestic system*, também chamado pelos historiadores alemães *Verlagsystem*, pois a ação do empresário (*Verleger*) era fundamental. O empresário fornecia a matéria-prima e, por vezes, fazia adiantamentos aos artesãos, que trabalhavam nas suas casas a um preço geralmente estabelecido por peça (*putting-out*). O próprio empresário se encarregava de colocar os seus produtos no mercado ou de os exportar para países coloniais.

Este novo sistema inicia-se por meados do século XIV, naquelas zonas industriais, como a Itália do Norte, Flandres e Alemanha Meridional, que trabalhavam para a exportação. No século XVI desenvolveu-se progressivamente, porque se adaptava muito bem à situação social e económica da época e converteu-se no sistema característico até ao advento da fábrica. A sua origem provém não só do capitalismo como também da divisão do trabalho, que obrigava a decompor o processo da produção em várias fases. Geralmente uma das corporações que tinha participado do processo tomava à sua conta o artigo acabado, encarregando-se da sua colocação no mercado. Este fato está demonstrado no caso dos cutileiros de Solingen ou no da indústria de tecidos; os trabalhadores mais próximos do consumidor, os que executavam a tinturaria ou o acabamento, incumbiam-se da venda. Alguns destes, quando melhoravam de situação ou se associavam a capitalistas, passaram à situação de *Verleger*, originando-se assim a separação total do processo de produção em relação ao de comercialização, cuja união fora a característica da Idade Média.

A indústria caseira, em face da corporativa, foi essencialmente rural, sobretudo nas regiões pouco férteis, pois os trabalhadores alternavam este trabalho artesanal com o cultivo das suas terras; homens, mulheres e crianças ocupavam-se no trabalho de fiação ou tecelagem da lã durante os sete ou oito meses de interrupção dos labores do campo. Como já dissemos, nas regiões de boas terras a supressão do barbeito (cômodo que divide uma propriedade de outra) e a variedade de culturas que ocuparam a família camponesa o ano inteiro, não permitiriam o trabalho no domicílio, anunciando-se a nova época industrial.

Vazquez de Prada, Valentín. *História Econômica Mundial – I – Das Origens à Revolução Industrial*. Porto, Livraria Civilização Editora, 1977, pp. 294-5

## 20. A INDÚSTRIA NA INGLATERRA NO SÉCULO XVI

Harry A. Miskimin

*O autor analisa a questão da tecnologia “industrial” inglesa no século XVI, estabelecendo a distinção entre os vários sistemas então existentes e como as novas necessidades do comércio externo exigiam alterações na organização manufatureira.*

No século XVI, poucas modificações da tecnologia se verificaram na fabricação de panos. As próprias estamenhas (tecidos de lã), conhecidas na Inglaterra como ‘as fazendas novas’, eram antigas no continente e tinham até sido produzidas, embora em pequena quantidade, na Inglaterra muito antes do seu espetacular reaparecimento por meados do século. Ao passo que eram muito pouco importantes os progressos técnicos, havia grande necessidade de profundas alterações de organização da manufatura, pois as exportações iam crescendo e, dos níveis irrisórios do século XIV, tinham já chegado a representar uma parte muito importante do comércio externo inglês. O sistema que produziu e exportou mais de cem mil peças por ano não podia ter funcionado nas mesmas bases que tinham sido criadas dois séculos antes para a venda ocasional de algumas centenas.

Talvez nas obras de história da economia se tenha dado excessiva importância a uma divisão bastante mecânica dos progressos da organização industrial em três partes: o sistema das guildas, em que o trabalhador era dono dos instrumentos e da matéria-prima; o sistema doméstico, em que ele era dono apenas dos instrumentos e trabalhava para um capitalista que tinha a matéria-prima; e o sistema da fábrica, em que o trabalhador não possuía nem instrumentos nem matéria-prima. Ora, enquanto que as origens do sistema doméstico

são obscuras e que o sistema das guildas perdurou bem para além do século XVI, a idéia de se entregar matéria-prima para a confecção de fazendas dá-nos imediatamente uma noção da estrutura da indústria têxtil inglesa e revela-nos o modo pelo qual as modificações organizativas podiam conduzir a aumentos de produtividade.

Miskimin, Harry A. *A Economia do Renascimento Europeu. 1300-1600*. Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 286.

## 21. O SURGIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL

Maurice Dobb

*Partindo de uma nota de Marx, Maurice Dobb analisa a questão da articulação do capital mercantil com o processo produtivo, discutindo os caminhos sugeridos por Marx para explicar este processo. Chama-se a atenção para a via revolucionária, através da qual o capital se acumulou nas mãos de parte dos próprios produtores que passaram a organizar a produção em bases capitalistas. Para Dobb, este desenvolvimento exerceu uma grande influência política na Inglaterra do século XVII, vinculando-se à Revolução Inglesa de 1640-1660, entendida como uma revolução burguesa clássica.*

No correr de suas notas históricas sobre o capital mercantil, Marx assinalou que este, em seu estágio inicial, tinha uma relação puramente externa com o modo de produção, que permanecia independente e intocado pelo capital: o mercador era apenas “o homem que ‘removia’ os artigos produzidos pelas guildas ou pelos camponeses”, para ganhar com a diferença de preço entre as diversas zonas produtoras. Mais tarde, no entanto, o capital mercantil começou a ligar-se ao modo de produção em parte para explorá-lo mais eficientemente – para “deteriorar a situação dos produtores diretos (...) e absorver seu trabalho excedente com base no antigo modo de produção” –, e, em parte, para transformá-lo no interesse de maiores lucros e a serviço de mercados mais amplos. Marx sugere que tal desenvolvimento seguiu dois caminhos principais. De acordo com o primeiro – “o caminho realmente revolucionário” –, uma parte dos próprios produtores acumulou capital e passou a comerciar, começando, com o tempo, a organizar a produção em bases capitalistas, livre das restrições artesanais das guildas. De acordo com o segundo, uma parte da classe mercantil existente começou a “tomar posse diretamente da produção” e, dessa maneira, “serviu historicamente como um modo de transição”, mas tornou-se finalmente um “obstáculo a um modo de produção realmente capitalista, passando então a declinar com o desenvolvimento deste último”. (*O Capital*, vol. III, pp. 388-396).

Nas últimas décadas, tornou-se bem claro que o tipo de transição a que Marx se referia já estava em andamento na Inglaterra na segunda metade do século XVI. E que, na época da ascensão de Carlos I, já se tinham efetivado certas mudanças significativas de modo de produção: circunstância particularmente relevante para os acontecimentos políticos na Inglaterra do século XVII, nos quais vemos todos os sinais da clássica revolução burguesa. No entanto, as linhas desse desenvolvimento ainda não foram traçadas claramente. Elas formam um complexo de tendências diversas, e o ritmo e a natureza do desenvolvimento diferem muito em diferentes ramos da indústria. Os dois caminhos a que Marx se refere não permanecem distintos durante todo o seu percurso. Muitas vezes se fundem por algum tempo, cruzando-se em diversos lugares. Como é particularmente característico de períodos de transição, os interesses e as fidelidades misturam-se de forma curiosa e as linhas divisórias sociais mudam com rapidez. Não obstante, a despeito dessa complexidade, algumas grandes tendências se destacam, representando um domínio crescente do capital sobre a produção. Nas indústrias existentes, esse desenvolvimento tomou a forma tão claramente elucidada por Unwin, ou seja, a do crescente domínio de um elemento puramente mercantil sobre a massa de artesãos e a subordinação destes ao primeiro. Em certos casos, uma organização já em grande parte composta de um elemento puramente comercial (como os Fanqueiros ou Armarinheiros), e que monopolizava o comércio atacadista de alguma mercadoria acabada, submeteu as organizações de artesãos ao seu controle, ou mesmo as absorveu, enquanto começava a distribuir trabalho entre artesãos no campo, onde atuava livre das regulamentações das guildas artesanais urbanas. Em outros casos, como sucedeu com os tecelões, o elemento mercantil, constituindo a *Livery*, chegou a dominar tanto a guilda quanto o elemento artesanal que ocupava o posto mais baixo da companhia, chamado *yeomary* ou *Bachelors*. Com o desenvolvimento ulterior, quando o elemento artesanal conseguiu sua independência em relação aos mercadores pela incorporação como um novo órgão dotado de carta-patente, como sucedeu com a maioria das corporações Stuart, a nova companhia parece ter caído, por sua vez, sob o controle de uma pequena oligarquia formada pela parcela capitalista próspera. Ao mesmo tempo, numa série de novas indústrias, como as de cobre, bronze e material bélico, papel e fabricação de pólvora, alume e sabão, e também na mineração e na fundição, a técnica de produção foi bastante transformada, como resultado das invenções recentes, que tornavam necessário um capital inicial muito além da capacidade do artesão comum. Conseqüentemente, nesse setor, as empresas eram fundadas por homens e iniciativas que se associavam ou reuniam ações, começando a empregar trabalho assalariado em escala considerável.

---

## O ESTADO ABSOLUTISTA NA EUROPA MODERNA

---

O tema da formação e consolidação dos Estados Absolutistas na Europa Moderna é um dos que tem merecido maior atenção por parte da historiografia contemporânea.

É no período Moderno que podemos acompanhar o rompimento do isolamento das comunidades locais para marcos sócio-geográficos maiores, constituindo-se os chamados Estados-nações. Isto decorre de um longo processo, durante o qual, progressivamente, os reis conseguiram eliminar ou enfraquecer de forma sensível, os poderes locais e o poder supranacional da Igreja.

Constituem-se, então, os Estados Absolutistas, expressão que precisa ser analisada com o devido cuidado, uma vez que tem sido empregada de forma a se dar a idéia de um poder ilimitado e sem controle por parte dos reis europeus. Na verdade, tal tipo de poder nunca existiu, uma vez que limites sempre estiveram presentes. No entanto, diversas teorias foram formuladas na época, tentando justificar um poder que só se submeteria a Deus, razão última da própria existência do governante.

Os textos e documentos que foram escolhidos para o estudo deste tema permitirão ao leitor um contato com algumas dessas idéias, tais como as de Maquiavel, Hobbes, Bodin e Bossuet. Permitirão ainda o conhecimento de como os reis encaravam seu próprio poder. E, por último, o leitor poderá travar contato com duas das mais recentes interpretações do Absolutismo, formuladas por historiadores contemporâneos, interessados em descortinar as bases sociais de apoio dos governantes absolutistas europeus.

Enquanto você lê os textos, procure refletir sobre as questões que se seguem:

1. A partir da leitura do texto de Michel Morineau, faça um paralelo entre o poder monárquico à época medieval e quando da centralização política ocorrida a partir do século XVI.
2. Com base no texto de Leon Pomer, apresente as características das monarquias européias e os limites à ação do poder absoluto.
3. Compare o discurso de Luis XIV com o texto de Pomer que fala dos limites do poder real.
4. Maquiavel, Hobbes, Bodin e Bossuet apresentam-se como os principais teóricos do Absolutismo. A partir da leitura dos docu-



mentos destes autores, apresente os pontos comuns e os discordantes existentes no pensamento deles.

5. Faça uma análise comparativa entre as idéias de Perry Anderson e de Poulantzas, procurando chegar a uma conclusão pessoal.

## 22. A “REVOLUÇÃO” POLÍTICA: A “MODERNIDADE” DO ESTADO

Michel Morineau

*O texto abaixo faz referência às características dos Estados europeus da época moderna, traçando um paralelo entre a autoridade dos reis medievais e o poder real em processo de centralização durante o século XVI.*

Por várias ocasiões, o Estado surgiu como um fator de peso na vida econômica do século XVI. Por isto entende-se por vezes, embora as duas noções não sejam idênticas, o Estado como nação: uma entidade global, superior às províncias. É o caso do reino inglês, em que o País de Gales está totalmente integrado desde 1536. É o de uma Espanha, onde a administração teria apagado as antigas clivagens entre Aragão e Castela. É o da França, conjunto cujos elementos teriam sido reunidos pouco a pouco: Bretanha em 1532, Trois-Evêchés em 1552. Por Estado entende-se também uma organização central, englobando e gerindo a nação. Até há pouco, o rei só tinha autoridade absoluta sobre o seu próprio domínio e os grandes suseranos detinham, sobre os seus feudos, uma fração do poder, permanecendo a sua fidelidade ao rei de ordem pessoal. No século XVI, a autoridade do rei exercia-se por toda parte através dos funcionários que nomeava: a justiça era exercida pelos seus bailios e os seus parlamentares. Os sinais mais patentes do Estado, na sua modernidade do século XVI, eram o imposto, o exército permanente, a criação de um corpo de funcionários ou oficiais, designados pelo rei e diretamente dependentes deste, o nascimento de um governo central mais fundamentado e mais adaptado às suas tarefas. Esta apresentação simplifica os fatos, mas respeita, assim o cremos, o essencial se, como F. Chabod recordava, citando Alexis de Tocqueville, a centralização é bem “um produto do Antigo Regime” e já atributo do Estado do Renascimento.

Morineau, Michel. *O Século XVI – 1492-1610*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980, p. 314.

### 23. MONARQUIAS ABSOLUTAS

Leon Pomer

*Leon Pomer procura, no texto a seguir, analisar as características das monarquias européias, com destaque para a monarquia francesa, por ele considerada a mais absoluta que existiu. Aborda também a questão dos limites existentes ao poder absoluto.*

Onde elas sobrevivem, mas não em todas (Espanha é exemplo de exceção), ocorrem os seguintes fenômenos:

- Um sistema legal que tende a se unificar;
- Códigos administrativos operados por pessoal especializado;
- Concentração do poder material e espiritual (as monarquias se legitimam por direito divino e enfrentam o poder temporal da Igreja);
- Exércitos a serviço do poder real e estreitamento dependente dele;
- Arrecadação de impostos para sustentar exércitos e o aparato administrativo que arrecada e transmite – e faz cumprir – as determinações do poder real;

Aos fenômenos apontados devem ser acrescentados estes outros que também admitem exceções (novamente o caso espanhol, e também o da Rússia);

- Dissolução dos vínculos feudais e afloramento das relações de subordinação pessoal;
- Enfraquecimento e, às vezes, eliminação dos poderes locais, regionais ou provinciais;
- Eliminação das autonomias das cidades;
- Mercantilização crescente da economia (produção e circulação de mercadorias em âmbitos sociais e geográficos muito mais vastos que os conhecidos anteriormente);
- Extinção das barreiras jurídicas que sancionavam uma estratificação social do tipo estamental;
- Percepção ampliada do todo social em virtude da multiplicação das interações sociais;
- Construção de redes viárias e canais (estes na Inglaterra) pelos quais transitam mais facilmente os homens e as mercadorias.

Não se deve concluir que esse conjunto de condições modificou automaticamente as consciências. Para os franceses do século XVII, para a massa camponesa que constitui a maioria da população, a pátria é ainda a sua aldeia. Quem for de fora é considerado estrangeiro. Em 1750, o termo “patriota” passa a ser utilizado no sentido atual: aquele que ama e se sente atado à “pátria grande” e não apenas à comunidade ou região de que é oriundo.

No entanto, entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comu-

nais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão “razão de Estado”: o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um “no entanto”. Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários. Não chegou o momento em que o Estado se defrontasse com as pessoas, individualmente consideradas, despidas das imunidades e proteções de qualquer natureza. Além disso, os funcionários competem entre si, vigiam-se mutuamente, fazem tudo para relaxar os controles. Os “intendants”, os mais novos e efetivos agentes do poder real, atraem para si o ressentimento dos outros funcionários reais por participar de seus privilégios e prerrogativas.

A monarquia absoluta francesa (talvez a mais absoluta que tenha existido e, por isso, insistimos nela) aparentemente onipotente, não tem recursos suficientes. Outra grande lacuna é seu aparato burocrático, ineficiente, sem a necessária idoneidade e a dimensão que seria preciso. No final das contas, os cargos públicos são vendidos para obtenção de dinheiro; e quem os compra, não pelo fato de fazê-lo, comprova sua aptidão administrativa e sua lealdade à coroa. E ainda mais: a monarquia subcontrata a arrecadação de impostos agrícolas e isto, é claro, permite que os camponeses sejam miseravelmente explorados pelos arrecadadores.

A servidão é abolida na França no século XVI; a monarquia está interessada em evitar o seu retorno, já que seria o fortalecimento dos antigos senhores das regiões, das províncias, do sistema de dependências pessoais. No entanto, os mesmos que vêem assegurada sua liberdade pessoal pelo Estado, somam-se às oposições que surgem contra a centralização do poder. A palavra Estado deixa de ser uma abstração e vai se carregando de impopularidade. O Estado é o arrecador de impostos; o Estado é o soldado ou o recrutador de soldados; o Estado – ou o rei – reclama sua lealdade a que não estão acostumados os milhões de camponeses que se sentem desprotegidos frente a ele.

Pomer, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985, pp. 23-5.

## 24. O PODER DE LUÍS XIV

*Neste documento, o rei Luís XIV procura deixar claro ao Parlamento de Paris como ele encara o seu próprio poder. Fica fácil perceber a identificação que o rei faz de si próprio com o poder estatal.*

E somente na minha pessoa que reside o poder soberano... é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado; é unicamente a mim que pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha; é somente por minha autoridade que os funcionários dos meus tribunais procedem, não à formação, mas ao registro, à publicação, à execução da lei, e que lhes é permitido advertir-me o que é do dever de todos os úteis conselheiros; toda a ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação, de que se pretende ousar fazer um corpo separado do Monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente nas minhas mãos.

Resposta do Rei ao Parlamento de Paris, em 3.3.1766. Citado em Freitas, *op. cit.*, p. 202.

## 25. MEMÓRIAS DE LUÍS XIV PARA A INSTRUÇÃO DO DELFIM

*Nas "Memórias", em que procura dar instruções a seu filho, Luís XIV apresenta uma contradição entre o que ele impôs a si mesmo e a prática do exercício do poder político.*

Eu me impus por lei trabalhar regularmente duas vezes por dia. Eu ordenei aos quatro secretários de Estado que nada assinassem sem falar-me, o mesmo ao superintendente, que nada fizesse nas finanças sem ser registrado num livro, que deveria permanecer comigo, ou eu pudesse em qualquer momento ver, num relance, o estado dos fundos e das despesas feitas e por fazer... Eu tinha resolvido sobretudo a não ter primeiro-ministro algum, e não deixar outro exercer a função de rei, ficando eu apenas com o título. Mas, pelo contrário, eu quis dividir a execução de minhas ordens entre várias pessoas a fim de reunir em mim toda a autoridade. Nenhum governador há que se não atribua direitos injustos, nem tropas que não vivam em dissolução, nem gentil-homem que não tire os camponeses, nem arrecadador, nem feitor, nem sargento que não pratique nas suas

atribuições uma insolência tanto mais criminosa quanto ela se serve da autoridade dos reis para apoiar sua injustiça.

Nessa desordem geral parece impossível ao mais justo não se corromper. Entretanto, de todos estes crimes, o público é a única vítima. É apenas em detrimento dos fracos e dos miseráveis que tantos pretendem construir suas monstruosas fortunas. Em vez de um único rei que os povos deveriam ter, eles têm ao mesmo tempo mil tiranos, entretanto, com a diferença de que as ordens do príncipe legítimo são sempre justas e moderadas, porque fundadas na razão.

Mémoires de Louis XIV pour l'instruction du delphin. In: Gothier, L. e Troux, A. *Les Temps Modernes*. Liège, H. Dessain, 1959, p. 187-9.

## 26. O PRÍNCIPE

Nicolau Maquiavel

*Neste texto, de leitura obrigatória à compreensão da teoria política que procura embasar os fundamentos do Estado Moderno, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreve em uma Itália convulsionada por crises políticas, ameaças externas e ausência de unidade nacional. Este quadro exerce profunda influência no texto de O Príncipe. É importante ressaltar que a obra deixa transparecer a amargura e descrença do autor em relação à condição humana. Compreende-se, pois quando a escreveu, Maquiavel, que desempenhara funções políticas, administrativas e diplomáticas em Florença, estava em desgraça e havia sofrido pena de prisão. A intenção primordial de O Príncipe será, baseando-se na realidade italiana da época, a tentativa de encontrar um processo que instale um Estado duradouro. Sua principal "lição" será a de desvincular a ética da prática política.*

Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas. Há uma coisa que se pode dizer, de uma maneira geral, de todos os homens: que são ingratos, mutáveis, dissimulados, inimigos do perigo, ávidos de ganhar. Enquanto lhes fazes bem, são teus, oferecem-te o seu sangue, os seus bens, a sua vida e os seus filhos (...) porque a necessidade é futura; mas, quando ela se aproxima, furtam-se, e o príncipe que se baseou somente nas suas palavras encontra-se despojado de outros preparativos, está perdido. As amizades que se conquistam

com dinheiro, e não pelo coração nobre e ativo, fazem sentir os seus efeitos – mas são como se não as tivéssemos, pois de nada nos servem quando delas precisamos. Os homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido, pois o amor mantém-se por um laço de obrigações que, em virtude de os homens serem maus, quebra-se quando surge ocasião de melhor proveito. Mas o medo mantém-se por um temor do castigo que nunca nos abandona. Contudo, o príncipe deve fazer-se temer de tal modo que, se não conseguir a amizade, possa pelo menor fugir à inimizade, visto haver a possibilidade de ser temido e não ser odiado, ao mesmo tempo. Isto sucederá, sempre, se ele se abster de se apoderar dos bens e riquezas dos seus cidadãos e súditos e também das suas mulheres. E quando for obrigado a proceder contra o sangue de alguém, não deve agir sem justificação conveniente nem causa manifesta. Acima de tudo, convém que se abstenha de tocar nos bens de outrem, porque os homens esquecem mais depressa a morte do seu pai do que a perda do seu património.

(...) Todos concordam que é muito louvável um príncipe respeitar a sua palavra, e viver com integridade, sem astúcias nem embustes. Contudo, a experiência do nosso tempo mostra-nos que se tornaram grandes príncipes os que não ligaram muita importância à fé dada.

(...) Já que um príncipe deve saber utilizar bem a natureza animal, convém que escolha a raposa e o leão: como o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não sabe se defender dos lobos, é necessário ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para meter medo nos lobos. Os que querem fazer apenas de leão não percebem nada do assunto. Por conseguinte, o senhor sensato não pode respeitar a fé dada se essa observância o prejudica e se as causas que o levaram a fazer promessas deixaram de existir. Se os homens fossem todos gente de bem, o meu preceito seria nulo, mas como são maus e não respeitariam a palavra que te dessem, se não lhes conviesse, também não és obrigado a respeitar a que lhes deres.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Lisboa, Europa-América, 1976, pp. 89-90 e 93-4.

## 27. O ESTADO SEGUNDO HOBBS

*Thomas Hobbes também se inscreve entre os teóricos que procuram justificar o poder absoluto dos reis, mas ressalvando que tal poder deriva de um contrato social. No trecho abaixo, temos a definição de Estado de Hobbes e como ele imagina este contrato.*

O único caminho para erigir semelhante poder comum, capaz de defendê-los contra a invasão dos estrangeiros e contra as injúrias alheias, assegurando-lhes de tal modo que por sua própria atividade e pelos frutos da terra poderão nutrir-se a si mesmos e viver satisfeitos, é conferir todo o seu poder e fortaleza a um homem ou a uma assembléia de homens, todos os quais, por pluralidade de votos, possam reduzir suas vontades a uma vontade. Isto equivale a dizer: eleger um homem ou uma assembléia de homens que representem sua personalidade; e que cada um considere como próprio e se reconheça a si mesmo como autor de qualquer coisa que faça ou promova aquele que representa sua pessoa, naquelas coisas que concernem à paz e à segurança comuns; que, além disso, submetam suas vontades cada um à vontade daquele, e seus juízos a seu juízo. Isto é algo mais que consentimento ou concórdia; é uma unidade real de tudo isso em uma e mesma pessoa, instruída por pacto de cada homem com os demais, de tal forma como se cada um dissesse a todos: *autorizo e transfiro a este homem ou assembléia de homens meu direito de governar-me a mim mesmo, com a condição de que todos vós transferireis a ele vosso direito, e autorizareis todos seus atos da mesma maneira*. Feito isto, a multidão assim unida em uma pessoa se denomina Estado, em latim, *Civitas*. Esta é a geração daquele grande Leviatã, ou melhor (falando com mais reverência), daquele *Deus mortal*, ao qual devemos, sob o *Deus imortal*, nossa paz e nossa defesa. Porque em virtude desta autoridade que se lhe confere por cada homem particular no Estado, possui e utiliza tanto poder e fortaleza, que, pelo terror que inspira é capaz de conformar as vontades de todos eles para a paz, em seu próprio país, e para a mútua ajuda contra seus inimigos, no estrangeiro. E nisso consiste a essência do Estado, que podemos definir assim: *uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, por pactos mútuos, realizados entre si, foi instituída por cada um como autor, com a finalidade de poder utilizar a fortaleza e meios de todos, da maneira que julgar oportuno, para assegurar a paz e defesa comum*. O titular desta pessoa se denomina *soberano*, e se diz que tem *poder soberano*; cada um dos que o rodeiam é seu *súdito*.

Hobbes, Thomas. Leviatán, citado em Ibañez, A. H. *Antología del Renacimiento a la Ilustración*. México, Universidad Autónoma de México, 1972, p. 275-6. (Tradução dos organizadores).

## 28. A TEORIA DO DIREITO DIVINO DOS REIS

Jacques-Bénigne Bossuet

*O Bispo Bossuet é um dos teóricos que justificam o Direito Divino dos Reis, cujas razões ele aqui apresenta. Destaca-se, prin-*

*principalmente, a parte final do documento, onde, além de demonstrar o caráter divino da realeza, aborda a questão da submissão dos súditos.*

Três razões fazem ver que este governo é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão... é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural... A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais... A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar... O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus... Os reis... são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.

Bossuet, Jacques-Bénigne. Política Tirada da Sagrada Escritura, citado em Freitas, *op. cit.*, p. 201.

## 29. O PODER REAL SEGUNDO JEAN BODIN

*As idéias de Jean Bodin, tal como as de Bossuet, apontam para o caráter divino dos reis. É interessante lembrar que Bodin escreveu estas linhas muito tempo antes de Bossuet.*

O rei sábio deve governar harmonicamente o seu reino, entremeando suavemente os nobres e os plebeus, os ricos e os pobres, com tal discrição, no entanto, que os nobres tenham alguma vantagem sobre os plebeus, pois é bem razoável que o gentil-homem, tão excelente nas armas e nas leis quanto o plebeu, seja preferido nos estados de judicatura ou da guerra; e que o rico, em igualdade das demais condições, seja preferido ao pobre nos estados que têm mais honra que lucro; e que ao pobre caibam os ofícios que dão mais lucro que honra; assim, todos ficarão contentes.

(...) Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com



toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é a imagem na terra.

Bodin, Jean. Seis Livros sobre a República, citado por Chevallier, Jean-Jacques. *As Grandes Obras políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Rio, Agir, 1976, p. 60-1.

### 30. O ESTADO ABSOLUTISTA, ESTADO FEUDAL

Perry Anderson

*Nas discussões mais recentes da historiografia, com relação à base social de sustentação do Estado Absolutista, Perry Anderson defende a tese de que o Estado Absolutista não é mais do que um rearranjo da nobreza feudal para continuar no poder. O trecho abaixo explica com mais detalhes essa idéia.*

O contraste entre (a) estrutura da monarquia medieval dos “estados” e a dos inícios do absolutismo moderno é suficientemente evidente para os historiadores de hoje. O mesmo se pode dizer – ou mais, ainda, talvez – para os nobres que fizeram diretamente experiência deste estado de coisas. Mas a grande força estrutural silenciosa que levou a uma reorganização completa do poder da classe feudal estava-lhe inevitavelmente escondida. O tipo de causalidade histórica que destruiu a unidade inicial da exploração extra-econômica que constituía a base de todo o sistema social – pelo desenvolvimento da produção e da troca de mercadorias –, e que centralizava no topo esta mesma unidade não podia ser posto em evidência nas categorias que formavam o universo mental da nobreza. Para muitos nobres, este desenvolvimento econômico ou mercantil constitui mesmo uma oportunidade de fortuna e de glória apanhada com avidez; para muitos outros, isto foi o sinônimo de desonra e de ruína. E, então, eles revoltaram-se contra este estado de coisas; para a maior parte, ele originou um processo de adaptação e conversão longo e difícil, que se desenrolou ao longo de várias gerações antes que se tenha restaurado, de forma precária, a harmonia entre a sua classe e o Estado. No decurso desse processo, a antiga aristocracia feudal foi obrigada a abandonar as suas velhas tradições e a adquirir outras numerosas aptidões. Ele teve que renunciar ao uso privado da força armada, ao modelo social de lealdade dos vassalos, aos seus hábitos econômicos de avidez hereditária, aos seus direitos políticos autônomos, e àquele atributo cultural que era a sua própria ignorância. Ela teve que se iniciar em novas ocupações: a de oficial disciplina, de funcionário letrado, de cortesão *raffiné* e de proprietário fundiário mais ou menos esclarecido. A história do absolutismo oci-

dental é, em grande parte, a história da lenta reconversão da classe dirigente fundiária às formas exigidas pela manutenção do seu próprio poder político, apesar e contra o essencial da sua experiência e dos seus instintos anteriores.

Na época do renascimento assistiu-se, portanto, à primeira fase da consolidação do absolutismo, que então ainda estava relativamente próximo do esquema monárquico anterior.

(...) De fato, o próprio termo absolutismo era uma designação errada. Nenhuma monarquia ocidental jamais gozou de um poder absoluto sobre os seus súditos no sentido de um despotismo sem entraves. Todas elas eram limitadas, mesmo nas mais elevadas das suas prerrogativas, pelo complexo de concepções denominadas de “lei divina” ou lei “natural”. (...)

Nenhum dos Estados absolutos pôde jamais dispor segundo o livre arbítrio da liberdade e das propriedades fundiárias da nobreza ou da burguesia à maneira dos tiranos asiáticos do seu tempo. Nem conseguiram tampouco levar a cabo a centralização administrativa ou a unificação política. Os particularismos corporativos e as heterogeneidades regionais, herança da época medieval, subsistiram no antigo regime até à sua queda final. De fato, a monarquia absoluta no ocidente foi, portanto, sempre duplamente limitada: pela persistência de corpos políticos tradicionais colocados abaixo dela e pela presença de uma lei moral situada acima. Por outras palavras, a dominação do absolutismo exerceu-se, no fim das contas, necessariamente nos limites da classe cujos interesses ele preservava.

Anderson, Perry. *Classes e Estados: Problemas de Periodização*. In: Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 pp. 129-133.

### **31. O ESTADO ABSOLUTISTA, ESTADO CAPITALISTA**

Nicos Poulantzas

*Uma outra vertente de autores tenta demonstrar que o Estado absolutista tem sua base social de apoio na burguesia emergente. Poulantzas, no texto abaixo, demonstra as razões dessa idéia.*

(O) desfasamento cronológico entre o Estado absolutista e a instância econômica do período de transição do feudalismo para o capitalismo... pode ser explicado pelas funções do Estado na acumulação primitiva do capital. De fato, essas funções do Estado – expropriação dos pequenos proprietários, fiscalização, fornecimento dos fundos para o início da industrialização, ataque ao poder senho-

rial, ruptura das barreiras comerciais no interior do território nacional, etc. — *só podem ser preenchidas por um Estado com caráter capitalista*, por um poder público centralizado com caráter propriamente político. São precisamente as suas instituições “nacionais-populares” que, numa larga medida, permitem-lhe funcionar contra o interesse da nobreza, em um momento em que ainda não se pode *apoiar claramente* na burguesia. Esse papel da “força” do Estado em favor da “burguesia nascente”, como não-lo descreve Marx, não pode ser analisado senão como *intervenção* do Estado absolutista de transição. Por outras palavras, não poderia ter sido um Estado qualquer a desempenhar esse papel de “força” na fixação dos limites de um modo de produção ainda-não-dado. A transição, atribuindo estas funções ao Estado, faz que estas só possam ser preenchidas por um Estado com caráter capitalista.

Finalmente, uma última observação sobre a relação deste Estado de transição com a luta de classes. A autonomia característica do Estado absolutista relativa simultaneamente à instância econômica e ao campo da luta de classes, que precisamente lhe permitiu funcionar no sentido da acumulação primitiva do capital, poderá ser reportada, de maneira exaustiva, a um *equilíbrio* de forças, como Engels diz, entre a nobreza e a burguesia? Veremos que o esquema explicativo geral da autonomia relativa do Estado reportada a um “equilíbrio” das forças sociais em presença não pode ser exaustivo para um Estado apresentando traços capitalistas marcados. Mais particularmente, o Estado absolutista de transição não corresponde, pelo menos em todos os estágios da transição, a um equilíbrio de forças entre a nobreza politicamente dominante e a burguesia economicamente dominante: essa dominância econômica da burguesia só progressivamente se vai estabelecendo, e só excepcionalmente chega a medir forças com a dominância política da nobreza — por exemplo, em França no final do Antigo Regime. Se, por vezes, durante esses estágios, o aspecto principal da contradição, até mesmo a contradição principal, deslocam-se e não funcionam entre a burguesia e a nobreza fundiária, mas entre estas e os pequenos produtores independentes, isto não indica automaticamente um equilíbrio de forças entre estas duas classes. A aliança de classe nobreza-burguesia é, neste caso, freqüentemente marcada por uma predominância bastante nítida da nobreza. A “autonomia relativa” do Estado absolutista é devida, por um lado, ao seu caráter capitalista e à sua função no período de transição, por outro, à sua relação *complexa* com o campo da luta de classes.

Assim, do ponto de vista do Estado, o estágio inicial da transição do feudalismo para o capitalismo consiste no fato de comportar um Estado com traços marcadamente capitalistas, em um momento em que a burguesia não é a classe politicamente dominante e, mesmo freqüentemente, não é a classe economicamente dominante; esse *estágio inicial* não corresponde, a maior parte das vezes, a um equilíbrio de forças entre a burguesia e a nobreza. Após a elevação da

burguesia ao poder político – o que não implica necessariamente à sua hegemonia política – a transição continuará até a consolidação do M.P.C. e até o início da fase de reprodução alargada: o primeiro estágio desta corresponde, sempre através dos desenvolvimentos desiguais, ao Estado liberal que encontramos na Europa Ocidental na segunda metade do século XIX.

Poulantzas, Nicos. O Estado absolutista, Estado de transição. In: *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Porto, Portugalense, 1971, p. 198-200.

## 32. OS ESTADOS SÃO OS MAIORES EMPREENDEDORES DO SÉCULO

Fernand Braudel

*As relações entre o Estado Moderno e a vida econômica são analisadas no texto de Braudel. De passagem, ele retoma a idéia de que o Estado procura se apoiar na burguesia.*

No século XVI, os Estados afirmam-se cada vez mais como grandes coletores e redistribuidores de rendimentos; apoderam-se, por meio do imposto, da venda dos cargos, das rendas, dos confiscos e de uma enorme parte dos diversos “produtos nacionais”. Esta múltipla penhora é eficaz dado que os orçamentos flutuam por junto sobre a conjuntura e seguem a maré dos preços. O desenvolvimento dos Estados está assim diretamente ligado à vida econômica, não é um acidente ou uma força intempestiva tal como pensou demasiado apressadamente Joseph A. Schumpeter. Querendo-o ou não, são os maiores empreendedores do século. É deles que dependem as guerras modernas, com efetivos e com despesas cada vez maiores; tal como as maiores empresas econômicas: a *Carrera de Índias* a partir de Sevilha, a ligação de Lisboa com as Índias Orientais, a carga da *Casa da Índia*, ou seja, do rei de Portugal.

(...) Por meio de todas estas atividades, o Estado coloca de novo em circulação o dinheiro que vem parar aos seus cofres e quando a guerra impõe as suas exigências, despende mesmo para além dos seus rendimentos. Guerras, construções e empresas são assim, mais do que se pensa, incitamentos econômicos.(...)

Assim, os Estados possuem a agilidade da economia moderna. O Estado moderno acaba de nascer, armado e desarmado ao mesmo tempo, porque não chega para a sua tarefa: para fazer a guerra, receber os impostos, administrar os seus negócios, fazer justiça, tem de se apoiar nos homens de negócios e nos burgueses à procura de promoção social. Mas, mesmo isso é um sinal da sua nova força. Em Castela, onde se vêem admiravelmente as coisas, todos procuram então entrar no empreendimento do Estado: os mercadores, os grandes senhores, os *letrados*... Organiza-se uma corrida às honras e aos lucros. E também uma corrida ao trabalho.

Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa, Martins Fontes, 1983, v. I, pp. 495-7.

---

## EXPANSÃO, COLONIZAÇÃO, MERCANTILISMO

---

A expansão marítimo-comercial européia dos séculos XV-XVI pode ser entendida como o encaminhamento, para a solução no campo econômico, da crise geral do século XIV. A necessidade vital de novas fontes produtoras de metais preciosos, a carência de trigo e o interesse pelas especiarias asiáticas, são alguns dos elementos levantados pela historiografia para explicar o processo expansionista. Este, assim, assume o caráter de empresa marítima e, principalmente, mercantil, contribuindo decisivamente para tornar possível a chamada “acumulação primitiva de capital” na Europa Ocidental.

Num primeiro momento, o que conta é que o saque das riquezas metálicas das áreas recém-incorporadas, bastando para isso lembrar que ao longo do século XVI triplicou o volume de metais preciosos em circulação no continente europeu.

Num segundo momento, incentiva-se a atividade mercantil, através da exploração metódica de extensas áreas tropicais (*plantation*) e das minas de prata e ouro (sobretudo no eixo México-Peru), com a utilização de mão-de-obra compulsória. Neste sentido, pode-se entender a colonização como obra do capital mercantil, com a inserção das áreas coloniais no quadro mais amplo do Antigo Regime.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que o sistema colonial como um todo é uma das peças do Mercantilismo, enquanto prática econômica de uma época de acumulação de capitais. Esta política garantia a acumulação porque conseguia articular os interesses do Estado com os de uma burguesia mercantil em expansão, privilegiada com toda uma série de monopólios, concessões e exclusivismos.

Os textos selecionados para o estudo deste tema possibilitam a articulação dos processos expansionista e colonizador, segundo a perspectiva do capital mercantil. Enquanto você os lê, reflita sobre as seguintes questões:

1. Qual a importância dos documentos de época apresentados para a compreensão do processo de expansão marítima?
2. Por que J. H. Elliott afirma que os europeus tiveram grande dificuldade em compreender e descrever o que viram na América?
3. Qual a importância da espada, da cruz e da fome enquanto mecanismos de conquista da América por parte dos europeus?
4. Como Fernando Novais conceitua o sistema colonial?

5. De acordo com a leitura dos textos e documentos referentes às práticas mercantilistas, qual a importância destas para a acumulação primitiva do capital?

### 33. O DESCOBRIMENTO DO CABO DAS TORMENTAS

Antonio Sérgio

*A chegada de Bartolomeu Dias ao extremo-sul da África constitui-se, para Antonio Sérgio, em um momento extraordinário do expansionismo português. Estava já claramente configurada a descoberta da nova rota para a Índia. O texto abaixo, apoiado em documentos de época, transmite essa visão do autor.*

Esta viagem, iniciada (em fins de) agosto de 1487, constituiu o verdadeiro descobrimento do caminho marítimo para a Índia. A frota compunha-se de duas naus, acompanhadas de uma naveta com mantimentos sobressalentes – isto porque sucedera várias vezes terem os navegadores de regressar, não prosseguindo como desejavam, por se haverem acabado os alimentos. O comandante era Bartolomeu Dias, como dissemos, o qual embarcava num navio de que Pero de Alenquer era o piloto. Descendo ao longo da costa africana, ao sul do Equador, iam nela colocando padrões.(...)

Depois de largarem da Angra das Voltas (29°S.), foram assaltados por um temporal, que os fez andar de capa treze dias. Notaram a frigidez da atmosfera. Quando amainou esse mau tempo, decidiram tomar o rumo de leste, a fim de poderem encontrar a terra, supondo que corria de norte a sul, como até então. Assim navegaram por uns poucos de dias. Porém, nada encontraram... Alvorçou-se este sucesso. Seria o caminho da Índia?... Rumaram ao norte. Toparam uma angra, a que deram o nome “dos Vaqueiros”, pelas muitas vacas que viram ali, e que andavam guardadas por seus pastores. Depois, foram seguindo pela costa ao longo, a qual se prolongava na direção do oriente... Enchiam-se de júbilo os capitães. Prosseguindo, chegaram a um ilhéu, e ali ergueram outro padrão (padrão da Cruz).

Porém, a gente dos navios sentia-se cansada. A nau dos mantimentos quedara-se longe, e muito difícil seria encontrá-la, antes que se acabassem os mantimentos que existiam ainda. Que seria, então, se avançassem mais? Já muito se descobrira naquela viagem, da qual levavam uma grande nova: o acharem que a terra corria para leste, donde se concluíra que para trás deles deveria ter ficado um grande cabo.(...) Foi forçoso voltar. Repassaram, de regresso, no ilhéu da Cruz. “Chegados af” diz João de Barros, “quando Bartolomeu Dias se afastou do padrão que ali assentou, foi com tanta dor e sofrimento como se deixara um filho desterrado para sempre, lem-

brando-lhe com quanto perigo da sua pessoa e de toda aquela gente de tão longe vieram, somente àquele efeito, pois que Deus não concedera o principal. Partidos de ali houveram vista daquele notável cabo, como aquele que quando se mostrasse não descobriria somente a si, mas a outro novo mundo de terras. Ao qual Bartolomeu Dias e os de sua companhia, por causa dos perigos e tormentas que em o dobrar dele passaram, lhe puseram nome *Tormentoso*; mal el-rei D. João, vindo eles ao reino, lhe deu outro nome mais ilustre, chamando-lhe cabo da Boa Esperança, pelo que ele prometia deste descobrimento da Índia, tão esperada, e por tantos anos requerida.”

(...) A passagem do Bojador e a do Tormentoso marcam dois momentos culminantes na história dos descobrimentos. Ia suceder à do segundo a exploração do comércio do Oriente, como sucedera à do primeiro a exploração do comércio da Guiné.

Sérgio, Antonio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, pp. 55-7.

#### 34. OS PORTUGUESES NA ÍNDIA ALARMAM OS ITALIANOS

*O documento a seguir, escrito em 1499, logo após a viagem de Vasco da Gama, deixa que se perceba a preocupação dos italianos com a chegada dos portugueses à Índia. Analisa também as dificuldades que os portugueses poderão ter para continuar esse comércio.*

Toda Veneza ficou surpreendida e se alarmou. Os mais sisudos diziam que era a pior notícia que podia chegar-lhes. De fato, toda a gente sabe que Veneza tinha obtido o seu prestígio e a sua riqueza unicamente graças ao seu comércio marítimo que lhe proporcionava cada ano uma grande quantidade de especiarias, de tal maneira que os comerciantes estrangeiros afluíam para comprá-las. A sua presença e os seus negócios traziam-lhes fartos lucros. Mas agora, por este novo caminho, as especiarias de Leste serão transportadas para Lisboa, onde os húngaros, os alemães, os flamengos e os franceses irão procurá-las pois serão aí menos caras. Com efeito, as especiarias que chegam a Veneza têm de passar pela Síria e os territórios do sultão, e por toda a parte devem pagar direitos (aduaneiros) tão exorbitantes que, ao chegar a Veneza, o que tinha custado um ducado deve ser vendido por de oitenta a cem ducados. O caminho marítimo, esse, não tem de pagar todos esses impostos, e os portugueses podem vendê-las mais baratas. As pessoas mais bem informadas dão-se conta disso, outras não podem acreditar na notícia, e outras pessoas

pensam que o rei de Portugal não poderá conservar por muito tempo esse caminho e este comércio com Calicute, pois das treze caravelas que para aí partiram, só seis voltaram, e as perdas serão maiores que os lucros. Por outro lado, ele não encontrará facilmente homens dispostos a arriscar a sua vida numa viagem tão longa e perigosa, e pensa-se que o sultão (da Turquia), quando se aperceber das perdas que isto trará aos seus rendimentos, tratará de impedir esse comércio. Eis o que se diz, entre outras coisas, pois os venezianos, como de costume, procuram encontrar razões para não perder a esperança e recusam-se a acreditar e a ouvir o que não lhes convém.

Priuli, "Diários", 1499. In: Freitas, *op. cit.*, p. 105-6.

### 35. CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

*A chegada dos portugueses ao Brasil, através da expedição de Pedro Álvares Cabral, teve em Pero Vaz de Caminha o seu comentador. No trecho final da carta, Caminha deixa transparecer os objetivos econômicos da viagem e o resultado, aparentemente negativo.*

(...) Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria. Quando mais disposição para



se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentando da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez por assim pelo miúdo.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha.

Cortesão, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, p. 239-41.

### 36. O IMPACTO DA CHEGADA DOS EUROPEUS À AMÉRICA

J. H. Elliot

*O texto de J. H. Elliot é bastante sugestivo, porque apresenta uma faceta pouco explorada pelos historiadores: as dificuldades encontradas pelos europeus para entender "o outro", ou seja, o indígena americano, em razão das idealizações e dos mitos que povoam o seu universo mental. Daí as dificuldades de descrever e relatar o que viam.*

Se alguém perguntar *o que* viram os europeus ao chegarem ao outro lado do Atlântico e *como* o viram, a resposta dependerá muito do tipo de europeus de que se fala. O campo de visão é suscetível de ser afetado, quer pelos antecedentes, quer pelos interesses profissionais. Soldados, clérigos, mercadores e funcionários experimentados em leis são o tipo de homem de que dependemos para os primeiros relatos da observação do Novo Mundo e dos seus habitantes. Cada classe tinha as suas predisposições, as suas limitações, e seria interessante ter-se um apanhado sistemático da extensão e natureza das predisposições de cada grupo profissional e da forma como em cada um elas foram mitigadas ou alteradas, por uma educação humanista.

Um funcionário espanhol nas Índias, que transcendeu muitas das limitações da sua classe e atingiu um grau invulgar de conhecimento da sociedade quíchua por meio da aprendizagem da língua foi Juan de Betanzos. Na dedicatória da sua *História dos Incas*, escrita em 1551, falava ele das dificuldades que encontrara para construir a sua obra. Havia uma tal quantidade de informações em conflito e ele estava preocupado em descobrir "quão diferentemente os *conquista-*

*dores* falam acerca dessas coisas e quão afastados estão das práticas dos índios. E isso creio que é devido ao fato de, nessa altura, eles não estarem tão preocupados em descobrir coisas, como em submeterem as populações e adquirirem terras. Também, porque, recém-chegados, não sabiam fazer perguntas por desconhcerem a língua; por seu lado os índios estavam demasiado assustados para lhes darem explicações completas”.

As preocupações profissionais dos *conquistadores*, e as dificuldades de conduzir qualquer espécie de diálogo com os índios, são mais do que suficientes para dizer das suas dificuldades e das deficiências dos seus relatos e descrições do Novo Mundo e dos seus habitantes; e é por uma enorme sorte que a conquista do México revelou dois soldados-cronistas de observação arguta e vivo poder de descrição, como foram Cortez e Bernal Diaz. Nas cartas de relação de Cortez é possível ver-se em funcionamento o processo de observação, no sentido que Humboldt dá à palavra, ao tentar trazer o exótico para o âmbito do familiar, descrevendo os templos astecas como mesquitas e comparando o mercado de Tenochtitlán com o de Salamanca. Existem, porém, limitações ao poder de observação de Cortez, particularmente quando se trata de descrever a extraordinária paisagem por entre a qual marchava o seu exército.

Este fracasso na descrição e comunicação das características físicas do Novo Mundo não é só apanágio de Cortez. Declaradamente, a falha não é completa. O italiano Verrazano proporciona uma clara impressão do aspecto densamente florestal da costa norte-americana, o pastor calvinista francês Jean de Léry descreve vividamente a exótica fauna e flora do Brasil; o inglês Arthur Barlowe faz quase aparecer, por artes mágicas, a imagem e o cheiro das árvores e flores na primeira viagem de Roanoke. O próprio Colombo revela, de vez em quando, uma notável capacidade de observação realista, embora, noutras alturas, a paisagem idealizada pela imaginação europeia se interponha entre ele e a paisagem americana. Mas, muito freqüentemente, o aspecto do Novo Mundo ou é totalmente ignorado ou descrito com a fraseologia mais banal e convencional. Este tratamento desajeitado da natureza contrasta, flagrantemente, com muitas descrições precisas e sagazes dos habitantes nativos. É como se a paisagem americana não fosse mais que um pano de fundo sobre o qual estão convenientemente agrupadas as gentes permanentemente fascinantes do Novo Mundo.

Esta aparente deficiência de observação naturalista pode refletir uma falta de interesse entre os europeus do século XVI e especialmente dos do mundo mediterrâneo, na paisagem e na natureza. Pode refletir, também, a força das convenções literárias tradicionais. O aventureiro espanhol Alonso Enriquez de Gusmán, que embarcou para o Novo Mundo em 1534, anuncia firmemente na sua autobiografia: “Não lhes falarei muito do que vi, mas do que aconteceu...”

porque este livro é apenas um relato das minhas experiências”. Infelizmente, é fiel à sua palavra.

Mesmo nos locais em que os europeus desejavam ver e tinham olhos de ver não há garantia de que a imagem que se lhes apresentava – tanto de pessoas, como de lugares – estivesse necessariamente de acordo com a realidade. A tradição, a experiência e a expectativa eram determinantes da visão. Até um funcionário da coroa espanhola, Alonso de Zuazo, presumivelmente sóbrio, consegue transmutar em 1518, Hispaniola numa ilha encantada, onde as fontes cantam, as correntes são bordejadas de ouro e a natureza prodigaliza os seus frutos. Bernal Diaz, de vários modos um observador terra-a-terra e perspicaz, olha, mesmo assim, a conquista do México através de um véu de romance de cavalaria. Verrazano descreve brilhantemente os índios de Rhode Island, com o seu cabelo preto, a sua cor bronzeada, os seus olhos negros e vivos. Mas seriam os seus rostos tão “graciosos e nobres como os das esculturas clássicas”, ou seria essa a reação do homem de educação humanista florentina, que já criara para si uma imagem mental do Novo Mundo, inspirada pela Idade de Ouro da Antiguidade?

É difícil escapar à impressão de que os europeus do século XVI, como os chineses, nas terras a sul, viam frequentemente aquilo que esperavam ver. Isto não deve ser causa de surpresa ou de troça, porque pode bem ser que a mente humana tenha necessidade inerente de “recair” no objeto familiar e na imagem estereotipada, de forma a poder aceitar o choque com o estranho. O verdadeiro teste vem depois, com a capacidade de largar o cinto de segurança que liga o conhecido ao desconhecido. Alguns europeus, e sobretudo aqueles que estiveram muito tempo nas Índias, passaram com êxito este teste. A sua própria tomada de consciência da enorme divergência entre a imagem e a realidade forçou-os a abandonar as imagens estereotipadas e os preconceitos herdados, pois a América era um *novo* mundo e um mundo *diferente* e essa mesma diferença constituía uma carga esmagadora sobre os que começavam a conhecê-lo. “Tudo é muito diferente”, escreveu Frei Tomás de Mercado no seu livro de conselhos aos mercadores de Sevilha. “O talento dos nativos, a disposição da coisa pública, o método de governo e até a capacidade de serem governados”.

Mas como transmitir este fator de diferença, a singularidade da América àqueles que não a tinham visto? O problema da descrição reduzia os escritores e cronistas ao desespero.(...) Mas a impossibilidade da própria tarefa representava um desafio que podia alargar os limites da percepção.(...)

Porém, há alturas em que os cronistas parecem terrivelmente embaraçados pela inadequação do seu vocabulário; e é especialmente de notar que a gama de cores identificáveis pelos europeus do século XVI parece extremamente limitada. Os viajantes repetem in-

cessantemente o seu espanto pelo verde da América, mas não vão mais longe(...). Jean de Léry também consegue dar uma idéia do esplendor da plumagem dos pássaros tropicais do Brasil, mas possui uma invulgar capacidade de se pôr na posição de um europeu que nunca cruzou o Atlântico e é forçado a encarar o Novo Mundo através das descrições dos viajantes. Ensina, por exemplo, aos seus leitores, como imaginar um selvagem brasileiro: “Imaginem um homem nu, bem proporcionado e bem constituído, com todo o pêlo do corpo arrancado... os lábios e faces atravessados por ossos pontiagudos, das orelhas furadas pendem brincos, o corpo pintado... as coxas e as pernas pintadas com tinta...”. Porém, até Léry reconhece, por fim, o fracasso. “Os seus gestos e o seu semblante são tão diferentes dos nossos que confesso a minha dificuldade de os representar por palavras, ou até por desenho. Para desfrutar do prazer de os conhecer terão de ir visitá-los no seu país.”

Os retratos, como Léry sugeria, podiam ajudar a imaginação.(...) Mas os problemas dos pintores eram semelhantes aos dos cronistas. O seu passado europeu e o seu treino determinavam a natureza da sua visão; e as técnicas e gama de cores a que estavam habituados nos seus países não se adequavam, necessariamente, à representação das cenas novas e freqüentemente exóticas que iam ter de registrar.

Apesar dos problemas existentes na disseminação de informações precisas sobre a América, o maior de todos, porém, era o nível de compreensão. A expectativa do leitor europeu e também do viajante europeu derivava das imagens acumuladas por uma sociedade alimentada durante gerações por lendas sobre o fantástico e o maravilhoso. Quando Colombo pousou pela primeira vez os olhos sobre os habitantes das Índias a sua reação imediata foi verificar que não eram monstruosos, nem anormais, ou seja, foi a reação natural de um homem que ainda acreditava em parte no mundo de Mandeville.

A tentação de ver o mundo recém-descoberto em termos de ilhas encantadas da fantasia medieval era esmagadora. Mas não era só o fantástico que se intrometia entre a realidade e os europeus: se o desconhecido devia ser abordado como algo mais extraordinário ou monstruoso, a abordagem tem pois de ser conduzida com referência aos elementos mais firmemente enraizados na herança cultural européia. Entre eles, portanto, as tradições clássicas e cristãs eram passíveis de constituir os pontos de partida óbvios para qualquer avaliação do Novo Mundo e dos seus habitantes.(...)

O processo de transposição começou no momento exato em que Colombo pôs os olhos nas ilhas das Caraíbas. As várias conotações do paraíso com a Idade de Ouro surgiram pela primeira vez. A inocência, a fertilidade e a abundância – todas elas qualidades pelos quais a Europa da Renascença ansiava e que pareciam tão inatingíveis – surgiam nas descrições de Colombo e Vespúcio e eram

rapidamente assimiladas por leitores ávidos. Tocaram, especialmente, uma corda sensível nos dois mundos – a religiosa e a humanista. Desesperando da corrupção da Europa e dos seus caminhos, era natural que certos membros das ordens religiosas vissem a oportunidade de estabelecer no Novo Mundo a Igreja primitiva dos apóstolos, não corrompida pelos vícios europeus.

Os humanistas, tal como os frades, projetaram na América os seus sonhos desencantados. Era um quadro idílico e os humanistas tiraram dele o máximo partido, já que lhes permitia exprimir o seu descontentamento com a sociedade europeia e criticá-la implicitamente. América e Europa tornaram-se antíteses – a antítese inocência-corrupção, e a corrupta estava a destruir a inocente.(...)

Mas ao tratar desta forma o Novo Mundo, os humanistas fechavam a porta ao entendimento de uma civilização estranha. A América não era como eles a imaginavam, e até os mais entusiastas tiveram de aceitar, quase desde o princípio, que os habitantes desse mundo idílico também podiam ser maus e belicosos e que, por vezes, até se comiam uns aos outros. Isto, em si, não era razão suficiente para debelar o utopismo, pois era sempre possível construir a utopia do outro lado do Atlântico, se ela lá não existisse realmente. À medida que essa realidade ia colidindo com um crescente número de pontos, o sonho começava a esbater-se.

Elliot, J. H. *O Velho Mundo e o Novo – 1492/1650*. Lisboa, Editorial Quercó, 1984, p. 30-40.

### 37. A PRIMEIRA VIAGEM DE VOLTA AO MUNDO

Antonio Pigafetta

*As peripécias da primeira viagem de circunavegação, realizada pelos navios de Fernão de Magalhães foram narradas por Pigafetta, que dela participou. No trecho abaixo, podemos ver alguns dos problemas que afetaram a expedição.*

28 DE NOVEMBRO DE 1520

*Saída do estreito* – Na quarta-feira, dia 28 de novembro de 1520, saímos do estreito para entrar no grande mar, ao qual em seguida chamamos de Pacífico, e onde navegamos durante três meses e vinte dias sem provar nenhum alimento fresco. *Má alimentação no Oceano Pacífico* – Já não tínhamos mais nem pão para comer, mas apenas polvo impregnado de morcegos, que tinham lhe devorado toda a substância, e que tinha um fedor insuportável por estar empapado em urina de rato. A água que nos víamos forçados a tomar era

igualmente pútrida e fedorenta. Para não morrer de fome, chegamos ao ponto crítico de comer pedaços de couro com que se havia coberto o mastro maior, para impedir que a madeira roçasse as cordas. Este couro, sempre exposto ao sol, à água e ao vento, estava tão duro que tínhamos que deixá-lo de molho no mar durante quatro ou cinco dias para amolecer um pouco. Em seguida nós o cozíamos e comíamos. *Penúria extrema* – Frequentemente nossa alimentação ficou reduzida à serragem de madeira como única comida, posto que até os ratos, tão repugnantes ao homem, chegaram a ser um manjar tão caro, que se pagava meio ducado por cada um.

*Escorbuto* – Mas isto não foi o pior. Nossa maior desdita foi nos vermos atacados por uma enfermidade pela qual as gengivas incham até o ponto de sobrepassar os dentes, tanto da mandíbula superior como da inferior. E os atacados por esta enfermidade não podiam tomar nenhum alimento. Morreram dezenove, entre eles o gigante patagão e um brasileiro que ia conosco. *Enfermidades* – Além dos mortos, tivemos de vinte e cinco a trinta marinheiros enfermos, que sofriam dores nas pernas, nos braços ou em outras partes do corpo. Todos, porém, se curaram. Quanto a mim, nunca darei em demasia graças a Deus, porque durante todo esse tempo e em meio a tantas calamidades, não tive a menor enfermidade.

Pigafetta, Antonio. *A Primeira Viagem ao Redor do Mundo*. Porto Alegre, L & PM, 1985, pp. 81-2.

### 38. RELIGIÃO E DESCOBRIMENTOS

*Os descobrimentos constituíram-se em misto de empresa e epopéia. Dentro das concepções da época, o caráter religioso, quase cruzadista, teria ocupado um lugar de destaque, conforme se pode depreender da leitura do texto abaixo, de autoria de Frei João dos Santos.*

Cousa mui sabida é que as Índias Orientais foram descobertas em tempo do invictíssimo e cristianíssimo rei de Portugal D. Manuel, de gloriosa memória: nas quais os portugueses conquistaram novos reinos e grandes províncias, arvorando nelas o gloriosíssimo estandarte da salutífera Cruz de Cristo Nosso Senhor, para que tivessem notícia e verdadeiro conhecimento as bárbaras nações do mistério da redenção do gênero humano, que este Senhor nela tinha por ofício pregá-la e ensiná-la aos ignorantes se esforcem e movam, com zelo da salvação das almas, a passar a estas partes, onde há tanta multidão de gente que não sabe o verdadeiro caminho da sua

salvação, em cuja conversão podem aproveitar muito, trazendo esta gente perdida ao rebanho das ovelhas de Cristo.

Dos Santos, Frei João. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*, vol. 1, Lisboa, 1891, pp. 25 e 28, citado em Dias, J. S. da Silva. *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*. Lisboa, Presença, 1982, pp. 49-50.

### 39. MECANISMOS DA CONQUISTA COLONIAL – AS FORMAS DE CONQUISTA

Ruggiero Romano

*O texto de R. Romano nos permite compreender os mecanismos que tornaram possível a conquista da América pelos espanhóis. Realça a supremacia militar européia face às condições de defesa dos grupos indígenas. No entanto, sublinha que outros fatores exerceram uma influência mais considerável: a desestruturação do universo religioso dos índios, a questão do mito dos dois civilizadores (o que facilitou em muito a “entrada em cena” dos espanhóis), e a fome, como elemento de subversão da cultura material do Novo Mundo.*

Violência, injustiça, hipocrisia caracterizam a conquista. Não se trata de colocar a história americana sob a égide da legenda negra. Simplesmente, e longe de qualquer julgamento moral, quer-se sublinhar que as formas, os métodos, as maneiras da conquista, mesmo que se queira (e, em certos casos extremos se pode) justificá-los em nome da moral corrente dos séculos XV e XVI, não continuam em si nenhum germe de desenvolvimento positivo, pois destinados à mais completa involução, cujas consequências vencidos e vencedores teriam suportado juntos.

O poeta canta:

“La espada, la cruz y el hambre iban diezmando la familia salvaje” (Pablo Neruda).

Talvez não seja inútil partir desses versos para tentar perceber por que elementos – que encarados em seu conjunto constituem um mecanismo – foi possível a conquista da “mais rica e bela parte do Mundo” (Montaigne).

La espada...

A palavra nos introduz diretamente no cerne do assunto, pelo menos no centro do seu aspecto militar, belicoso, sangrento.

Dos desenhos ingênuos do início do século XVI aos afrescos gigantescos de Diego Rivera no século XX, a desproporção dos armamentos entre as duas partes em luta foi freqüentemente posta em

relevo: aço contra madeira e couro; armas de longo alcance contra armas de alcance curto e muito curto. Além disso, concepções táticas e estratégicas elaboradas contra princípios bastante rudimentares... Mais precisamente, é necessário mostrar que a superioridade do armamento dos brancos sobre o dos índios se evidencia em três pontos essenciais:

- a) pelas armas de fogo, uma grande superioridade de ordem psicológica e uma possibilidade maior de combate à distância;
- b) pelos meios de transporte (o cavalo), uma incomparável superioridade;
- c) pelo emprego do aço, armas de ataque e de defesa infinitamente mais resistentes.

Dizia Fernão Cortez: “Nós não tínhamos, afora Deus, nenhuma outra segurança além de nossos cavalos”. (...)

Os espanhóis compreenderam muito depressa que a margem de segurança que lhes assegurava a técnica militar, tornava-se muito pequena e que teria sido muito fácil alterar um equilíbrio que, apesar das aparências, permaneceu frágil durante muito tempo. A conquista efetuada pelas armas devia, portanto, ser mantida por outros meios.

... a cruz...

O primeiro gesto de Cristóvão Colombo, ao tomar posse da terra, foi fincar uma cruz. Tomada de posse (com bandeira dos reis de Espanha), justificação, arma, instrumento de reinado: a conquista espiritual das Américas começava.

Mas a religião também desempenhou um grande papel na conquista material, militar, do Novo Mundo. Um conjunto surpreendente de circunstâncias de ordem religiosa contribui poderosamente para tornar a tarefa mais fácil para os espanhóis. Com efeito, a chegada dos brancos foi precedida, tanto no México como no Peru, por toda uma série de sinais e de profecias que asseguram a chegada iminente de novos deuses... ou de calamidades.

(...) Mas ainda há mais. Todo o mundo americano, na base de sua esfera religiosa, conheceu o mito de dois civilizadores que, após haverem estendido seus benefícios aos homens, desapareceram prometendo voltar. Isto nos ajuda a compreender como e por que a chegada dos homens brancos é percebida pelos índios através da rede do mito.

Inocência, ingenuidade, “selvagens”. É fácil sorrir. Mas o terror – não se pode empregar outra palavra – que se apoderou dos americanos em 1939, por ocasião de uma célebre emissão radiofônica de Orson Welles anunciando aos seus concidadãos, como fato consumado, o terrífico desembarque dos marcianos na Terra, acaso não pode ajudar a compreender como a credulidade pode se alastrar mesmo entre “civilizados”?

O desconhecido, fortalecido pelo esquema mítico e religioso, contribuiu poderosamente para simplificar a “entrada em cena” dos



espanhóis. Com certeza, a “divindade” pessoal dos conquistadores rapidamente perdeu o seu encanto e se apagou. Mas resta assinalar que a falência das religiões indígenas ajudou a penetração da cruz. Essa falência foi facilitada, também, pelo fato de que a autoridade religiosa e a autoridade política estavam freqüentemente confundidas em uma mesma pessoa física, acarretando a queda do poder leigo, o desmoronamento do poder religioso e dos valores que representava. Assim, o poderoso cimento que a religião deveria ter representado para a manutenção dos Estados e das civilizações indígenas se dissolvia e deixava penetrar de maneira formal e superficial a nova religião. Penetração fácil: os batismos se sucedem e se multiplicam.

... y el hambre...

A fome. Não se deve, absolutamente, tomar esta palavra no sentido próprio: a subalimentação na América do Centro e do Sul não é um fato da conquista; os índios se alimentaram bem, ao menos até a metade do século XIX. Se nos servimos deste termo, é porque ele nos parece resumir bem todos os valores da cultura material que foram levantados pela conquista. Toda uma certa ordem de coisas foi levantada: ritmos de trabalho, tipos de cultura; tipos de vida. Tudo foi mudado ou, ao menos, consideravelmente modificado.

(...) Nessas condições é possível compreender melhor todos os aspectos da queda colossal da população indígena durante o século XVI. Sem penetrar no labirinto dos números, é possível afirmar que a metade, senão dois terços, da população indígena desapareceu em cerca de cinquenta anos. Pode-se verdadeiramente acreditar que houve *matanza*, assassinato premeditado? Seria ceder muito facilmente às explicações simplistas da legenda negra. Certamente houve assassinatos, assassinatos premeditados, mortes deliberadas, genocídio. É um fato que nenhuma legenda rosa pode apagar. E é um fato que nossa consciência moral nunca deve esquecer. Mas ao nível da explicação, da compreensão crítica deste enorme fenômeno que foi a conquista, isso não pode ser suficiente. É preciso lembrar que a simples transferência (por assim dizer) da população da costa para os altos planaltos, acarretando toda uma série de modificações no tipo de vida, determinava uma forte mortalidade; que as mudanças de ritmos de trabalho (mais do que as quantidades de trabalho exigidas) constituem um elemento desfavorável para a demografia indígena; que as mudanças de tipo higiênico também têm consequências negativas.

A desestruturação é, portanto, um elemento, e um elemento determinante, da conquista.(...)

Assim, por este mecanismo complicado, a conquista foi possível. Obra de um grupo muito pequeno de homens contra massas demográficas enormes, ela é absolutamente incompreensível se qui-

sermos explicá-la com argumentos de “coragem”, o que não deixou de ser feito, de “proteção divina”, ou, ainda, por uma esmagadora inferioridade de civilização das populações vencidas. Trata-se, na realidade, de um mecanismo extremamente complexo, no qual, em proporções diferentes (inútil tentar estabelecer receitas absolutas) entraram em combinação os elementos que tentamos apresentar nas páginas precedentes.

Romano, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973, p. 12-24. (Coleção Khronos, vol. 4).

#### 40. BREVE RELAÇÃO DA DESTRUIÇÃO DAS ÍNDIAS

Frei Bartolomé de las Casas

*Las Casas ficou conhecido como uma das poucas vozes que se levantaram contra o aniquilamento dos indígenas do Novo Mundo. No trecho abaixo, uma visão da destruição empreendida pelos espanhóis, com toda a repulsa de Las Casas.*

Depois das enormes e abomináveis tiranias que estes fizeram na cidade do México e nas cidades e muitas terras que há por redor, dez, quinze e vinte léguas de México, onde foram mortas infinitas gentes, passou adiante essa sua tirânica pestilência, e foi infeccionar e assolar a província de Pánuco, admirável pela multidão de pessoas que tinha e os estragos e matanças que ali fizeram.

Depois destruíram da mesma maneira a província de Cututepeque, e depois a província de Ipilcingo e depois a de Colima. Cada uma delas é maior que o reino de Leão e o de Castela. Contar os estragos, mortes e crueldades que fizeram em cada uma será sem dúvida muito difícil e impossível de dizer e trabalhosa de escutar.

É de se notar que o modo com que entravam e pelo qual começavam a destruir todos aqueles inocentes e despovoar aquelas terras, que tanta alegria e gozo deveriam causar aos que fossem verdadeiros cristãos com sua tão grande e infinita população, era dizer que viessem sujeitar-se e obedecer ao rei da Espanha; caso contrário haveriam de matá-los e fazê-los escravos. E aos que não vinham rapidamente cumprir tão irracionais e estúpidas mensagens e colocar-se nas mãos de tão iníquos, cruéis e bestiais homens, chamavam-nos rebeldes e revoltados contra o serviço de sua Majestade. E assim escreviam para cá ao rei nosso senhor.

E a cegueira dos que regiam as Índias não alcançava nem entendia aquilo que em suas leis está expresso e mais claro que qualquer outro de seus primeiros princípios, a saber: que ninguém, é nem pode ser chamado rebelde, se primeiro não é súdito.

(...) E o que é mais espantoso é que, aos que de fato obedecem, colocam em áspera servidão, com incríveis trabalhos e tormentos ainda maiores e que duram mais do que os que lhes dão enfiando-lhes a espada, daí que no final eles perecem, suas mulheres e filhos e toda sua geração.

Las Casas, Frei Bartolomé de. Brevíssima relación de la destrucción de las Indias. In: Xirau, Ramón. *Idea y querella de la Nueva España*. Madri, Alianza, 1973, pp. 29-30.

#### 41. O SISTEMA COLONIAL

Fernando Novais

*Uma análise do domínio europeu sobre o território americano é dada por Fernando Novais, um dos muitos estudiosos do tema. Nesse trecho, a preocupação é deixar claro o conceito de Sistema Colonial, em sua relação com a acumulação primitiva de capitais.*

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo Estado, que ao praticá-la se constitui e se fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em todas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de “originária” ou “primitiva”, por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque propriamente produtor.

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portugueses no século XV, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefinição da geografia econômica do ocidente pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, este movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o Estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimentos ultramarinos em função de fatores externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema encara a expansão ultramarina como produto das “condições particulares dos próprios países atlânticos”, isto é, são os problemas da economia da Europa Ocidental que levam ao esforço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados – a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de “superação da crise” européia do fim da Idade Média.

(...) Esta primeira fase da expansão européia consistiu, pois, basicamente, na abertura de novos mercados e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização deste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o Novo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente; seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sobre elas, dado que a expansão se dá no quadro da competição entre as potências européias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se indispensáveis ocupação, povoamento, valorização – colonização, em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A *colonização* moderna significou, pois, no fundo, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar.

(...) Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do “sentido” da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime – isto, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo Estado absolutista – a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista*; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores se promovem e se realizam com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila esses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva, por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. (...)

Situada neste contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais, aqueles mecanismos através dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins; os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto desses mecanismos – processos econômicos e normas de política econômica – constituem o *sistema colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Novo Mundo se dá nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa no Brasil se desenrola dentro desse sistema de relações, que

lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial”.

Novais, Fernando A. “Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica”. In: IV Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1967, p. 231-250.

## 42. O OBJETIVO DAS COLÔNIAS

Montesquieu

*Montesquieu, já no século XVIII, procura mostrar a finalidade das colônias, apontando as “vantagens” que têm para compensar a sua falta de liberdade e autonomia.*

O objetivo destas colônias é o de praticar o comércio em melhores condições do que aquelas em que é praticado com os povos vizinhos, com os quais as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que somente a metrópole poderia comerciar com a colônia; e isto com grande razão, porque o objetivo do estabelecimento havia sido a constituição do comércio e não a fundação de uma cidade ou de um novo império... A desvantagem das colônias, que perdem a liberdade de comércio, é compensada pela proteção da metrópole, que a defende com suas armas.

Sécondat, Charles de – Barão de Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint, 1966.

## 43. MERCANTILISMO:

### OS ANTECEDENTES MEDIEVAIS

Pierre Deyon

*No trecho selecionado de P. Deyon pode-se perceber as raízes medievais das práticas mercantilistas dos Estados Modernos. O autor busca referências no quadro econômico das comunas que se desenvolvem em fins da Idade Média. Estas, enquanto cidades que possuíam autonomia e administravam a si próprias, estabeleciam severas regulamentações e normas sobre suas respectivas economias: atividades profissionais de seus membros, abastecimento de cereais e matérias-primas, restrições ao comércio praticado por “estrangeiros”, etc. Este acúmulo de experiências será retomado mais tarde, pelos emergentes Estados Absolutistas em suas práticas econômicas.*

A comuna medieval legou ao Estado moderno uma sólida tradição de intervenção na vida econômica e social. Ela não era indiferente a nenhuma das atividades profissionais e comerciais de seus burgueses, e exercia sobre os estrangeiros uma vigilância sem indulgência.

Os Estados monárquicos dos séculos XV e XVI encontraram, pois, neste tesouro de experiências e de regulamentos, os primeiros elementos de sua política econômica; numa certa medida, o mercantilismo que começa a se afirmar na França e na Inglaterra na segunda metade do século XV estendeu aos limites das jovens monarquias nacionais as preocupações e as práticas das cidades da Idade Média.

A regulamentação destas economias urbanas obedecia a certos imperativos que vamos reencontrar na política econômica das monarquias europeias. Os escabinos e os magistrados municipais velavam pelo reabastecimento da cidade em produtos alimentícios e em matérias-primas, base de toda a sua atividade econômica. Procuravam reservar-lhe certo número de fabricações e de negócios combatendo as concorrências dos países de planície e de outras cidades. Enfim, obrigavam os estrangeiros que chegavam à cidade a passar pelos intermediários nativos. Vamos encontrar no quadro de uma política concernente, desta vez, ao conjunto de um Estado, os mesmos cuidados e as mesmas atitudes.

(...) Outra antecipação mercantilista: o cuidado de evitar as saídas de numerário e as exportações de ouro e de prata. Já em 1381, o Parlamento (inglês) solicita a opinião de peritos neste assunto e, sob sua recomendação, os mercadores estrangeiros são obrigados a reinvestir em compras no mercado inglês a metade e, depois, a totalidade de suas vendas. Em 1419, para evitar a fuga das espécies preciosas, o Parlamento decide que os fornecimentos e o reabastecimento do exército na França proviriam da Inglaterra e que o soldo dos soldados seria pago com o produto das exportações de lã para a Normandia.

(...) Este intervencionismo responde ao mesmo tempo aos interesses de alguns grandes mercadores e às necessidades financeiras do soberano, consciente da estreita solidariedade entre o poder monárquico e a prosperidade nacional.

Deyon, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 14-17.

#### **44. O MERCANTILISMO COMO SISTEMA DE PODER**

Eli F. Heckscher

*Um dos maiores estudiosos do Mercantilismo é Heckscher, autor de um dos livros clássicos sobre o tema. No trecho seleciona-*

do, o autor analisa o mercantilismo como sistema de poder, isto é, as relações do mercantilismo com o Estado da época moderna.

Existe a propensão em conceber o mercantilismo como o sistema econômico do nacionalismo. Esta fórmula aparece exposta também num dos estudos teoricamente mais profundos sobre o mercantilismo, no livro de Edgard Furniss, intitulado *The position of the Laborer in a System of Nationalism* (1920). Este ponto de vista é exato se por ele entendemos que o mercantilismo adotava uma atitude de indiferença para tudo quanto não interessasse ao próprio país. Negava, assim, no plano dos princípios como no da prática, todos os fatores universalistas, tais como a Igreja e o Império, que haviam imprimido suas marcas peculiares à Idade Média. E quando os mercantilistas colocavam um interesse tão grande em que os produtos de seus respectivos países fossem vendidos e consumidos no estrangeiro, não o faziam porque se preocupavam com o bem-estar dos consumidores de outros Estados, mas porque o consideravam, por mais estranho que isso possa parecer, benéfico para seu próprio país. Neste sentido, é, portanto, perfeitamente justificado considerar o mercantilismo como um sistema nacional.

(...) Se tentamos submeter a esta análise o mercantilismo, encontramos, de forma inegável, tanto os escritores ingleses como os franceses exaltando a cada passo, nos termos mais exagerados e grandiloquentes, os méritos de seu próprio país. E, sem embargo, a mim parece-me que as expressões de nacionalismo e primazia de interesses nacionais não se conciliam bem com o mercantilismo. A palavra nacionalismo implica, a meu ver, uma idéia mais recente que a doutrina mercantilista. O nacionalismo é filho do romantismo dos séculos XVIII e XIX, uma idéia nascida da fé na peculiaridade e nos destinos próprios de cada povo, tal como foram ditados pela natureza. Este ponto de vista era quase totalmente alheio aos homens dos séculos XVI e XVII. Eles não concebiam a unidade coletiva como um povo unido pela raça, língua e costumes; o único decisivo para eles era o Estado. Na maioria dos casos tratava-se de Estados integrados por muitos elementos populares distintos e heterogêneos. As desigualdades nacionais e idiomáticas destes países podiam, indubitavelmente e sem que isso desse origem a dificuldades, ser contempladas com tolerância, sempre e quando não se interpusessem aos interesses do Estado. (...) O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época anterior ao começo do romantismo. Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

Heckscher, Eli F. *La Epoca Mercantilista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1943, pp. 459-61. (Tradução dos organizadores).

#### 45. O ATO DE NAVEGAÇÃO INGLÊS DE 1660

*O Ato de Navegação constituiu-se em um dos mais espetaculares elementos que propiciaram à Inglaterra o controle sobre os sete mares. Seus termos são bem claros, mas escondem uma verdadeira declaração de guerra à Holanda, até então detentora do maior poder naval.*

Para o progresso do armamento marítimo e da navegação, que sob a boa providência e proteção divina interessam tanto à prosperidade, à segurança e o poderio deste reino... nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios, pertencentes a Sua Majestade, ou em posseção de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou galeses, ou ainda a habitantes destes países, ilhas, plantações e territórios, e que são comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses... nenhum estrangeiro nascido fora da soberania de nosso Senhor o Rei, ou não naturalizado poderá exercer o ofício de mercador ou corretor num dos lugares supracitados, sob pena de confisco de todos os seus bens e mercadorias... nenhuma mercadoria produzida ou fabricada na África, Ásia e América será importada na Inglaterra, Irlanda ou País de Gales, Ilhas de Jersey e Guernesey, e cidade de Berwick sobre o Tweed, em outros navios senão nos que pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou galeses e que são comandados por capitães ingleses e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses... nenhuma mercadoria produzida ou fabricada no estrangeiro e que deve ser importada na Inglaterra, Irlanda, País de Gales, Ilhas de Jersey ou Guernesey deverá ser embarcada noutros portos que não sejam aqueles do país de origem... não mais será lícito doravante carregar num navio, cujo proprietário ou proprietários são, no todo ou em parte, estrangeiros, e cuja equipagem não é inglesa pelo menos em três quartos, mercadorias, peixes, mantimentos, enviados de um porto ou de um embarcadouro da Inglaterra, da Irlanda ou do País de Gales com destino a um outro porto destes países e reinos da Inglaterra, Irlanda e País de Gales, sob pena de confisco das mercadorias e do navio...

Todas estas disposições não se aplicam às espécies monetárias, nem às presas de curso...

(...) nenhum açúcar, tabaco, algodão, gengibre, índigo ou outras madeiras tintoriais, produzidos ou fabricados nas plantações inglesas da América, da África ou da Ásia serão exportados alhures que não seja numa outra colônia inglesa ou na Inglaterra, Irlanda, País de Gales...

Douglas, D. English historical documents. Londres, vol. VIII, p. 533 ss, citado em Deyon, Pierre. *O Mercantilismo*, São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 94-5.



#### 46. O MERCANTILISMO SEGUNDO COLBERT

*As preocupações do Estado francês com a política econômica ficam bem expressas neste documento, que retrata as idéias de Colbert para o desenvolvimento manufatureiro.*

Creio que se permanecerá facilmente de acordo neste princípio de que somente a abundância de prata num Estado faz a diferença de sua grandeza e de seu poder.

Sobre este princípio, é certo que saem todos os anos do reino, em gêneros de sua produção, necessários ao consumo dos países estrangeiros, cerca de 12 a 18 milhões de libras. Estão aí as minas do nosso reino, para a conservação das quais é preciso trabalhar cuidadosamente.

Os holandeses e outros estrangeiros fazem uma guerra perpétua a estas minas, e fizeram tão bem até o presente que, em lugar de que esta soma deva entrar no reino em prata corrente e aí produzir, por consequência, uma prodigiosa abundância, eles nô-la trazem em diversas mercadorias, ou de suas manufaturas ou que tiram nos países estrangeiros, pelos dois terços desta soma, de sorte que não entram todos os anos no reino, em corrente, senão 4,5 a 6 milhões de libras.

Os meios de que se servem são:

- Em frete de navios, de porto em porto . . . 3 milhões
- Em mercadorias das ilhas dos franceses . . . 2 milhões
- Em belos tecidos, com os quais excitaram nossa curiosidade, mercadorias das Índias, especiarias, sedas, etc. . . . 3 milhões
- Em gêneros do norte e mercadorias para a navegação . . . 15 milhões

(...) Sua indústria e nossa pouca inteligência passaram tão adiante que, por intermédio dos fabricantes e dos comissários de sua nação, que tiveram poder de estabelecer em todos os portos do reino, tendo-se tornado senhores de todo o comércio pela navegação, colocaram preços em todas as mercadorias que compram e nas que vendem.

Sobre esta suposição é fácil concluir que quanto mais pudermos suprimir os ganhos que os holandeses obtêm sobre os súditos do rei e o consumo das mercadorias que nos trazem, tanto mais aumentaremos a prata corrente que deve entrar no reino por meio de nos-

sos gêneros necessários, e tanto mais aumentaremos o poder, a grandeza e a abundância do Estado.

Podemos obter a mesma consequência em relação às mercadorias de entreposto, isto é, aquelas que poderíamos ir pegar nas Índias Orientais e Ocidentais para trazer para o Norte, donde traríamos por nós mesmos as mercadorias necessárias à construção dos navios, em que consiste a outra parte da grandeza e do poder do Estado.

Além das vantagens que produzirá a entrada de uma quantidade maior de prata corrente no reino, é certo que, através das manufaturas, um milhão de pessoas que enlanguescem na indolência ganharão sua vida.

Que número também considerável ganhará sua vida na navegação e nos portos do mar;

Que a multiplicação quase ao infinito dos navios multiplicará do mesmo modo a grandeza e o poder do Estado.

Eis, a meu ver, os fins aos quais devem tender a aplicação do rei, sua bondade e seu amor por seus povos.

P. Clément. Lettres, instructions et mémoires de Colbert. Paris, 1873, t. II, pp. CCLXIX e CCLXX. In: Deyon, *op. cit.*, pp. 98-100.

#### **47. INTRODUÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS PELO ESTADO**

*Nesse pequeno documento, dirigido pelo rei francês à cidade de Lião, aparecem com muita clareza algumas das idéias-chave da época mercantilista: a preocupação com os estoques metálicos, a questão do desenvolvimento manufatureiro, o combate ao ócio.*

Caros e bem amados: Fomos advertidos de que, para importar no nosso reino tecidos de ouro e de seda, cada ano sai dele a quantia de quatro ou cinco mil escudos de ouro aproximadamente, o que é coisa apreciável... e porque seria bem cômodo introduzir no nosso reino a arte da fazer os ditos tecidos de ouro e de seda, especialmente na nossa cidade de Lião, onde a dita arte já foi iniciada por particulares, considerando o grandíssimo bem que daí poderá advir para o interesse público, ordenamos introduzir a dita arte na nossa cidade de Lião e por esta causa fazer vir para ela homens e mulheres experientes... (dando assim trabalho) a cerca de dez mil pessoas presentemente ociosas.

Carta de Luís XI, rei de França, à cidade de Lião. Citado em Freitas, *op. cit.*, p. 58, v. II.

#### 48. O MERCANTILISMO INGLÊS

*As práticas mercantilistas inglesas, voltadas essencialmente para o incremento do comércio externo, aparecem com muita clareza neste trecho de 1549.*

A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares, e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada.

Política para tornar o reino de Inglaterra próspero, rico e poderoso, 1549. Citado em Freitas, *op. cit.*, p. 234.

#### 49. OS TESOUREOS DA AMÉRICA E DE ESPANHA

Fernand Braudel

*Em sua obra clássica O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico à época de Filipe II, o historiador francês Fernand Braudel propõe uma ampla reflexão sobre a sociedade européia no início da transição feudalismo/capitalismo. O trecho escolhido abre espaço à discussão dos mecanismos que tornaram possível a drenagem dos tesouros americanos, da Espanha para outros países europeus, a partir da segunda metade do século XVI. Apenas a título de exemplo, como observa Braudel, citando Montchrestien (teórico e estudioso das práticas mercantilistas francesas do século XVII), “se eles (os espanhóis) têm os navios, nós (os franceses) temos as asas (lonas para as velas)”. A dependência é evidente e explica (em parte) a saída dos metais dos cofres espanhóis.*

Tudo o que os números e os documentos oficiais podiam indicar-nos sobre a entrada em Espanha dos metais preciosos americanos foi esclarecido pelos trabalhos de Earl J. Hamilton. As primeiras remessas, bastante modestas, começam com o século XVI. Até 1550, os envios são mistos: ouro e prata. O metal amarelo perde toda a relativa importância apenas na segunda metade do século. A partir de então, os galeões já só trazem prata para Sevilha, é certo que em grandes quantidades. Entretanto, na América, empregando novos métodos, começou a tratar-se o minério de prata por meio de mercúrio. Esta técnica revolucionária do amálgama, introduzida em 1557 pelo espanhol Bartolomeu de Medina nas minas da Nova Espanha, aplicada no Potosi a partir de 1571, decuplicou as exportações, que atingiram o máximo de 1580 a 1620, coincidindo assim com a grande época do imperialismo espanhol. Em janeiro de 1580, D. Juan de

Idiáquez escrevia ao cardeal Granvelle: “O Rei tem razão ao dizer que o Imperador... nunca juntou tanta prata como ele para os seus empreendimentos...”. As Índias, segundo a afirmação de Montchrestien, começavam a “derramar” as suas riquezas.

Este fluxo de prata é despejado em um país protecionista, baricado de alfândegas. Nada sai ou entra em Espanha sem o consentimento de um governo desconfiado, tenaz em vigiar as entradas e as saídas de metais preciosos. Em princípio, a enorme fortuna americana vem portanto terminar num vaso fechado. Mas o fecho não é perfeito... Senão, as Cortes não se queixariam tantas vezes, em 1527, em 1548, em 1552, em 1559 e ainda em 1563, das saídas de metais preciosos que não cessam, na sua opinião, de empobrecer o país. Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”?

De fato, os metais preciosos não deixam de escapar dos cofres espanhóis e de correr o mundo, tanto mais que cada saída significa a sua imediata valorização. E certos vendedores têm as suas exigências... Montchrestien escrevia ainda, no século XVII, pensando na necessidade que os Espanhóis tinham de recorrer aos Franceses para comprar as preciosas lonas para velas: “Se eles têm os navios, nós temos as asas”. Ora, a lona para velas ou o trigo, para nada mais citar, são mercadorias que não se poderiam obter sem pagamento em dinheiro contado. Como os mercadores mediterrânicos e os outros necessitam prementemente de encontrar moedas, não é para admirar que as fraudes, em matéria de divisas, sejam inumeráveis. Um dia, é o barco francês *Le Croissant*, de Saint-Malo, que é penhorado na Andaluzia por comércio ilegal da prata; outra vez, duas barcas marselesas aprisionadas no golfo do Leão e que estão carregadas de moedas espanholas. Em 1567, Francés de Alava assinalava consideráveis fugas na direção de França. “Escrevem-me de Lyon – explicava – que, segundo os registros da alfândega desta cidade, uma pessoa pode constatar que passaram, de Espanha para Lyon, mais de novecentos mil ducados, dos quais, quatrocentos mil em moedas de ouro... Estas moedas vêm de Aragão, escondidas em fardos de couro... E tudo passa por Canfranc. Também chegam grandes quantidades de moeda a Paris e a Rouen sem licença de Vossa Majestade...”. Em 1556, um veneziano, Soranzo, afirmava que todos os anos passavam para França cerca de cinco milhões e meio de escudos de ouro... Mercadores estrangeiros, estabelecidos em Espanha, não deixavam de repatriar moedas. (...) Portanto, os tesouros de Espanha não estão suficientemente bem guardados. E as vigilâncias oficiais (muitas vezes os historiadores só têm essas à disposição) não dizem tudo o que deveríamos saber.

A par da exportação clandestina existem saídas lícitas. Assim, qualquer entrada de cereais em Espanha implicava o direito explícito para o abastecedor ser pago em espécies livremente exportáveis.

Mas, as maiores saídas de prata eram obra do próprio rei da política universal da Espanha. Em vez de gastar o seu dinheiro no local, de o fazer frutificar em criações diversas, como os Fugger fizeram frutificar, em Augsburg, a prata das suas minas de Schwaz, os Habsburgos de Espanha deixaram-se arrastar para despesas externas, consideráveis na época de Carlos V, fabulosas na época de Felipe II... Política incon siderada, disse-se muitas vezes. Restaria saber se o Império não era desse preço, se a sua existência, muitas vezes a sua simples defesa, não implicavam estes sacrifícios. O historiador Carlos Pereyra, a propósito dos Países Baixos (no século XVI, parte do Império Espanhol), que se não engoliram tudo, pelo menos devoraram uma grande parte dos tesouros da América, fala de loucura espanhola. Mas, a Espanha não os podia abandonar. De outro modo, seria aproximar de si a guerra.

Seja como for, a Península, carregada de tesouros, desempenhou, querendo-o ou não, um papel de reservatório de distribuição em relação aos metais preciosos... O problema para a história, agora que se sabe como os metais preciosos do Novo Mundo chegaram à Espanha, é ver como foram repartidos...

Braudel, Fernand. *op. cit.*, pp. 523-527.

A transição do feudalismo para o capitalismo não deve ser analisada apenas sob a perspectiva das transformações econômicas e políticas. É importante considerar que a crise do século XIV manifestou-se, também, nos planos intelectual e cultural. Assim, os movimentos renascentista e reformista representam importantes respostas a uma tentativa de compreender o homem e, em última instância, o próprio universo à época da crise geral do feudalismo europeu.

O Renascimento traduzia as novas concepções que tinham como referência, essencialmente, o *humanismo*, enquanto base intelectual que procurava definir e afirmar o novo papel do homem no universo.

Ressalte-se que o termo *Renascimento*, na medida em que pressupõe uma ruptura com o mundo medieval, não é adequado para designar as transformações intelectuais que se operam no período. Estas já vinham ocorrendo, pelo menos desde princípios do século XII, quando temas tais como *individualismo* e *racionalismo* faziam parte das preocupações de pensadores da época. Mesmo o *empirismo*, um dos traços distintivos do Renascimento, já era objeto de discussão nas Universidades de Paris e Oxford, em pleno século XIII, por intelectuais como Roger Bacon, por exemplo.

Trata-se de um movimento tão rico e complexo que já motivou, por parte de um dos estudiosos do tema, o seguinte comentário: “Por isso o Renascimento surge aos nossos olhos como um oceano de contradições, um concerto por vezes estridente de aspirações divergentes, uma difícil concomitância da vontade de poderio e de uma ciência ainda balbuciante, do desejo de beleza e de um apetite mal-são pelo horrível, uma mistura de simplicidade de complicações, de pureza e de sensualidade, de caridade e de ódio.” (Delumeau, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Estampa, 1984, vol. 1, p. 22).

O estudo do Renascimento pode ser desenvolvido de várias maneiras. Entendemos que uma das alternativas seria dar uma ênfase maior ao estudo de textos de autores da própria época renascentista.

Ao ler os textos que se seguem procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Como você poderia explicar a crítica de Rabelais ao clero a partir da leitura do texto de Burckhardt?
2. Quais são as características do Renascimento que podem ser extraídas a partir da leitura dos documentos de época?
3. Quais conclusões podem ser tiradas a partir da leitura do texto de Jean Delumeau?
4. Como a leitura do texto de Sevcenko pode nos auxiliar a compreender melhor o homem do Renascimento?

## 50. A RELIGIÃO E O ESPÍRITO DO RENASCIMENTO

Jacob Burckhardt

*Um dos maiores especialistas do Renascimento, autor de um livro clássico, aborda, no texto abaixo, a questão da religião no Renascimento, questionando aqueles que afirmam o paganismo do movimento.*

Para chegar a conclusões decisivas sobre o sentimento religioso dos homens do Renascimento temos de seguir outro caminho. É pela sua cultura intelectual que temos de explicá-lo.

Estes homens modernos, que representam a civilização italiana do tempo, nasceram religiosos como os ocidentais da Idade Média, mas o seu poderoso individualismo tornou-os totalmente *subjetivos*, neste como noutros aspectos, e o encanto extraordinário, que encontram na descoberta do mundo exterior e do mundo do pensamento, torna-os *mundanos* antes de tudo. Pelo contrário, no resto da Europa, a religião subsiste mais tempo como uma tradição objetiva, e na vida diária, o egoísmo e a sensualidade alternam sem cessar com a piedade e a penitência. Esta não conhece ainda, como na Itália, a concorrência intelectual ou é, pelo menos, infinitamente menor. Por outro lado, o contato freqüente e íntimo com bizantinos e maometanos mantivera sempre uma *tolerância*, uma neutralidade diante da qual se apagava, até um certo ponto, a idéia etnográfica de uma cristandade privilegiada do Ocidente. E quando finalmente a Antiguidade Clássica, com os seus homens ilustres e as suas grandes instituições se tornou o ideal da vida porque era a mais gloriosa recordação da Itália, a especulação e o ceticismo antigos reinaram muitas vezes como soberanos no espírito dos italianos.

Como os italianos eram, por outro lado, os primeiros europeus modernos que discutiam ousadamente as idéias de liberdade e determinismo, como o faziam sob um regime político em que a força primava sobre o direito e que se assemelhava muitas vezes ao triunfo ruidoso e duradouro do mal, a idéia que faziam da Divindade perdeu

a sua consistência e voltaram-se para o *fatalismo*. E se o seu caráter apaixonado não se conformava com a incerteza, muitos deles contentavam-se em completar as suas crenças adotando certas *superstições* da Antiguidade, do Oriente e da Idade Média; acreditaram na astrologia e na magia.

Mas enfim, os espíritos poderosos que são os promotores do Renascimento revelam freqüentemente, no aspecto religioso, qualidades verdadeiramente juvenis: sabem distinguir perfeitamente entre o bem e o mal, mas para eles não existe o pecado. Quando é perturbada a harmonia interior do seu ser, restabelecem-na graças à sua força plástica; também não conhecem o arrependimento; daí resultava que a ânsia de salvação se torna menos imperiosa, enquanto a ambição e a tensão diária do espírito fazem desaparecer o pensamento de uma outra vida ou revestem-no duma forma poética em lugar da forma dogmática.

Se imaginarmos todos estes fatores, harmonizados ou enredados pela *fantasia*, teremos uma idéia mais exata desta época do que se aceitarmos, sem verificação, as acusações de paganismo moderno. Aprofundando mais a questão, descobriremos que, sob a aparência da incredulidade ou da superstição, o sentimento religioso subsistia em toda a sua força.

Burckhardt, Jacob. *A Civilização da Renascença Italiana*. Lisboa, Presença, s/d, pp. 392-3.

## 51. A CRÍTICA DE RABELAIS AO CLERO

François Rabelais

*François Rabelais (1494-1553) é o autor do texto que revela uma crítica aos homens da Igreja. A obra Gargantua e Pantagruel foi escrita na primeira metade do século XVI, em linguagem particularmente complicada, com inúmeros neologismos.*

(A ilha era habitada por pássaros) grandes, belos e polidos, em tudo semelhantes aos homens da minha pátria, bebendo e comendo como homens, digerindo como homens, dormindo como homens... Vê-los era uma bela coisa. Os machos chamavam-se clerigaús, monagaús, padregaús, abadegaús, bispogaús, cardealgaús e papagau – este era o único da sua espécie... Perguntamos porque havia só um papagau. Responderam-nos que ... dos clerigaús nascem os padregaús... dos padregaús nascem os bispogaús, destes os belos cardealgaús, e os cardealgaús, se antes não os leva a morte, acabam em papagau, de que ordinariamente não há mais que um, como no mundo existe apenas um Sol... Mas donde nascem os clerigaús? ... – Vêm



dum outro mundo, em parte de uma região maravilhosamente grande, que se chama Dias-sem-pão, em parte doutra região Gente-demasiada... A coisa passa-se assim: quando, nalguma família desta última região, há excesso de filhos, corre-se o risco de a herança desaparecer, se for dividida por todos; por isso, os pais vêm descarregar nesta ilha Corcundal os filhos a mais... Dizemos "Corcundal" porque esses que para aqui trazem são em geral corcundas, zarolhos, coxos, manetas, gotosos e mal-nascidos, pesos inúteis na terra... Maior número ainda vem de Dias-sem-pão, pois os habitantes dessa região encontram-se em perigo de morrer de fome, por não ter com que se alimentar e não saber nem querer fazer nada, nem trabalhar em arte ou ofício honesto, nem sequer servir a outrem... ou cometeram algum crime que poderá levar à pena de morte... então voam para aqui, tomam aqui este modo de vida, e subitamente engordam e ficam em perfeita segurança e liberdade.

Rabelais, François. "Gargantua e Pantagruel". In: Freitas, *op. cit.*, pp. 161-2.

## 52. EXORTAÇÃO AO AMOR. DO AMOR SIMPLES E DO AMOR RECÍPROCO

Marsílio Ficino

*No texto abaixo, Marsílio Ficino (1433-1499), um dos fundadores do neoplatonismo renascentista, discute questões pertinentes ao afeto que une os seres humanos.*

Peço-lhes e suplico-lhes, meus amigos, que vos entreguem com todas as vossas forças ao Amor, que é coisa divina. Que não os atemorize aquilo que Platão disse de certo amante. "Esse amante – diz – é uma alma morta em seu próprio corpo, mas vive no corpo de outro." Que não os atemorize o canto de Orfeu sobre a situação amarga e miserável dos amantes. Escutais com atenção, suplico-lhes, como se entenderão todas essas coisas e como se pode remediá-las.

Platão chama ao amor uma coisa amarga, e com toda justiça, porque aquele que ama, morre. Orfeu o chama agridoce, porque o amor é uma morte voluntária. Como morte, é amarga; como voluntária que é, doce. Todo aquele que ama, morre. Pois seu pensamento, esquecido de si mesmo, certamente não pensa em si. Uma alma como esta, afetada assim, não atua nela mesma, porque a principal operação da alma é precisamente o pensamento. E aquele que não opera em si, já não está em si mesmo, pois há uma identidade entre estas duas coisas: existir e trabalhar. Não há existências sem ação e a ação não sobrepassa a existência. Ninguém opera ou atua onde não

está, e ali onde está atua. A alma, pois, do amante não está nela, porque não atua nela mesma. E se não está em si mesma, tampouco vive nela. O que não vive está morto. Portanto, todo aquele que ama está morto. Mas vive ao menos em outro? Certamente.

Há duas espécies de amor: amor simples e amor recíproco ou mútuo. Há amor simples quando o amado não ama o amante. Em tal caso, o amante está totalmente morto. Pois não vive em si – como já o demonstramos – nem tampouco no amado, pois é rechaçado por ele. Onde vive então? Acaso no ar, na água, no fogo, na terra ou em qualquer corpo de animal? De forma alguma. A alma humana não vive em outro corpo que não seja humano. Ou viverá por acaso no corpo de outro homem a quem não ama? Nem isto. Pois se não vive naquele no qual deseja ardentissimamente viver, como poderá viver em outro? Quem ama a outro e não é amado por ele, não vive em nenhuma parte. Está, portanto, totalmente morto o amante não amado. Nem voltará a viver, a menos que a indignação o ressuscite. Mas quando o amado responde com o amor, então o amante vive ao menos nele. Algo certamente maravilhoso se produz aqui!

Ficino, Marsílio. “Opera Omnia”. In: Santidrián, Pedro R. *Humanismo y Renacimiento*. Madrid, Alianza Editorial, 1982, p. 63-4. (Tradução dos organizadores).

### 53. UM HUMANISTA DEFINE “O HUMANISTA”

Leonardo Bruni

*O autor, Leonardo Bruni (1370-1444), é a figura central do humanismo florentino na primeira metade do século XV. Ao definir um humanista, Bruni nos mostra os princípios da renovação do pensamento europeu, a partir do estudo dos clássicos.*

Consagrei-vos a dois gêneros de estudos. Em primeiro lugar adquirir um conhecimento da letras, não vulgar, mas sério e aprofundado... Depois, familiarizai-vos com a vida e as (boas) maneiras – o que se chama os estudos humanos, pois que eles embelezam os homens. Neste domínio os vossos conhecimentos devem ser extensos, variados e hauridos em todas as espécies de experiências, sem nada negligenciar daquilo que possa contribuir para a conduta da vossa vida, para a vossa glória e a vossa reputação. Aconselho-vos a ler os autores que possam ajudar-vos, não somente pelo seu assunto, mas também pelo esplendor do seu estilo e o seu talento literário, a saber: as obras de Cícero e as de todos aqueles que se aproximam do seu nível..., pois quereria que um homem distinto seja muito erudito e capaz de dar aos seus conhecimentos uma formulação elegante... É

por isso que se não deve somente seguir as lições dos mestres, mas também instruir-se com os poetas, os oradores e os historiadores, para adquirir um estilo elegante, eloquente...

Bruni, Leonardo. "Correspondência". In: Freitas, *op. cit.*, p. 143.

#### **54. DE COMO O PINTOR SE TORNA SENHOR DE TODAS AS PESSOAS E DE TODAS AS COISAS**

Leonardo da Vinci

*A partir de seu texto, Della Pittura, Leonardo da Vinci (1452-1519) nos possibilita compreender o seu próprio conceito de arte e de artista. Considerava a pintura como a cópia de todas as obras evidentes da natureza e, pela análise do trecho a seguir, pode-se perceber a dimensão que a pintura, enquanto expressão artística, passa a ter para os humanistas da época. É importante lembrar que as artes plásticas, em especial a pintura, espelham todas as principais tendências da cultura renascentista. Através do estudo do trecho de Da Vinci fica evidenciado que a arte renascentista é uma arte de pesquisa, que reflete o desenvolvimento da perspectiva matemática (Brunelleschi), e a plena consciência de autonomia do artista em relação ao objeto retratado.*

O pintor é amo e senhor de todas as coisas que podem passar pela imaginação do homem, porque se ele sente o desejo de contemplar belezas que o encantem, é dono de sua criação, e se quer ver coisas monstruosas, que causem terror, ou que sejam grotescas e risíveis, ou que provoquem compaixão, pode ser amo e criador delas. Se gosta de criar lugares desertos, ambientes sombreados ou frescos em tempo de calor, os representa, e de modo igual ambientes quentes em tempo de frio. Se deseja contemplar a ampla campina desde o alto dos montes, e se depois disso deseja contemplar o horizonte do mar, ele pode fazê-lo; e do mesmo modo se quer contemplar os altos montes a partir dos baixos vales, ou desde os altos montes ou baixos vales e as praias. Tudo o que está no universo em sua essência, em presença ou na imaginação ele o tem primeiro na mente e depois nas mãos, e elas são tão excelsas, que, da mesma forma que as coisas, criam ao tempo uma harmonia proporcional com um só olhar.

Da Vinci, Leonardo. Tratado de La Pintura. In: Ibañez, *op. cit.*, p. 55. (Tradução dos organizadores).

## 55. O SISTEMA DE COPÉRNICO

*A concepção de Universo proposta por Nicolau Copérnico (1473-1543), deslocando a Terra para uma posição secundária no sistema solar, e contestando o sistema ptolomaico, resultaram em viva reação dos meios eclesiásticos. Para a Igreja, a Terra, enquanto habitat da suprema criação de Deus, não podia estar localizada em região periférica. O documento a seguir apresenta alguns dos postulados copernicianos.*

### *Postulados*

1. Não existe nenhum centro de gravidade de todos os círculos ou esferas celestes.
2. O centro da terra não é o centro do universo, mas tão somente da gravidade e da esfera lunar.
3. Todas as esferas giram ao redor do sol como de seu ponto médio, e, portanto, o sol é o centro do universo.
4. A razão entre a distância da terra ao sol e a altura do firmamento é a tal ponto menor que a razão entre o raio da terra e a distância desta ao sol, que a distância da terra ao sol é imperceptível, se se a compara com a altura do firmamento.
5. Todo movimento aparente que se percebe nos céus provém do movimento da terra, e não de algum movimento do firmamento, qualquer que seja.
6. O que nos parece movimento do sol não provém do movimento deste, mas do movimento da terra e de nossa esfera, junto com a qual giramos em redor do sol, o que acontece com qualquer outro planeta.
7. O movimento aparentemente direto e retrógrado dos planetas não provém de seu movimento, mas do da terra. Por conseguinte, o movimento da terra basta por si mesmo para explicar as aparentes anomalias dos céus.

Copérnico, Nicolau. In: Ibañez, *op. cit.*, p. 75. (Tradução dos organizadores).

## 56. ACERCA DO INFINITO, DO UNIVERSO E DOS MUNDOS

Giordano Bruno

*críticas às concepções ptolomaicas do Universo, e a construção de uma idéia panteísta de Deus, como ser integrado a todas as coisas vivas.*

Para a solução do que procura resolver, deves primeiro considerar que, se o universo é infinito e imóvel, não há necessidade de procurar o seu motor. Segundo, que sendo infinitos os mundos nele contidos, tais como as terras, os fogos e outras espécies de corpos chamados astros, todos se movem pelo princípio interno que é a própria alma, como noutra lugar provamos; por isso é escusado investigar o motor extrínseco. Terceiro, que estes corpos mundanos se movem na região etérea e não estão pendurados ou pregados a qualquer corpo, assim como esta terra, que sendo um deles, não está fixa em parte alguma; a qual demonstramos girar à volta do próprio centro e em torno do sol, movida pelo instinto animal interno. Enunciadas tais advertências, segundo os nossos princípios, não somos obrigados a demonstrar o movimento ativo, nem o passivo de uma eficiência infinita, intensiva, pois que são infinitos o móvel e o motor, e a alma movente e o corpo movido concorrem em um sujeito finito, isto é, em cada um dos ditos astros mundanos. Tanto assim, que o primeiro princípio não é o que se move; mas, quieto e imóvel, proporciona o movimento a infinitos e inumeráveis mundos, grandes e pequenos animais postos na amplíssima região do universo, tendo cada um deles, segundo a condição da própria eficiência, a razão da mobilidade, mudança e outros acidentes.

Bruno, Giordano. *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos*. 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, pp. 45-6.

## 57. INDIVÍDUO E LIBERDADE

Jean Delumeau

*Os artistas do Renascimento destacaram-se como pessoas extremamente criativas e foram reconhecidos como tal em sua própria época, como nos mostra este texto de Vasari, onde se faz o elogio de três dos grandes nomes da arte italiana: Leonardo, Rafael e Miguel Ângelo.*

A glória dos artistas ultrapassou a dos homens de letras. Vasari<sup>1</sup> escreve a respeito de Leonardo da Vinci:

Vemos as influências celestes fazer chover os maiores dons sobre seres humanos numa operação que parece menos natural que sobrenatural; acumulam-se então, sem medida, num só homem, a beleza, a graça, o talento, de tal modo que, para onde quer que ela

se vire, cada um dos seus gestos é tão divino que faz esquecer todos os outros homens e revela claramente uma verdadeira origem que é divina e nada deve ao esforço humano. Foi isto que se viu em Leonardo da Vinci...

Vinte anos depois da morte do pintor da Gioconda, Cellini<sup>2</sup> ouviu Francisco I dizer ao rei de Navarra e a muitos cardeais que “nunca tinha havido no mundo um homem tão sábio, não apenas em escultura, pintura e arquitetura, mas, principalmente, como grande filósofo”.

Leonardo foi o primeiro artista a gozar, na Europa do Renascimento, de tão esplendoroso prestígio. Mas bem depressa outros astros se elevaram com brilho ainda mais intenso. Rafael, principalmente a partir de 1515, passou em Roma e no resto da península por uma espécie de herói, um semideus. De resto levava uma vida principesca. Quando morreu, na Sexta-Feira Santa de 1520, houve grande emoção na Cidade Eterna, e Leão X chorou. Mas não houve nomeada como a de Miguel Ângelo, cuja *terribilità* deixava estupefatos os seus contemporâneos. Na idade de ouro do mecenato, não hesitou em entrar várias vezes em atrito com o irascível Júlio II, que em todas as ocasiões tomou a iniciativa da reconciliação. A. Chastel acentua que Miguel Ângelo foi o primeiro artista a quem foi dedicada uma biografia em vida; o primeiro a receber, depois de morto, uma espécie de culto; o primeiro a ter a honra de funerais oficiais. Vasari exprimiu uma opinião corrente em meados do século XVI quando escreveu: “Nenhum artista, por excepcional que seja, poderá alguma vez ultrapassar esta obra no desenho ou na graça... Miguel Ângelo só por si próprio pode ser vencido”.

## NOTAS

1. Vasari: pintor e crítico de arte. Autor da obra *Vidas dos mais excelentes pintores, escultores e arquitetos* – 1550. Até nossos dias exerce influência sobre os estudiosos do Renascimento (1511-1574).
2. Cellini: ourives e escultor. Autor do livro *Memórias*, importante documento sobre a Itália à época do Renascimento (1500-1571).

Delumeau, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Editorial Estampa, v. II, 1984, pp. 42-3.

## 58. ENTREVISTA

Nicolau Sevckenko

*Neste “bate-papo com o autor”, que pode ser considerado uma apresentação de seu livro O Renascimento, Nicolau Sevckenko*



*nos revela a importância e o alcance do movimento renascentista, analisado sob a perspectiva de uma autêntica revolução cultural que estabelece as bases intelectuais do mundo moderno. Vale destacar a observação do Sevcenko de que o Renascimento, longe de representar uma ruptura com a Idade Média, pode ser entendido como “o florescimento de um longo processo anterior de produção, (...) desencadeado desde a Baixa Idade Média.”*

*Pergunta: De que forma o conhecimento da cultura renascentista pode auxiliar no entendimento do presente?*

R. A história da cultura renascentista nos ilustra com clareza todo o processo de construção cultural do homem moderno e da sociedade contemporânea. Nele se manifestam, já muito dinâmicos e predominantes, os germes do individualismo, do racionalismo e da ambição ilimitada, típicos de comportamentos mais imperativos e representativos do nosso tempo. Ela consagra a vitória da razão abstrata, que é a instância suprema de toda a cultura moderna, versada no rigor das matemáticas que passarão a reger os sistemas de controle do tempo, do espaço, do trabalho e do domínio da natureza. Será essa mesma razão abstrata que estará presente tanto na elaboração da imagem naturalista pela qual é representado o real, quanto na formação das línguas modernas e na própria constituição da chamada identidade nacional. Ela é a nova versão do poder dominante e será consubstanciada no Estado Moderno, entidade racionalizadora, controladora e disciplinadora por excelência, que extinguirá a multiplicidade do real, impondo um padrão único, monolítico e intransigente para o enquadramento de toda sociedade e cultura. Isso, contraditoriamente, fará brotar um anseio de liberdade e autonomia de espírito, certamente o mais belo legado do Renascimento à atualidade.

*Pergunta: Como explicar a pujança do Renascimento, surgindo em continuidade à miséria, à opressão e ao obscurantismo do período medieval?*

R. O Renascimento assinala o florescimento de um longo processo anterior de produção, circulação e acumulação de recursos econômicos, desencadeado desde a Baixa Idade Média. São os excedentes dessa atividade crescente em progressão maciça que serão utilizados para financiar, manter e estimular uma ativação econômica. Surge assim a sociedade dos mercadores, organizada por princípios como a liberdade de iniciativas, a cobiça e a potencialidade do homem, compreendido como senhor todo-poderoso da natureza, destinado a dominá-la e submetê-la à sua vontade, substituindo-se no papel do próprio Criador. O Renascimento, portanto, é a emanção da riqueza e da abundância e seus maiores compromissos serão para com ela.

Pergunta: *Certa vez ouvi você comparando a experiência do artista renascentista com a empresa das grandes navegações. Como seria isso?*

R. Nós temos no Renascimento um desses momentos particularmente interessantes da História, em que o homem aparece transtornado, atônito, sufocado pelo peso da própria liberdade. Nessas condições podemos tentar fazer uma avaliação desse homem preso na solidão de ser livre e temos uma situação estratégica para verificar a dimensão de sua coragem, de seus desejos e de seus pavores. O Renascimento constitui, por isso, uma das mais fascinantes aventuras intelectuais da humanidade. Ele guarda uma semelhança mais do que notável com a empresa das grandes navegações. Para se atreverem a essas perigosas viagens marítimas, esses homens, ainda modestamente equipados, foram igualmente encorajados pelas comunidades burguesas e cortesãs, receberam privilégios, honrarias e regalias, mas tiveram que enfrentar monstros míticos e reais, tiveram que suportar, ao mesmo tempo, a atração e o medo do desconhecido, tiveram que acreditar em si mesmos em seus confrades mais do que em entidades sobrenaturais, tiveram que enfrentar todos os riscos de desbravar novos mundos e tiveram que suportar o choque de valores completamente diversos dos seus. E muitos deles, como Colombo, acabaram na solidão, no sofrimento e na miséria, desprezados pelos que se abeberavam de suas conquistas. O mesmo aconteceu com inúmeros criadores do Renascimento. E, no entanto, esses homens viveram uma experiência soberana de criação e puderam provar o gosto amargo, porém único, de serem livres.

Sevcenko, Nicolau. *O Renascimento*. 5ª ed., São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987, pp. 02-4.



Em 1517 teve início um dos momentos mais marcantes da Época Moderna. Trata-se da questão envolvendo Lutero e o Papa Leão X, da qual resultou a excomunhão do primeiro que, apoiado por príncipes alemães, constituiu uma nova religião, abrindo profunda brecha no poderio até então incontestável da Igreja católica. No entanto, não se pode compreender a Reforma luterana apenas pelo que ocorreu em 1517. O movimento tem causas profundas.

Importa, inicialmente, verificar que dentro da própria Igreja católica já se faziam ouvir vozes reformistas desde o período medieval. No entanto, estas vozes não conseguiam sensibilizar os elementos da cúpula da hierarquia católica, o que aprofundava cada vez mais a crise.

Assim, quando o monge agostiniano Lutero questionou determinados dogmas da Igreja, a reação papal contribuiu para uma “reforma às avessas”, na medida em que o apoio desfrutado por Lutero significou não uma reforma *da*, mas *fora da* Igreja.

Em pouco tempo, o movimento luterano ganhou corpo na Alemanha, chegando mesmo a outros países. Novas religiões foram criadas, como o calvinismo e o anglicanismo. Assim, o protestantismo expandia-se rapidamente e provavelmente teria sido maior ainda sua expansão, se a Igreja católica não tomasse uma posição no sentido de “frear” a onda protestante. No entanto, não se deve ver na “Contra-Reforma” apenas esse caráter de anti-protestantismo. Na realidade a Reforma Católica teve aí seu lugar. Aquela reforma tão ansiada e discutida desde os tempos medievais, somente agora, sob o influxo do protestantismo, pôde acontecer.

Os textos e documentos selecionados para o estudo deste tema tentarão oferecer ao leitor alguns elementos fundamentais para uma boa análise da amplitude do movimento.

Enquanto você os lê, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Que críticas Delumeau faz às interpretações econômicas da Reforma?
2. Por que, segundo Lucien Febvre, a Alemanha, sendo “um terreno difícil e um solo ingrato”, teria albergado a irrupção do movimento reformista?

3. Quais as posições, respectivamente, de Martinho Lutero e do Concílio de Trento, sobre as indulgências?
4. Por que Michel Mullet afirma que “as reformas separadas do século XVI foram subdivisões de uma experiência comum”?
5. Como os teólogos conseguiam conciliar o espírito do cristianismo com as práticas de tortura?
6. O Manifesto dos Camponeses deixa transparecer as questões sociais e econômicas, sobretudo os problemas relativos à propriedade. Qual a reação dos príncipes e de Lutero face a essas questões?

## 59. AS CAUSAS DA REFORMA

Jean Delumeau

*No texto abaixo, J. Delumeau possibilita uma ampla discussão sobre as abordagens historiográficas referentes ao movimento reformista do século XVI, notadamente aquelas que analisam a Reforma, a Contra-Reforma e as Guerras Camponesas na Alemanha do século XVI, segundo a perspectiva do materialismo histórico. Para Marx e Engels, citados por Delumeau, a Reforma seria “a filha do capitalismo”, reflexão esta contestada pelo autor. Sugere, ainda, que não se pode descartar “as relações de fé e a mentalidade das massas naqueles tempos”, sob pena de o fenômeno se tornar incompreensível.*

### A. A EXPLICAÇÃO MARXISTA

Desde o nascimento do marxismo o fato da Reforma é explicado do ponto de vista da economia. Para Karl Marx as religiões são “filhas de seu tempo”, e, mais concretamente, filhas da economia, mãe universal de todas as sociedades humanas. Sob essa perspectiva, a Reforma se transformava em “filha daquela nova forma econômica que surgiu no século XVI e se impôs rapidamente no mundo: o capitalismo”. No mesmo sentido, Engels escrevia em 1850:

Inclusive as chamadas guerras de religião do século XVII aconteceram, antes de tudo, por interesses materiais de classe muito concretos. Estas guerras foram lutas de classes, da mesma forma que os conflitos internos que mais tarde se produziram na França e na Inglaterra. Que estas lutas tivessem certas características religiosas, que os interesses, necessidades e reivindicações de cada uma das classes tenham sido dissimulados com uma capa religiosa, não modifica a situação em nada e se explica pelas condições da época.

Este esquema geral foi seguido por diversos historiadores que estudaram a Reforma de um ponto de vista estritamente materialista,

ou, pelo menos, abstraído, no que se refere às motivações profundas dos acontecimentos, de toda causalidade não econômica. Assim, Óscar A. Martí, no prefácio de *Economic causes of the Reformation in England* (1929), escreve:

A rebelião eclesiástica do século XVI finca suas raízes profundamente no passado. No que concerne à Inglaterra, as fontes da rebelião se encontram muito mais além das aspirações dinásticas do monarca, ou de desacordos sobre a questão da supremacia. As raízes da Reforma se encontram num subsolo constituído por questões de dinheiro e pelas transformações econômicas fundamentais que estavam a ponto de produzir-se. Somente sob esta nova luz é que tais fatos podem ser compreendidos com clareza.

O historiador italiano C. Barbagallo, tratando por sua vez do século XVI em conjunto, afirmou em 1936:

Em geral, considera-se a Reforma como processo de conversão religiosa de uma certa parte da Europa... Não consigo compreender como se pode pensar que multidões de pessoas, de um e de outro país, tivessem sido capazes de interessar-se pelas sutilezas teológicas de Lutero, Zuinglio, Melanchton ou Ecolompádio, que com dificuldade os professores de teologia entendem. Eu considero pois, a Reforma não como um fenômeno substancialmente teológico, mas como expressão, aspecto e disfarce religioso da crise que os países da Europa atravessaram na segunda metade do século XVI e como sintoma do mal-estar geral que se sentia.

As posições destes dois historiadores são idênticas. Para Óscar A. Martí, a Igreja católica, ligada às estruturas rurais de uma época feudal, encontrava-se superada pela corrente ascendente da economia urbana, burguesa e capitalista. Para Barbagallo, a Reforma representava o progresso econômico e social, e, inversamente, a “Contra-Reforma” foi um fenômeno reacionário no qual, inclusive, colaboraram protestantes conservadores (por exemplo, na Dinamarca, que censurou não apenas os escritos teológicos, mas também as obras de natureza política e histórica). A Contra-Reforma é apresentada “não como uma obra de reconquista católica da sociedade, da maneira como aparece em certos pequenos círculos de eclesiásticos italianos, mas como um esforço de restauração da ordem antiga, que consideravam em perigo, que os governos, a Igreja e os grupos sociais interessados haviam tentado.” Sem embargo, a evolução não se detém. Esta, do ponto de vista do materialismo histórico, acontece de maneira inevitável e conduz ao afastamento das forças econômicas e sociais já caducas.

Como era natural, apesar da Contra-Reforma, o movimento revolucionário da sociedade europeia recoloca-se em marcha e assistimos a uma série de autênticas revoluções político-sociais, como é o

caso da rebelião dos Países Baixos, as guerras de religião na França, a insurreição da Boêmia no começo da Guerra dos Trinta Anos, e em seguida, em proporções cada vez maiores, as sublevações da Escócia e Inglaterra na época dos Stuarts.

Desde Engels, os historiadores marxistas especializados no estudo do século XVI foram atraídos pelo caso de Tomás Münzer, o jovem caudilho – morreu aos 40 anos – da rebelião dos camponeses em 1525.

Em 1520, na Alemanha, a oposição “moderada, rica e inteligente” dos príncipes e das classes dominantes, que desejava a separação de Roma, mas não a alteração da ordem social estabelecida, defrontou-se com a oposição proletária dos camponeses e da população pobre das cidades. Ambas – a oposição ao Papa e ao Imperador – puderam permanecer aliadas um certo tempo, devido ao fato de que a mensagem de Lutero, enunciada com grande força de sedução, iludiu as massas, empurrando-as necessariamente à rebelião. Mas Lutero, assustado, desligou-se rapidamente de uma aliança tão comprometedora com as classes populares. Frente ao “reformador burguês” Lutero, levantou-se o “revolucionário plebeu” Münzer. Este, a princípio, era essencialmente um teólogo, influenciado pelos escritos milenaristas da Idade Média. Mas evoluiu rapidamente e se transformou em um “agitador político”.

Expusemos com uma certa amplitude a tese de Engels a propósito da Reforma em geral e de Münzer em particular, porque estas idéias, praticamente iguais, encontram-se nos estudos dos historiadores marxistas contemporâneos. Assinalamos especialmente os trabalhos de M. M. Smirin (historiador russo) autor de *Die Volksreformation des Thomas Muntzer und der grosse Bauernkrieg*. Nesta extensa obra, como no resto dos livros marxistas dedicados a esta questão, o tema fundamental continua o indicado por Engels: o enfrentamento entre “a Reforma dos príncipes” e a “Reforma dos trabalhadores”; a guerra dos camponeses aparece assim como a “primeira revolução social” de importância que teve lugar na Europa.

## B. ESTUDOS ECONÔMICOS SOBRE O NASCIMENTO DA REFORMA

Foram formuladas muitas outras explicações econômicas da Reforma, muito mais matizadas que as dos historiadores marxistas. Em geral não pretendem ser explicações totais, mas estudos particulares e locais que procuram aclarar o nascimento e desenvolvimento do protestantismo em um país ou em um caso determinado. Pensamos aqui nos artigos de Henri Hauser sobre *La “Rebeine” de Lyon* (R. H., 1896) e sobre *La Reforma y las clases populares de Francia*

*en el siglo XVI*, que foi publicado primeiro em inglês. Hauser refutou a opinião sustentada pela maioria dos historiadores franceses de sua época, que consideravam o partido huguenote como um partido de nobres. Iniciou recordando alguns testemunhos do século XVI. O embaixador veneziano Giovanni Michiel escrevia em 1561: “Até o momento, por causa do rigor dos suplícios, somente se manifestaram abertamente (como reformadas) pessoas que, com exceção da vida, tinham pouco a perder”. Florimond de Raemond afirmava por seu lado: “(Os primeiros adeptos do novo dogma) foram certas pessoas pobres, simples..., homens de ofício”, “isto é, gente que não havia feito outra coisa a não ser conduzir sua carreta e cavar sua terra”. As investigações levadas a cabo por Hauser o convenceram de que a Reforma, até 1560, estendera-se, na França, especialmente entre os artesãos das cidades, e, com menos intensidade, entre os camponezes. A sedição lionesa de 25 de abril, conhecida como a *Grande Rebeine*, havia sido organizada por uma sociedade secreta de trabalhadores convertidos às idéias reformadas por artesãos provenientes da Suíça e da Alemanha. Estes haviam arrastado o resto da população, que sofria com a escassez e a carestia dos cereais.

O pensamento de Hauser não é nada sistemático. Em síntese, via a Reforma como o produto de uma conjunção de fatores econômicos, sociais e religiosos inseparavelmente unidos:

A Reforma do século XVI teve um duplo caráter de revolução social e revolução religiosa. As classes populares não se sublevaram somente contra a corrupção do dogma e os abusos do clero. Também o fizeram contra a miséria e a injustiça. Na Bíblia não buscaram unicamente a doutrina da salvação pela fé, mas também a prova da igualdade original de todos os homens.

Prosseguindo suas investigações sobre a Reforma, Hauser quis explicar não apenas a adesão dos pobres ao protestantismo, mas também a eleição dos príncipes que romperam com Roma. Em seu livro *Nacimiento del protestantismo* (1940), recolheu e expôs uma velha explicação econômica que os historiadores católicos usavam há muito tempo com intenções evidentemente polêmicas.

(Os príncipes), cujos domínios estavam infestados de senhorios eclesiásticos, que eram terras de imunidade, teriam apenas que secularizar essas terras para apoderar-se delas. Lutero teve, portanto, seus primeiros aliados entre os príncipes e príncipezinhos, ávidos de aumentar seus domínios e suas rendas.

A França proporcionava a “contra-prova” do argumento:

...A Concordata de 1516 transformava o rei cristianíssimo soberano temporal da igreja francesa, distribuidor universal dos benefícios, e a Reforma se tornava desnecessária como meio para trans-

ferir a propriedade. A secularização não aconteceu na França, uma vez que já havia sido feita com o consentimento de Roma.

Hauser escreveu no início de sua obra citada: “A Reforma é, antes de tudo, um fenômeno religioso, um drama da consciência européia”, e protestava contra o abuso do “materialismo histórico”. Observa-se, no entanto, que, sem chegar a uma explicação econômica geral da Reforma, em muitos casos dava razões particulares de tipo econômico. O rei da Inglaterra, os príncipes do Império, os cavaleiros que seguiram a Ulrich von Hutten, os camponeses alemães e os pobres de Lyon, haviam sido, todos eles, movidos por razões materiais.

Uma vez que a historiografia contemporânea insiste no movimento dos preços, coloca-se uma outra questão: Existe alguma relação entre o êxito da Reforma e uma “conjuntura pessimista”? P. Chaunu assim o sugere, ainda que negue que se possa estabelecer uma relação “necessária” entre os dois fenômenos.

A intervenção de Lutero — escreve — destrói uma Alemanha oriental e setentrional que, entre 1517 e 1525, persiste em uma conjuntura pessimista, própria dos fins do século XV, que já havia terminado no Oeste (e no Sul) mas que, mais a Leste, obstinava-se em não desaparecer.

### C. CRÍTICA DAS EXPLICAÇÕES ECONÔMICAS

#### 1. *Crítica da explicação marxista*

Os recentes estudos econômicos sobre o final da Idade Média e o século XVI não permitem sustentar a explicação da Reforma proposta por Marx e Engels, que viam nela “a filha do capitalismo”. Hoje se distingue com maior precisão que antigamente entre capitalismo comercial e capitalismo industrial. O primeiro é anterior ao século XVI. Na Europa Ocidental, e especialmente na Itália, desenvolveram-se, nos séculos XIV e XV, poderosas firmas comerciais e bancárias, como as dos Bardi, dos Perruzzi, dos Datini e dos Médicis, animadas pelo mais puro espírito capitalista. Os homens de negócios buscavam, com efeito, o máximo de lucro, lucro que se contava em dinheiro e no qual entrava forçosamente uma mais-valia obtida às expensas dos produtores, especialmente dos artesãos do ramo têxtil. (...)

É necessário ter em conta, ainda, que, em tempos da Reforma, a Itália era, indiscutivelmente, o país mais moderno da Europa. Os negociantes da Península desempenhavam um papel fundamental na atividade do Ocidente. Naquele país prosperava uma burguesia importante. Finalmente, no século XV, uma família procedente do co-

mércio, do banco e da indústria – os Médicis – tomou a direção de um Estado. Mas na Itália o protestantismo não vingou. E foi um filho de um banqueiro, Leão X, quem excomungou Lutero. Se a tese marxista fosse correta, a Reforma teria nascido e triunfado na Itália. Ao contrário, conheceu suas primeiras vitórias em países mais atrasados, do ponto de vista econômico: Alemanha e Suíça. No mesmo sentido, não é surpreendente que os mais importantes homens de negócio do século XVI fossem católicos? Em primeiro lugar, os Fugger, com exceção de um só membro desta família, e também os “mercadores” genoveses, florentinos e espanhóis, que dominaram a vida econômica européia até inícios do século XVII.

Quanto à tese, mantida desde Engels, de que Tomás Münzer é um revolucionário comunista provido de uma “máscara bíblica”, foi praticamente rechaçada por todos os historiadores não marxistas que pensam, como E. G. Léonard, que “seria tirar importância a Münzer e fazê-lo incompreensível se se o reduzisse ao papel de líder social, ou socialista”. O personagem era muito complexo. H. Böhmer e sua escola, e mais recentemente J. Lecler, consideram Münzer como um dos fundadores do anabatismo. Pelo contrário, a *Mennonite Encyclopedia* (vol. III, 1957, artigo “Münzer”) difere desta concepção e só qualifica de anabatista à religião evangélica e pacífica de Joris e Menno.

Este artigo insiste, além disso, nas contradições de alguns escritos de Münzer; está de acordo, como o excelente livro de Anne-Marie Lohmann, na teoria de que, entre os anos 1524-1525, “este homem, que foi um místico e que sabia tanto sobre o sofrimento e a tragédia dos homens, foi se tornando cada vez mais superficial”. É evidente que se trata de uma maneira de explicar uma evolução, que Engels havia diagnosticado como a passagem do religioso ao político e da fé a um ateísmo disfarçado. É certo que Münzer foi solicitado, cada vez mais, pelas dificuldades cotidianas da luta. Seguindo a K. Holl, J. Lecler escreve em sua recente *Histoire de la tolérance...*:

Não tomemos Münzer como um simples profeta da revolução social. Sua inspiração continua sendo essencialmente religiosa. O que o faz indignar-se é que as condições de vida do povo impedem a este o acesso ao Evangelho. Os pobres se acham tão oprimidos, tão preocupados com o ganhar o pão de cada dia, que não têm tempo nem de ler a Bíblia nem de fortalecer sua fé com a oração e a contemplação. Lutero não compreendeu que não é possível uma autêntica Reforma religiosa sem uma prévia revolução social.

A concepção marxista da Reforma pecou por anacronismo, ao transplantar para o século XVI as realidades e os conflitos do século XIX. Não conseguiu perceber as relações da fé e a mentalidade das massas naqueles tempos. Negar-se a ver nos debates outra coisa que

epifenômenos, “florituras”, como escreveu Barbagallo, é negar-se a compreender fatos tão importantes como o de que 15.000 calvinistas se deixaram morrer de fome em La Rochelle, durante o assédio de 1628.

## 2. Houve protestantes em todas as classes sociais

O que se deve pensar agora da opinião emitida por Hauser, no começo de sua carreira, segundo a qual o protestantismo foi, em seu início, na França – antes de 1560 – uma religião de “gente humilde”? Se se consulta a obra de Paul F. Geisendorf, *Liste des habitants de Genève*, podemos ter, em princípio, a impressão de que ela confirma a tese de Hauser. Entre 1549 e 1560, 4876 “desenraizados da fé” receberam o estatuto de “habitantes” de Genebra. Destes, 2247 indicaram sua profissão; 1536 efetuaram trabalhos mecânicos (68%), 275 eram profissionais liberais (12%), 180 eram comerciantes (8%), 70 eram nobres (3%), 77 eram camponeses (3%) e 109 eram de classificação muito difícil (10%).

A proporção de artesãos parece, portanto, muito significativa. Mas na sociedade do século XVI os humildes eram muito mais numerosos que os clérigos, burgueses e comerciantes. Das interessantes cifras citadas por Paul F. Geisendorf se deduz que, na França, durante a primeira metade do século XVI, a Reforma afetou a todas as categorias sociais. Esta é, precisamente, a opinião defendida por L. Romier em seu livro sobre *Le royaume de Catherine de Médicis* e que o próprio Hauser fez sua, em 1940, em sua obra sobre *La naissance du protestantisme*. (...)

Conclusões semelhantes foram feitas por historiadores que estudaram outros países. Em Berna e em Lausane, onde a passagem do catolicismo ao protestantismo se fez de maneira particularmente tranqüila, este recebeu a adesão unânime de todos os habitantes. Um recente estudo sobre as cidades hanseáticas de Stralsund, Rostock e Wismar na época em que abandonaram o catolicismo, demonstra que as classes médias e baixas dessas cidades desempenharam um papel capital na introdução da Reforma luterana. Existiu uma aliança entre os pobres e as novas idéias, mas os ricos burgueses não estiveram ausentes das primeiras fileiras protestantes e tampouco os príncipes que, por outro lado, lutavam contra o proletariado e os burgueses momentaneamente unidos. M. Schildauer chega à conclusão de que a Reforma, apesar das circunstâncias econômicas e sociais que favoreceram seu desenvolvimento, foi movida principalmente por “uma vontade de renovação espiritual” e que este caráter explica seus relativos fracassos no plano político e social.

(...) É inegável que numerosas e variadas circunstâncias – econômicas, sociais, geográficas ou política – desempenharam um papel



de difícil avaliação na passagem ao protestantismo de uma região ou de um grupo social. Também é certo que as heresias dos finais da Idade Média encontraram uma ampla audiência entre os pobres. Estes, na Inglaterra, na Itália e na Boêmia, ligaram, de maneira indissolúvel, aspirações religiosas e reivindicações igualitárias. Nesta época de história “total”, conviria estabelecer, para cada caso territorial ou sociológico, a relação das circunstâncias que, atuando como catalisadoras, favoreceram a passagem à Reforma. No entanto, uma vez estabelecido este inventário, restaria por fazer o mais importante. As causas principais da ruptura com Roma, de um território ou um grupo social, não ficariam ainda esclarecidas. Quer dizer isto que temos de recorrer novamente à explicação tradicional e ver nos abusos de numerosos clérigos a razão essencial do cisma protestante?

## D. A QUESTÃO DOS “ABUSOS” DISCIPLINARES

### 1. *A Tese tradicional*

Durante muito tempo, acreditou-se que a Reforma havia ocorrido por causa dos “abusos” que naquele momento se produziam no interior da Igreja. (...) A violência com que Lutero, sobretudo a partir de 1520, atacou o Papado, identificado por ele como o anticristo, fornecia um argumento suplementar à tese de uma explicação moral da Reforma. Por outro lado, o êxito do *Elogio da Loucura* – obra que aparecia depois de toda uma série de amargas críticas contra a Igreja – provava que os cristãos estavam já preparados para ela. Para permanecer fiel a Jesus Cristo era necessário abandonar uma instituição que estava irremediavelmente corrompida. Erasmo afirmou, falando dos monges: “Ninguém contribuiu mais para popularizar Lutero que os costumes dessa gente”. Até uma data relativamente recente, os historiadores protestantes aceitaram, portanto, a explicação da rebelião de Lutero – e, mais geralmente, do nascimento da Reforma – por uma sã e santa reação de desgosto. (...)

### 2. *Para uma explicação teológica da reforma*

Atualmente se considera insuficiente a explicação moral da Reforma, que procura dar conta de um fenômeno essencialmente religioso. (...) A investigação histórica tem-se encaminhado para um estudo cada vez mais concreto das causas da Reforma, seguindo as indicações e os exemplos de Karl Holl e Lucien Febvre. K. Holl afirma, em resumo, que nem a filosofia, nem a sociologia, nem o nacionalismo, nem a economia, podem explicar Lutero, mas apenas a

religião. Febvre escreveu: “É necessário buscar causas religiosas para uma revolução religiosa”. L. Febvre entendia “causas religiosas” em um sentido muito mais amplo que K. Holl e queria orientar a pesquisa para um estudo da mentalidade daquele tempo, na qual o fator religioso era o componente mais significativo.

O protestante Léonard concorda, no essencial, com o ponto de vista de seu amigo, o agnóstico L. Febvre. Para estes dois historiadores, as causas da Reforma são, antes de tudo, religiosas e a explicação fundamental de Léonard é, em definitivo, a seguinte: “A Reforma, mais que uma rebelião contra a fé católica, foi o seu clímax”.

É discutível a concepção de Léonard sobre a fé da Idade Média. Além disso, teríamos que desprezar os diversos fatores políticos e econômicos que se colocaram em jogo no século XVI, assim como os profundos rancores acumulados contra o Papado e os monges. Sem dúvida, convém também não subestimar a complexidade do problema das causas da Reforma. Mas a historiografia contemporânea não marxista, dá prioridade, unanimemente, na hierarquia dos fatores da crise, aos fenômenos religiosos. No capítulo de introdução do volume II (1958) da *New Cambridge Modern History: The Reformation Era, 1520-1559*, G. R. Elton assim se expressa:

Ninguém se atreveria hoje a enumerar as causas da Reforma. Um fenômeno tão complexo surgiu de fatores não numerosos que somente uma análise geral, que abarcaria centenas de anos de história, poderia aproximar-nos de uma resposta satisfatória. O ódio contra o clero, muito extenso, desempenhou seu papel. Quase sempre se conjugou com a hostilidade contra Roma e com um fervente nacionalismo. A cobiça, o endividamento e os cálculos políticos devem ser também levados em conta. Mas a mensagem dos reformadores respondeu — isto é hoje indubitável — a uma intensa sede espiritual que a Igreja oficial... foi incapaz de satisfazer... Os pregadores da Reforma não necessitaram de nenhum apoio político para atrair seus partidários, ainda que esse apoio se fizesse necessário para consolidar os resultados alcançados pelo ataque inicial dos profetas. Não se pode esquecer que, em seus incios, a Reforma foi um movimento espiritual com uma mensagem religiosa.

Vemos, pois, como a investigação histórica atual se orienta decididamente, no que se refere à Reforma, para o estudo das doutrinas e de suas relações com a mentalidade dos homens do século XVI. A causa *principal* da Reforma foi, em resumo, esta: numa época agitada, na qual o individualismo realizava grandes progressos, os fiéis sentiram a necessidade de uma teologia mais sólida e mais viva que aquela que lhes ensinava — ou não lhes ensinava — um clero geralmente pouco instruído e rotineiro, composto por capelães famintos e incapazes de substituir os curas titulares, que tampouco possuíam uma formação muito melhor.

Delumeau, Jean. *La Reforma*. Barcelona, Editorial Labor, 1973, p. 181-197. (Tradução dos organizadores).

## 60. A ALEMANHA DE 1517 E LUTERO

Lucien Febvre

*O texto de Lucien Febvre possibilita uma ampla reflexão sobre o quadro geral da Alemanha, no início do século XVI, destacando-se suas estruturas políticas (caracterizadas pela ausência de um Estado centralizado), econômicas (cujo marco principal era a pujança e riqueza financeira, comercial e “industrial” de suas esplêndidas cidades), e sociais (definidas por uma próspera burguesia ascendente em meio a relações sociais de produção ainda predominantemente feudais). A partir da discussão em torno destes problemas, o autor nos remete à questão da Reforma e da emergência de Lutero enquanto líder religioso que conseguiu expressar o ideal nacionalista que rapidamente se transformava em “xenofobia”, dirigindo-se, sobretudo, contra a Igreja Católica.*

Geralmente não temos o costume de o dizer: e, no entanto, parece importante referenciá-lo. Se existia na Europa, quando terminava o primeiro quartel do século XVI, um grande país, que apenas ofereceu a uma reforma – no verdadeiro sentido da palavra –, e a um reformador um terreno difícil e um solo ingrato – esse país era a Alemanha.

A Alemanha de 1517: terras férteis, poderosos recursos materiais, cidades orgulhosas e opulentas; por outro lado, trabalho, iniciativa, riquezas; mas de maneira nenhuma a unidade, quer moral, quer política. Uma anarquia. Milhares de vontades, muitas vezes contraditórias; o amargo pesar de uma situação confusa, e, em muitos aspectos, humilhante: além disso, uma impotência total para remediar o mal. Não repetamos – é inútil e superficial – o que afirmam tantos livros conhecidos. Não hesitamos, de maneira nenhuma, em recordar com uma palavra tudo o que pode ajudar a compreender melhor a história de que nos ocupamos. Num canto dessa Alemanha vivia, em 1517, um homem obscuro, desconhecido; monge que em uma biografia geral dos agostinhos não saberíamos se mereceria uma referência de apenas cinco linhas. Esse homem, em poucos meses, ia tornar-se um herói nacional. Vale a pena perguntar se um estudo atento da carta política e moral da Alemanha do tempo podia fazer prever uma tal aventura, as suas probabilidades de êxito e as suas possibilidades de duração.

*I – MISÉRIAS POLÍTICAS*

A Alemanha era um país sem unidade; eis o essencial. Existiam numerosos, sólidos, ativos alemães, muitos alemães, falando dialetos semelhantes uns aos outros, tendo, em uma larga medida, costumes, usos, maneiras de ser e de pensar comuns. Esses alemães formavam uma “nação” no sentido medieval da palavra. Não estavam de maneira alguma agrupados, todos, solidamente, em um Estado bem unificado e centralizado, corpo harmonioso nos movimentos comandados por um único cérebro.

Em uma Europa que, por todo o lado, organizava-se em torno dos reis, a Alemanha permanecia sem um soberano nacional. Não existia rei da Alemanha, como desde muito tempo existia um rei de França, um rei de Inglaterra, ricos, bem servidos, prestigiosos, e sabendo concentrar, nos momentos de crise, todas as energias do país em redor da sua pessoa e da sua dinastia. Existia um imperador que nada mais era do que um quadro. Nesse quadro enorme, o nome, o nome demasiado grande, esmagava com o seu peso um homem fraco, um homem pobre – por vezes um pobre homem –, que um voto, disputado como uma mercadoria de feira, elevava finalmente à sua dignidade suprema, mas impotente.

Em uma época em que se revelava o valor do dinheiro (...), o imperador, como tal, era um indigente. Do seu Império nada mais extraía de substancial.

Os príncipes tinham sobre o imperador uma grande superioridade. Eram os homens de um só desígnio. E de uma só terra. Não tinham uma política mundial a seguir, nenhuma política “cristã” a conduzir. A Itália não os solicitava. Não desdenhavam, certamente, de para lá fazer de tempos a tempos uma viagem frutuosa. Mas não iam de maneira alguma lá embaixo, com os imperadores, perseguir quimeras envelhecidas ou ilusórias miragens. Enquanto os céсарes fabricados em Frankfurt pelos diligentes cuidados de alguns dentre eles se arruinavam em loucas e estéreis aventuras, apenas uma coisa preocupava os príncipes: a fortuna da sua casa, a grandeza e a riqueza da sua dinastia. Precisamente nos finais do século XV, príncipes do século XVI, viam-nos a atuar um pouco por todo o lado, na Alemanha, num vigoroso esforço de concentração política e territorial. Vários dentre eles, aproveitando circunstâncias favoráveis, aca-sos felizes, dedicavam-se a constituir Estados sólidos, menos retalhados do que no passado. No Palatinado, em Vurtemberg, na Baviera, no Hesse, em Brandeburgo e em Meclemburgo, algures ainda, a maior parte das casas que, na Época Moderna, desempenharão na história alemã um papel de primeiro plano, afirmam desde o princípio do século XVI um novo vigor, e unificam as suas forças para as conquistas próximas.

Caminha-se pois para uma Alemanha principesca. Caminha-se somente. Não tendo à sua cabeça um chefe soberano verdadeiramente digno desse nome, a Alemanha esforça-se por se organizar sob oito ou dez chefes regionais, em outros tantos Estados sólidos, bem administrados e submetidos a um poder único. Mas esta organização não existe ainda. Acima dos príncipes existe sempre o imperador. Eles só são soberanos sob a sua soberania. E abaixo deles, ou antes, ao lado deles, existem (para não falar dos nobres indisciplinados e ladrões) as cidades.

As cidades alemãs no início do século XVI: um esplendor. É tal, que os estrangeiros quando visitavam a Alemanha, apenas a viam como se o brilho das cidades ofuscasse os seus olhos. Vinte capitais, cada uma possuindo as suas próprias instituições, as suas indústrias, as suas artes, os seus hábitos, o seu espírito.

Nas cidades povoadas, brilhantes, gloriosas, uma prosperidade extraordinária, alimentando-se em todas as fontes. Uma burguesia de uma atividade, de uma robustez incomparáveis.

No país dos Fugger, dos "Foueres" ao mesmo tempo admirados, invejados e detestados, fortunas colossais acrescentam-se ao desafio. Às centenas, grandes comerciantes, cheios de audácia e de confiança neles próprios, afadigando-se duramente, atuando com firmeza, saboreiam as alegrias da vida. Para eles as pesadas ourivesarias, sinais visíveis e tangíveis da riqueza; para eles as mesas abundantes e ricas, o mobiliário maciço de madeira esculpida, as tapeçarias da Flandres, os couros tintos de Itália; a um canto da mesa um vaso de Murano, e por vezes, na estante, ao lado de um globo, alguns livros... Esses homens: os reis de um novo mundo que destruiu a escala dos antigos valores. As cidades donde saem: o orgulho da Alemanha. A sua fraqueza igualmente.

Implantadas no meio dos domínios principescos, rompem-nos, retalham-nos, limitam a sua expansão, impedem-nos de se constituírem fortemente. Elas próprias podem desenvolver-se? Não. Federar-se? Ainda menos. À volta das suas muralhas o país plano: os campos submetidos a um direito de que o direito da cidade é a negação. Aí, debaixo do poder de senhores ávidos, os camponeses incultos e por vezes miseráveis, prontos a revoltarem-se e enfurecendo-se sob o jugo, estranhos em todo o caso à cultura urbana, tão singulares que os pintores e gravadores não deixam de exprimir os seus aspectos selvagens, os seus hábitos primitivos. As cidades queriam compreender-se, colaborar? Isso apenas pode acontecer através de largas extensões, de vastos territórios heterogêneos que com elas contrastam vigorosamente em tudo. Essas civilizações urbanas, tão prestigiosas: civilizações de oásis. Essas cidades: encarceradas, votadas ao isolamento, e que vigiam os príncipes, e que se vigiam umas às outras.

Os seus recursos, as suas riquezas, para que servem? Aos arsenais de que se orgulham, mas que as arruinam. Aos artilheiros, técnicos exigentes, que é preciso pagar bastante caro. Às muralhas, aos

bastiões sempre necessitados de reparar, por vezes mesmo de modificar completamente... E, ainda, esses recursos vão para as embaixadas, para as missões diplomáticas longínquas, para os correios constantemente por altos caminhos, e por circuitos tão inacessíveis! Cidades livres, pagam a sua liberdade: demasiado caro. Porque, apesar de todos estes sacrifícios, são vulneráveis, à mercê do príncipe que se instala sobre o rio, a montante, a jusante, para barrar o tráfico; à mercê do esmerilhão que as rouba e os escarnece do alto de seu ninho de águia, inexpugnável às milícias burguesas, à mercê da cidade rival, que, cancelando os tratados, levanta-se contra a vizinha invejada.

Fraqueza sob a aparência de prosperidade; surpreendente fraqueza política contrastando com tamanho poder económico.

De uma tal situação, tão orgulhosos das suas riquezas, do seu sentido de negócios, das suas belas realizações, os alemães sofriam. Sofriam com o fato de formarem um país dividido, feito de fragmentos e retalhos, sem chefe, sem cabeça: uma amálgama confusa de cidades autónomas e de dinastias mais ou menos poderosas.

As soluções? Ninguém as via. Aumentar o poder dos imperadores: nem pensar. As cidades diziam “não”. Em que se tornariam as suas liberdades, em caso de necessidade? E depois, era preciso pagar. Os príncipes diziam não. Uma espécie de presidente honorífico, cuja proeminência lhes desse a feliz certeza de que nenhum deles conseguiria distinguir-se dos outros ao ponto de os dominar: seja. A instituição não era má. Teria sido necessário inventá-la em caso de necessidade. Mas deste chefe de fachada fazer realmente um chefe: nunca!

Não é um, são dezenas de projetos de reforma política que se publicam no Império em fins do século XV. Dezenas de lucubrações mais ou menos sérias, propostas mais ou menos pensadas, verdadeiros projetos de constituição emanados de juriconsultos, de teólogos, de príncipes ou do imperador. Nenhum que tenha êxito. Quanto mais se fala em aumentar a força do imperador, de criar um exército imperial, uma justiça imperial, finanças imperiais sólidas e eficazes – tanto mais, finalmente, o poder do imperador sofre restrições e humilhações. Em vão Maximiliano invoca a honra do Santo Império, a necessidade de rechaçar o turco e de manter o francês em respeito: as dietas zombam do Santo Império e recusam-se a inquietar-se com o turco: quanto ao francês, não faltam amigos, interessados ou não. O único adversário que todos receiam, é o imperador.

## *II – INQUIETAÇÕES SOCIAIS*

No entanto, era o homem bastante corajoso, a sua voz bastante poderosa para amotinar, em um movimento unânime, os alemães

agitados até o fundo deles próprios, para originar e rebentar sobre a Alemanha uma dessas ondas profundas, irresistíveis, que quebram todas as barreiras, arrastam todos os diques, engrossam com todos os atritos?

À primeira vista, desencadear um movimento semelhante, nada tinha de impossível. Se existia o homem, entenda-se. Porque, entre o Reno e o Vístula, numerosas eram as vozes que há longo tempo se erguiam, exigindo uma Reforma. Desiludida com o malogro de todos os planos sucessivos de organização política, a opinião pública parecia interessar-se pela reforma religiosa. E essa reforma não podia oferecer a todas essas potências, grandes e pequenas, que se digladiavam na Alemanha, um campo de entendimentos relativamente fácil?

O imperador? Perante o papa, tinha o seu tradicional papel a representar, as suas concepções de chefe temporal da cristandade a fazer valer, a sua palavra a dizer com autoridade. Os burgueses, os camponeses: pagavam, não gostavam de pagar; ouviam muito discutir a sua fé. Por fim, os príncipes e os nobres; olhavam com insistência os magníficos e amplos domínios da Igreja alemã. Conheciam-nos bem. Cada um, na sua casa, tinha para o seu filho mais novo o seu arcebispado, o seu bispado, as suas abadias. Em lugar de uma posse vitalícia, assegurar uma plena propriedade, hereditária e dinástica: o belo sonho dourado...

E, no entanto, todas as negociações com Roma tinham fracassado. Frederico III apenas havia obtido concessões mesquinhas na Concordata de Viena. Maximiliano I não conseguiu melhor, a despeito do seu belo projeto de 1511: cingir ao mesmo tempo, para resolver mais facilmente as dificuldades, a coroa imperial e a tiara pontifícia... Todas as conversações iniciadas apenas tinham conseguido pôr às claras a má vontade da cúria. A opinião permanecia ao mesmo tempo desiludida e inquieta, nervosa e tensa. E a inquietação transformava-se em xenofobia.

Esses italianos, que escarneciam dos bons, dos leais alemães; esses italianos ardentes, maliciosos, desenvoltos, sem escrúpulos nem fé, sem seriedade nem profundidade e que, sob o pretexto de servir os grandes interesses da cristandade, não servem na realidade senão os seus apetites, arrancavam para fora da Alemanha tão belos ducados... Acumulavam-se os descontentamentos. Lutero, uma vez transposta a barreira, não cessará de os sentir vivos, no fundo do seu coração de homem alemão, de homem do povo alemão. “Es ist kein verachten Nation denn die Deutsch! Nenhuma nação é mais desprezada do que a alemã! A Itália chama-nos animais; a França, a Inglaterra zombam de nós; todos os outros igualmente!”. Grito liberto de um coração magoado e que se torna bastante prolongado.

Apenas esses desejos, essas veleidades, esses votos de Reforma — quando os examinavam atentamente; quando interrogavam com

cuidado aqueles que os formulavam? Os interesses estavam em jogo, quer os homens tivessem ou não consciência disso, e esses interesses eram senão contraditórios, pelo menos divergentes. Quanto aos sentimentos? Anárquica nas suas formações políticas, a Alemanha de 1517 não o era menos nos seus conceitos morais.

Sem dúvida que existia, nas cidades, a massa compacta, relativamente homogênea, séria e culta dos burgueses. Mas quão complexo era o seu estado de espírito, e como podemos imaginá-lo instável!

(...) Não gostam da Igreja. Incomoda-os, oprime-os, aponta-os a dedo como revoltados e inimigos públicos. É ainda demasiado forte para levantar contra eles ódios, censuras, por vezes amotinacões. Porque a revolução moral que anunciam, pela parte que lhes toca, realiza-se já – pelo menos começa nos espíritos e nas consciências. Quantos homens, e mulheres, nas cidades, vivem da usura, enriquecem com a exploração abominável dos camponeses, praticam com uma tenacidade dissimulada as formas mais originais de roubo, e no entanto, dominados pelas antigas idéias, não tendo consciência da solidariedade que une umas às outras todas as formas de exploração capitalista, praguejam os primeiros contra os grandes banqueiros e os grandes mercadores, seus verdadeiros chefes de fila, pretexto eficaz, mas que não sabem reconhecer ainda como tal...

Cada um por si, na luta econômica, perante o concorrente, perante a fortuna. Mas aos olhos de Deus, igualmente. Esses sacerdotes, esses religiosos que se interpõem entre o homem e a divindade; esses monges, essas freiras que se isolam da sua época; devotando-se a uma vida plena de austeridade, convencidos de que Deus oferecerá aos outros homens o benefício e o mérito dos seus sacrifícios: o mercador enriquecido de Augsburg ou de Nuremberg de maneira nenhuma os compreende. Para que serve esse zelo? Que lhes querem esses ociosos cuja calma parece desprezar as suas inquietações e que pretendem interpor-se entre as criaturas e o Criador? Indiscretos, inúteis, parasitas. Acreditam que não se pode, não se sabe passar sem eles? Cada um por si. Que trabalhem em vez de receber a dízima daqueles que produzem e labutam. Que se dediquem, mangas arregaçadas, corações corajosos, ao trabalho comum. E que deixem de oferecer uma mediação que nunca lhes pediram. De pé perante Deus, o homem responderá pelos seus atos. E se a gente da Igreja invoca o hermetismo dos dogmas, as dificuldades de interpretação de uma religião que apenas os sacerdotes têm preparação para ensinar, não é verdade que a complicaram a seu bel-prazer para se tornarem indispensáveis? A verdadeira religião: Deus dirigindo-se ao homem e o homem dirigindo-se a Deus em uma linguagem clara, direta, e que todos compreendem.

Assim pensava, assim sentia, vagamente ainda, mas com uma pureza, uma força crescente, por volta de 1520, não “os alemães”,



mas uma parte deles, uma parte da burguesia das cidades. Pois, aí ainda, não existia uma unanimidade. Nem os sentimentos dos camponeses, nem os dos nobres, nem os dos sacerdotes eram consonantes. A distinção de classes permanecia bem marcada.

Febvre, Lucien. *Martinho Lutero: Um Destino*. Lisboa, Bertrand, 1976, p. 91-103.

## 61. ALGUMAS DAS TESES DE LUTERO

*O rompimento de Lutero com a Igreja Católica ocorre em 1517, após o enunciado de 95 teses que, segundo a tradição, teriam sido afixadas nas portas da igreja de Wittenberg. Dessas 95, foram selecionadas 10, que abordam os pontos fundamentais das críticas luteranas.*

Por amor da verdade e desejo de pô-la em evidência, as teses que seguem serão discutidas em Wittenberg, sob a presidência do reverendo Padre Martinho Lutero, mestre em artes e em teologia e leitor ordinário de teologia neste mesmo lugar. Por isso pede àqueles que não possam estar presentes para discuti-las conosco, que o façam, posto que ausentes, por escrito. Em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Dizendo “Fazei penitência...”, nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis seja uma penitência.
2. O papa não quer, nem pode, perdoar alguma pena, exceto aquelas que ele tenha imposto por sua própria vontade...
20. O papa, quando fala de remissão plena de todas as penas, não as compreende todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.
21. Erram, pois, os pregadores das indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda a pena e fica salvo.
27. Pregam doutrina puramente humana os que dizem que: “logo que o dinheiro cai na caixa a alma se liberta (do Purgatório)”.
28. É certo que, desde que a moeda cai na caixa, o ganho e a cupididade podem ser aumentados; mas a intercessão da Igreja só depende da vontade de Deus.
32. Serão condenados para toda a eternidade, com os seus mestres, aqueles que crêem estar seguros da sua salvação por cartas de indulgências.
35. Pregam o contrário da verdade cristã os que ensinam que a contrição não é necessária às pessoas que querem remir ou adquirir bilhetes de confissão.

36. Qualquer cristão, verdadeiramente arrependido, tem plena remissão da pena e da falta; ela é-lhe devida mesmo sem cartas de indulgências.
43. É preciso ensinar aos cristãos que aquele que dá aos pobres, ou empresta a quem está necessitado, faz melhor do que se comprasse indulgências.

Martinho Lutero, "Obras". Citado in Freitas, *op. cit.*, p. 165.

## 62. DECISÕES DO CONCÍLIO DE TRENTO

*O Concílio de Trento insere-se como o elemento fundamental de reforma da Igreja católica, já intitulada de Contra-Reforma, pelo seu caráter de oposição à Reforma luterana. Entre as inúmeras decisões do Concílio, ressaltam aquelas voltadas para as questões doutrinárias e morais, sintetizadas abaixo.*

### 1. SOBRE A DOCTRINA

Em primeiro lugar, o santo concílio ensina e reconhece aberta e simplesmente que no augusto sacramento da eucaristia, depois da consagração do pão e do vinho, Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, contém-se verdadeira, real e substancialmente sob a espécie dessas coisas sensíveis.

Se alguém diz que o ímpio se justifica unicamente pela fé, de tal modo que entenda que nada mais é preciso para cooperar com a graça com o fim de obter a justificação, e que não é necessário que se prepare e se disponha por um movimento da sua própria vontade – que seja excomungado.

Se alguém diz que os sacramentos da nova Lei não foram todos instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo, ou que há mais ou menos de sete, a saber: o batismo, a confirmação, a eucaristia, a penitência, a extrema-unção, a ordem e o casamento; ou que algum destes sete não é própria e verdadeiramente um sacramento, – que seja excomungado.

Se alguém diz que todos os cristãos têm o poder de anunciar a palavra (de Deus) e de administrar os sacramentos, – que seja excomungado.

### 2. SOBRE A DISCIPLINA

Que ninguém seja recebido em regime de igreja catedral se não for recebido de casamento legítimo, de idade madura, de costumes austeros, e sábio nas letras.

Ninguém, de qualquer dignidade, grau ou proeminência que seja, presume receber ou reter várias igrejas metropolitanas ou catedrais a título de comenda ou sob outras formas, contra as ordenanças dos santos Cânones: atendendo a que já se deve sentir feliz aquele que possa bem e proveitosamente reger uma (só) igreja para salvação das almas que lhes são confiadas.

Que os bispos sejam obrigados a visitar em cada ano todas as igrejas (da sua diocese).

Que aqueles que forem promovidos à dignidade episcopal recebam a ordem do sacerdócio dentro do tempo ordenado pelo direito (canônico).

Decretos do Concílio de Trento, in: Freitas, *op. cit.*, p. 169.

### 63. DECRETO DO CONCÍLIO DE TRENTO SOBRE AS INDULGÊNCIAS

*O verdadeiro “comércio” de indulgências que se estabelecera em algumas regiões da Alemanha fora o estopim da discórdia entre Lutero e o Papa. Nas 95 Teses, Lutero combatera violentamente a concessão de indulgências, negando-lhes qualquer valor para a salvação. O Concílio de Trento pronunciou-se a respeito do assunto através do decreto abaixo:*

Havendo Jesus Cristo concedido à sua Igreja o poder de conceder indulgência, e tendo a Igreja usado desta faculdade que Deus lhe concedeu, desde os tempos mais remotos; ensina e ordena o sacrossanto Concílio que o uso das indulgências, sumamente proveitoso ao povo cristão, e aprovado pela autoridade dos sagrados concílios, deve conservar-se pela Igreja, e fulmina o anátema contra os que, ou afirmam serem elas inúteis, ou neguem que a Igreja tenha poderes para concedê-las. Não obstante, deseja que se proceda com moderação na sua concessão, segundo o antigo e aprovado costume da Igreja; a fim de que, pela facilidade de concedê-las não decaia a disciplina eclesiástica. E ansiando para que se emendem e corrijam os abusos que se introduziram nelas, motivo que leva os hereges a blasfemarem contra elas; estabelece em geral, pelo presente decreto, que se exterminem de forma absoluta todos os lucros ilícitos que se cobram dos fiéis para que as consigam; pois disto se originaram muitos abusos no povo cristão. E não podendo proibir-se fácil e individualmente os demais abusos que se originaram da superstição, ignorância, irreverência, ou de outra causa qualquer, pelas muitas corruptelas dos lugares e províncias em que se cometem; manda a todos os bispos que cada um anote estes abusos em sua igreja, e os

faça presentes no primeiro concílio provincial, para que, conhecidos e qualificados pelos outros bispos, sejam imediatamente delatados ao sumo pontífice romano, por cuja autoridade e prudência se estabelecerá o que for conveniente para a Igreja universal; e deste modo se possa repartir a todos os fiéis, piedosa, santa e integralmente o tesouro das santas indulgências.

Sessão XXV do Concílio de Trento, 4.12.1563. In: Ibañez, *op. cit.*, p. 191-2. (Tradução dos organizadores).

#### 64. AS ORIGENS DA CONTRA-REFORMA

Michael Mullett

*A Reforma católica constava dos projetos de um sem-número de bispos e teólogos, desde a Idade Média. No entanto, vinha sendo protelada pelos papas. Com a eclosão da Reforma luterana, tornou-se imperativo para a Igreja agilizar a sua, mas agora já com um caráter negativo: o de ser contra a luterana.*

Cada um dos títulos alternativos deste caderno indica uma visão particular do assunto. “Contra-Reforma” sugere um agressivo ataque católico à Reforma Protestante. Implica igualmente que o processo de mudança e renovação do catolicismo não teria surgido sem que a Reforma protestante viesse estimular a reforma da igreja católica. Um autor, Adolf Jarnack, expôs este ponto de vista acerca da “Contra-Reforma” ao escrever que os aspectos da Contra-Reforma eram “sombras da Reforma” e que a Contra-Reforma consistia numa “dívida para com a Reforma”. Em contraste, a expressão “Reforma católica” aponta para uma profunda e genuína restauração do catolicismo no século XVI; esta expressão indica um melhoramento espontâneo do catolicismo. Como seria de se esperar, este ponto de vista da “Reforma Católica” tem sido o preferido dos historiadores católicos, como o escritor francês Pierre Janelle, cuja obra foi deliberadamente intitulada *A Reforma Católica*. Um outro escritor católico, H. O. Evennett, adaptou a interessante posição média de que uma Reforma católica teria de ocorrer de qualquer modo, mas que a natureza dessa Reforma católica foi moldada pela Reforma protestante e pelo desejo da igreja católica de combater a Reforma protestante. Existe ainda a opinião de que a Reforma religiosa do século XVI teve um caráter misto. Foi constituída, primeiramente, pelas Reformas protestantes da Alemanha, Suíça, Escandinávia, Inglaterra, Escócia, etc. Em segundo lugar, incluiu uma chamada “Reforma radical”, que foi mais revolucionária que a Reforma protestante propriamente dita e que procurou recuperar a essência da primitiva

cristandade. E, em terceiro lugar, beneficiou-se do arrastamento da igreja católica, como “Contra-Reforma” ou “Reforma católica”. Ora, ao examinarmos as raízes destas Reformas – a protestante, a radical e a católica –, verifica-se que todas têm uma origem comum: a reanimação cristã do final da Idade Média. Assim, pode-se dizer que as Reformas separadas do século XVI foram subdivisões de uma experiência comum e que, efetivamente, constituíram uma Reforma. Esta afirmação poderá surgir como uma surpresa. Afinal, as diversas facções dos protestantes, radicais e católicos não se acusavam e denunciavam umas às outras, não se amaldiçoavam entre si, não se baniavam e condenavam umas às outras? Sim, mas, de fato, os conflitos dos cristãos dos séculos XVI e XVII não passavam das violentas disputas de membros incompatibilizados da mesma família. E estes irmãos conflituosos, as suas igrejas e seitas, partilhavam um antepassado comum, que era a renovação da piedade cristã dos dois séculos anteriores a 1500. (...)

Esta reativação da devoção emocional do final dos tempos medievais teve um centro fulcral na Cruz de Cristo, que se tornou motivo de interesse comum de todas as Reformas do século XVI. A onda de piedade no final da Idade Média dirigiu igualmente a atenção das pessoas para a oração freqüente, a meditação, o recurso regular aos sacramentos da Igreja e às leituras piedosas; tudo isto se desenvolveu na Contra-Reforma.

Mullett, Michael. *A Contra-Reforma*. Lisboa, Gradiva, 1985, p. 13-15.

## 65. SOBRE A TORTURA

Nicolau Emérico

*O revigoramento do Tribunal da Inquisição permitiu também que os instrumentos de tortura voltassem a ser utilizados em larga escala. Os teólogos da época deixaram vários textos estabelecendo as regras para o funcionamento da tortura, buscando atingir o máximo de eficiência para conseguir a confissão dos acusados.*

Tortura-se o Acusado, com o fim de o fazer confessar os seus crimes.

Eis as regras que devem ser seguidas para poder ordenar-se a tortura.

Manda-se para a tortura: 1. Um Acusado que varia as suas respostas, negando o fato principal. 2. Aquele que, tendo tido reputação de herege, e estando já provada a difamação, tenha contra si uma testemunha (mesmo que seja a única) a afirmar que o viu dizer

ou fazer algo contra a fé; com efeito, a partir daí, um testemunho somado à anterior má reputação do Acusado são meia-prova e índice bastante para ordenar a tortura. 3. Se não se apresentar qualquer Testemunha, mas se à difamação se juntarem outros fortes indícios ou mesmo um só, deverá proceder-se também à tortura. 4. Se não houver difamação de heresia, mas houver uma Testemunha que diga ter visto ou ouvido fazer ou dizer algo contra a Fé, ou se aparecerem quaisquer fortes indícios, um ou vários, é o bastante para se proceder à tortura.

Geralmente, entre estas várias coisas – testemunha de conhecimento certo, má reputação em matéria de fé, e um forte indício – um deles só não basta, mas dois são necessários e bastantes para ser ordenada a tortura.

Há, entretanto, uma exceção ao que temos estado a dizer sobre o fato de a má reputação não ser suficiente para se ordenar a tortura: 1. Quando à má reputação se juntam maus costumes; visto que as pessoas de maus costumes facilmente caem na heresia e sobretudo em erros que originam a sua vida criminosa. É desta forma que, por exemplo, os que são incontinentes e que têm grande inclinação por mulheres facilmente se convencem de que a simples fornicação não é pecado. 2. No caso de o Acusado fugir, esse indício somado à má reputação é já suficiente para ser ordenada a tortura.

Segue a fórmula da sentença de tortura:

Nós, F... Inquisidor, etc., considerando com atenção o processo contra ti instruído, vendo que varias as tuas respostas e que há contra ti provas suficientes, com o fim de tirar da tua boca toda a verdade, e para que não canses mais os ouvidos dos teus juízes, julgamos, declaramos e decidimos que no dia tal... à hora tal... sejas submetido à tortura”.

Não deverá decretar-se a tortura sem primeiro ter inutilmente usado todos os meios de descobrir a verdade. Boas maneiras, esper-teza, exortações através de outras pessoas bem-intencionadas, a reflexão, as incomodidades da prisão, podem ser o bastante para conseguir dos réus a confissão da sua falta. Os tormentos não são mesmo um método mais seguro para conseguir a verdade. Há homens fracos que, à primeira dor, logo confessam crimes que não cometeram, enquanto outros, teimosos e fortes, são capazes de suportar os maiores tormentos. Há homens que tendo sido já submetidos à tortura a suportam com constância, porque se lhes distendem logo os membros e eles resistem fortemente; e há outros que, graças a sortilégios, tornam-se a si mesmos insensíveis e seriam capazes de morrer no suplício, sem nada confessar. Para tais malefícios, esses desgraçados empregam passagens da Escritura que, de forma estranha, escrevem em pergaminhos virgens, misturando-as com nomes de Anjos que ninguém conhece, círculos, caracteres desconhecidos, que

depois escondem em qualquer parte do corpo. Não sei ainda de remédios certos contra tais sortilégios, mas convém sempre despir e revistar bem os Acusados antes de os submeter à tortura.

Lida a sentença da Tortura, e enquanto os Carrascos se preparam para a executarem, convém que o Inquisidor e outras pessoas de bem façam novas tentativas para levarem o Acusado a confessar a verdade. Os Verdugos procederão ao despimento do criminoso com certa turbacão, precipitação e tristeza para que assim ele se atemorize; já depois de estar despido, leve-se de parte e seja exortado novamente a confessar. Prometa-se-lhe a vida, sob essa condição, a menos que ele seja relapso, pois nesse caso não se pode prometé-la.

Se tudo isso for inútil conduzir-se-á à tortura, durante a qual será submetido a interrogatório, em primeiro lugar referente aos artigos menos graves em que seja suspeito, pois que ele confessará as faltas leves de preferência às mais graves.

No caso de ele se obstinar sempre a negar, por-se-lhe-ão frente aos olhos instrumentos de outros suplícios e dir-se-lhe-á que vai passar por todos eles, a não ser que confesse toda a verdade.

Se enfim o Acusado nada confessar, pode continuar-se a tortura um segundo dia e um terceiro, mas com a condição de seguir os tormentos por ordem e nunca repetir os já praticados, não podendo ser repetidos enquanto não sobrevierem novas provas, embora não seja proibido, nesse caso, continuar por ordem.

Se o Acusado tiver suportado a tortura sem nada confessar, deve o Inquisidor pô-lo em liberdade mediante sentença na qual constará que *após um cuidadoso exame do seu processo, nada se encontrou de legitimamente provado contra ele, no respeitante ao crime de que havia sido acusado.*

Quanto àqueles que confessem, devem ser tratados como hereges penitentes não relapsos, se for essa a primeira vez; como impenitentes, se não quiserem abjurar; e como relapsos, se é efetivamente a segunda vez que caem em heresia.

Quando começou a estabelecer-se a Inquisição, não eram os Inquisidores que aplicavam a tortura aos Acusados, com medo de incorrerem em irregularidades. Esse cuidado incumbia aos juízes laicos, conforme a Bula *Ad Extirpanda* do Papa Inocêncio IV, na qual esse Pontífice determina que devem os Magistrados obrigar, com torturas, os Hereges (*esses assassinos das almas, esses ladrões da fé cristã e dos sacramentos de Deus*) a confessar os seus crimes e a acusar outros hereges seus cúmplices. Isto no princípio; posteriormente, tendo-se verificado que o processo não era assaz secreto e que isso era inconveniente para a fé, achou-se que era mais cômodo e salutar atribuir aos Inquisidores o direito de serem eles mesmos a infligir a tortura, sem ser preciso recorrer aos juízes laicos, sendo-lhes ainda outorgado o poder de mutuamente se relevarem de irregularidades em que às vezes por acaso incorressem.

De ordinário utilizam os nossos Inquisidores cinco espécies de tormentos no decorrer da tortura. Como isso são coisas sabidas de toda a gente não irei deter-me nesse assunto. Podem consultar-se Paulo, Grilando, Locato, etc. Já que o Direito canônico não prevê particularmente este ou aquele suplício, poderão os juízes servir-se daqueles que acharem mais aptos para conseguirem do Acusado a confissão dos seus crimes. Não se deve porém fazer uso de torturas inusitadas. Marsílio menciona quatorze espécies de tormentos: acaba por afirmar que imaginou ainda outros, como seja a privação de sono, também referida e aprovada por Grilando e Locato. Mas, se me é permitido dizer a minha opinião, isso é mais trabalho de carrascos do que tratado de um Teólogo.

É por certo um costume louvável aplicar a tortura aos criminosos, mas reprovo veementemente esses juízes sanguinários que, por quererem vangloriar-se, inventam tormentos de tal modo cruéis que os Acusados morrem durante a tortura ou acabam por perder alguns dos membros. Também Antônio Gomes condena violentamente esse procedimento.

Emérico, Nicolau. *O Manual dos Inquisidores*. Lisboa, Edições Afrodite, 1972, p. 63-70.

## **66. GUERRAS CAMPONESAS NA ALEMANHA**

Friederich Engels

*As idéias de Lutero agitaram a Alemanha, provocando revoltas dos nobres empobrecidos e dos camponeses. Liderados por Tomás Münzer, os camponeses passaram a exigir reformas sociais e religiosas, provocando violenta reação da parte da nobreza, que contou com o apoio de Lutero, cuja teologia já se amoldara aos interesses burgueses e da pequena nobreza.*

Ao estourar a guerra camponesa, e isso em regiões onde príncipes e nobres eram na maioria católicos, Lutero procurou assumir uma atitude conciliadora. Atacou decididamente os governos. Eles é que seriam culpados do levante por suas opressões; os camponeses não estariam se levantando contra eles, mas Deus mesmo. O levante também seria ímpio e contrário ao Evangelho, era dito do outro lado. Finalmente, ele aconselhou a ambos os partidos que fizessem concessões e se reconcilhassem amigavelmente.

Mas o levante, apesar desses conselhos bem intencionados e reconciliadores, estendeu-se rapidamente, atingiu até regiões protestantes dominadas por príncipes, senhores e cidades luteranos e cresceu rapidamente para além da reforma “razoável”. Nas cerca-



nias mais próximas de Lutero, Turíngia, a fração mais radical dos insurretos, sob o comando de Münzer, estabeleceu o seu quartel-general. Mais alguns êxitos e toda a Alemanha estaria em chamas. Lutero estaria cercado, talvez executado como traidor, e a Reforma burguesa seria arrastada embora pela revolução camponesa-plebéia. Não havia mais o que pensar. Ante a revolução, todas as inimizades foram esquecidas; em comparação com as hordas de camponeses, os servidores de Sodoma romana eram inocentes cordeiros, mansos filhos de Deus; e burgueses e príncipes, nobres e padrecas, Lutero e o papa se uniram “contra as hordas assassinas de camponeses assaltantes”:

É preciso despedaçá-los, degolá-los e apunhalá-los, em segredo e em público, quem puder fazê-lo, como se tem de matar um cachorro louco!” gritava Lutero. Por isso, prezados Senhores, quem aí o possa, salve, apunhale, bata, enforque e, se morrer por isso, morte mais feliz jamais há de poder alcançar.

Nada de ter falsa piedade com os camponeses. Confundem-se a si mesmos com os insurretos aqueles que se apiedam daqueles de quem Deus mesmo não se apieda, mas que Ele quer ver punidos e perdidos. Depois, os próprios camponeses hão de aprender a agradecer a Deus se têm de entregar uma vaca para poderem usufruir a outra em paz; e os príncipes hão de conhecer, através da rebelião, qual é o espírito do populacho que só pode ser governado pela violência.

Engels, Friederich. As guerras camponesas na Alemanha. Citado em Fernandes, Florestan. *Marx/Engels*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1984, p. 244-5.

## 67. MANIFESTO DOS CAMPONESES ALEMÃES – 1525

*Conforme vimos no documento anterior e no de autoria de J. Delumeau, no primeiro quartel do século XVI irrompia na Alemanha um conflito de proporções explosivas: a Guerra Camponesa, liderada por Tomás Münzer. Lutero, para quem uma revolta social estava fora de qualquer cogitação, colocou-se abertamente contra o movimento, justificando a brutal repressão desencadeada pelos príncipes alemães contra o mesmo. A Guerra Camponesa, no entanto, pode ser entendida segundo a perspectiva da crise por que passava uma sociedade em transição, e, em particular, pelo despertar de um forte sentimento de nacionalidade. Destaca-se, ainda, a questão da superexploração feudal já analisada em textos e documentos anteriores.*

*O trecho selecionado abaixo faz parte do Manifesto dos Camponeses, de 1525, possibilitando, através de sua análise, a compreensão das estruturas mentais dos homens da época e das reivindicações do movimento.*

Em primeiro lugar, nosso modesto pedido e desejo, nossa opinião e vontade é que, no futuro, nos sejam dados poder e autoridade, para que cada comunidade possa eleger o seu pastor e, da mesma forma, possa demiti-lo, caso se porte indevidamente. Ele nos pregará o Evangelho de maneira acessível e sem deturpá-lo, sem qualquer acréscimo de leis ou ensinamentos humanos. (...)

Em terceiro lugar, até agora éramos tratados como escravos, o que é uma vergonha, pois, com o seu precioso sangue, Jesus Cristo nos salvou a todos, tanto ao mais humilde pastor quanto ao mais nobre senhor, sem distinção. Por esse motivo, deduzimos das Sagradas Escrituras que somos livres, e livres queremos ser. Não que queiramos ser totalmente livres, que não queiramos reconhecer autoridade alguma; não é isso o que Deus nos ensina. (...)

Em quarto lugar, até agora nenhum pobre podia perseguir a caça, pegar aves ou peixes na água corrente, o que nos parece uma lei totalmente injusta e pouco fraternal, mas interesseira e em desacordo com a palavra de Deus. (...)

Em quinto lugar, somos prejudicados ainda pelos nossos senhores, que se apoderaram de todas as florestas. Se o pobre precisa de lenha ou madeira tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que deve ser restituída à comunidade toda e qualquer floresta que se encontra em mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente.

Em sexto lugar, preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia-a-dia. Exigimos que esse assunto seja examinado cuidadosamente, a fim de que não sejamos sobrecarregados. (...)

Em sétimo lugar, não queremos que, doravante, nosso senhorio aumente suas exigências, mas que se atenha ao acordo estabelecido inicialmente entre ambas as partes. (...)

Em décimo lugar, estamos preocupados com o fato de que certas pessoas se apossaram de pastagens e campos, que, no entanto, pertencem a uma aldeia. A não ser que estes tenham sido comprados legalmente, passarão a pertencer novamente à aldeia. (...)

Em décimo primeiro lugar, queremos ver abolido totalmente o costume chamado "caso de morte", e não permitiremos nem toleraremos mais que alguém, desrespeitando a Deus, apodere-se descaradamente dos bens pertencentes a viúvas ou órfãos, como sói ocorrer em muitas partes e das formas mais variadas.

Em décimo segundo lugar, nossa decisão e resolução final é a seguinte: se uma ou diversas dessas exigências não estiverem em consonância com a palavra de Deus, delas abriremos mão imediatamente, desde que se nos prove, à base das Sagradas Escrituras, que elas estão em discordância com a vontade divina.

Manifesto dos camponeses, em 1525. *In Antologia Humanística Alemã*. Porto Alegre, Globo, 1972, pp. 15-6.

A crise do século XVII pode ser entendida como o último momento da transição feudalismo/capitalismo. Trata-se de uma fase assinalada pela desaceleração econômica e recessão, após uma grande expansão ocorrida no século anterior. É importante observar que o caráter de movimento de longa duração e a amplitude mundial do fenômeno conferem à crise do século XVII um papel decisivo na evolução do capitalismo.

As abordagens historiográficas têm apresentado origens múltiplas para a crise do século XVII.

Apesar das divergências existe um certo consenso entre alguns autores de que a depressão do século XVII teve causas econômicas comuns. Os sinais visíveis da crise foram a *queda dos preços, o declínio de boa parte do comércio internacional e a diminuição da produção interna dos países europeus*. Segundo Gunder Frank, “estes e outros problemas econômicos foram refletidos, agravados ou acelerados pelas crises políticas das quais podemos considerar as duas revoluções inglesas e a Guerra dos Trinta Anos como as mais notórias, bem como a política de Colbert na França, uma tentativa desastrosa de conter a maré”. (Gunder Frank, Andre. *Acumulação Mundial – 1492/1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 100-1).

No que diz respeito aos fatores determinantes da crise, os textos selecionados para o estudo deste tema, permitirão ao leitor uma compreensão mais clara do problema.

Enquanto você os lê, reflita sobre as seguintes questões:

1. Qual a relação feita por Suzanne Pillorget entre a redução do volume de metais preciosos na Europa e a crise do século XVII?
2. Segundo Hobsbawm de que maneira a crise do século XVII contribuiu para destravar as forças que impediam a plena consolidação de uma economia capitalista?
3. Por que Lublinskaya afirma que, mais do que uma crise, o que ocorreu no século XVII foi “uma luta econômica – e política – entre os países onde o capitalismo se desenvolve de maneira desigual”?
4. Quais as principais críticas que Trevor-Roper tece em relação aos autores marxistas no que diz respeito à crise do século XVII?

**68. UM MUNDO EM CRISE**

Suzanne Pillorget

*O texto de Suzanne Pillorget oferece oportunidade para um paralelo entre o incontestável progresso econômico do século XVI (assinalado pela alta dos preços e pela expansão da produção), e o século XVII, cuja recessão não é posta em dúvida pela autora. Saliendo o contraste, S. Pillorget aponta para o declínio da produção metálica americana como o fator preponderante da crise do século XVII. Ainda segundo a autora, apenas a partir do maciço afluxo do ouro brasileiro, ao longo do século XVIII, a economia européia retoma o crescimento.*

As grandes descobertas, dando continuação a um movimento anterior, tinham, durante o século XVI, estimulado prodigiosamente a atividade comercial – e, conseqüentemente, todas as atividades econômicas. Em uma época em que a pobreza dos meios de pagamento e dos instrumentos de crédito pareciam condenar o mundo a uma certa estagnação, elas forneceram-lhe uma excepcional oportunidade de ressurgimento, ao revelarem a existência de jazigos de metais preciosos que haviam permanecido praticamente desconhecidos até então. Graças a elas, e graças ao espírito de iniciativa dos homens que souberam aproveitar os seus resultados, o século XVI tinha sido uma época de expansão econômica, de alta dos preços e da produção. E, feitas as contas, apesar de crises graves, uma época de incontestáveis progressos. Ora, a fisionomia de conjunto do século XVII apresenta-se de uma maneira totalmente diversa. O século inicia-se sob o signo inquietante de um relativo afrouxamento da produção de metais preciosos: as minas da América começam, ao que parece, a dar sinais de esgotamento. A quantidade extraída ainda aumenta, mas a um ritmo que já não é o de outrora. É certo que, apesar de algumas perdas, devidas a naufrágios ou a batalhas navais, o *stock* de metais preciosos em circulação no mundo não se acha diminuído. Mas esses sintomas de esgotamento surgem precisamente em um momento em que a expansão da economia européia – nessa altura, motor da economia mundial – exigia um volume superior de numerários. A massa monetária já não corresponde senão numa medida cada vez mais insuficiente às diferentes necessidades humanas. Relativamente ao conjunto do século, e mesmo relativamente aos primeiros decênios do século XVIII, é correto falar-se de uma “relativa escassez monetária” (Pierre Goubert). Desde cerca do ano de 1600 que os preços baixam ligeiramente. Após dois decênios de hesitações, a tendência para baixa confirma-se. Entre 1620 e 1630, a conjuntura internacional torna-se francamente má. A Europa e o mundo entram em um longo período de recessão, entrecortado de breves recrudescimentos e de acidentes difíceis. Recessão que dura

mais de cem anos, avançando grandemente, pelo menos em determinados países, pelo primeiro terço do século XVIII. E só termina com a chegada progressiva e maciça ao mercado mundial de novas quantidades de metal precioso: o ouro de Moçambique primeiramente, e depois o do Brasil.

Os metais preciosos e os meios de pagamento constituem um fator capital de desenvolvimento da economia, e portanto das condições de vida. A sua escassez, ainda que moderada, pode provocar uma paralisia relativa, ou mesmo uma estagnação das atividades humanas. Mas não pode, por si só, provocar catástrofes espetaculares. Estas, particularmente graves e numerosas no século XVII, foram conseqüências de fatores meteorológicos. Cósmicos, portanto.

Pillorget, Suzanne. *Apogeu e Declínio das Sociedades de Ordens – 1610-1787*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981, pp. 13-4.

## 69. A CRISE GERAL

### DA ECONOMIA EUROPÉIA NO SÉCULO XVII

Eric J. Hobsbawm

*O texto de Hobsbawm nos apresenta a crise geral da economia européia no século XVII como o momento em que os limites que estabeleciam entraves à plena produção capitalista são removidos. O autor se preocupa em apresentar as provas indubitáveis de que realmente houve uma crise, através de múltiplos exemplos. Em um segundo momento, Hobsbawm discute os fatores que teriam produzido a crise, ou seja, o verdadeiro motor da recessão européia do século XVII. Após descartar algumas opções tradicionalmente aceitas, como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), por exemplo, aponta para as contradições existentes entre o avanço das forças produtivas, impulsionadas pela burguesia e a permanência de relações sociais de produção ainda predominantemente feudais. A remoção destes obstáculos se constituiria, portanto, na última etapa da longa transição feudalismo/capitalismo.*

Neste artigo pretendo mostrar que a economia européia passou por uma crise geral durante o século XVII, última fase da transição geral de uma economia feudal para uma economia capitalista.

(...) As primitivas sociedades urbanas nunca obtiveram êxito total nas revoluções que renunciaram. Não obstante, desde o início do século XVII, a sociedade “burguesa” avançou, sem encontrar grandes obstáculos. A crise do século XVII difere, portanto, das que a precederam no fato de que levou à solução dos problemas que se haviam apresentado anteriormente ao triunfo do capitalismo, de um

modo tão fundamental quanto esse sistema o permitia. O objetivo deste artigo é ordenar parte das provas que demonstram a existência de uma crise geral – ainda muito discutida – e propor uma explicação para a mesma. (...)

Há uma grande quantidade de provas sobre a “crise geral”. No entanto, deve-se evitar a tese segundo a qual uma crise geral equivale a uma regressão econômica, idéia que esteve presente em toda a discussão sobre a “crise feudal” dos séculos XIV e XV. É evidente que *houve* uma regressão considerável durante o século XVII. Pela primeira vez na história o Mediterrâneo deixou de ser o centro mais importante de influência econômica e política e, eventualmente, cultural, tendo se transformado em um mar estagnado e empobrecido. As potências ibéricas, a Itália e a Turquia apresentavam um evidente retrocesso. Quanto a Veneza, encontrava-se a ponto de transformar-se num centro turístico. (...) Mais ao norte, o declínio da Alemanha era evidente, embora de forma alguma irremediável. Na Polônia báltica, a Dinamarca e a Hansa declinavam. Embora o poder e a influência dos Habsburgos austríacos aumentasse (em parte talvez devido ao declínio tão dramático dos outros) seus recursos continuavam sendo escassos e sua estrutura política e militar era fraca, mesmo durante o período de sua maior glória, no início do século XVIII. Por outro lado, as potências marítimas e suas dependências – Inglaterra, Províncias Unidas, Suécia – assim como a Rússia e outras regiões menores como a Suíça, pareciam se desenvolver ao invés de estagnar. Quanto à Inglaterra, encontrava-se em pleno avanço. A França se encontrava em uma situação intermediária, embora seu triunfo político não se tenha feito acompanhar por um grande progresso econômico a não ser no final do século, e mesmo assim de forma intermitente.

(...) É possível que durante algumas décadas, em meados do século, os lucros obtidos no Atlântico não fossem suficientes para compensar os prejuízos no Mediterrâneo, Europa Central e Báltico, cuja produção encontrava-se estagnada ou talvez em declínio. No entanto, o que interessa é o decisivo avanço verificado no progresso do capitalismo.

Os dados isolados sobre a população européia sugerem, no pior dos casos, um declínio de fato; e no melhor dos casos, um nivelamento ou ligeira elevação em meio às oscilações da curva populacional do final do século XVI até o século XVIII. À exceção dos Países Baixos, Noruega e talvez Suécia e Suíça, não há sinais de grande aumento de população. A Espanha era sinônimo de despovoamento, o sul da Itália também parece ter sofrido e são bem conhecidos os estragos de meados do século na Alemanha e leste da França. (...) A população da Hungria diminuiu e a da Polónia decresceu ainda mais. O aumento da população inglesa declinou rapidamente e após 1630 pode ter atingido a estagnação. (...) Nunca,

desde o século XIV, registrou-se durante todo um século uma porcentagem maior de doenças epidêmicas. Sobre isso, foram feitas pesquisas recentes que demonstram que os danos causados pelas epidemias não podem ser explicados sem que sejam associados à fome. Enquanto um certo número de cortes e metrópoles administrativas ou centros comerciais e financeiros internacionais chegaram a adquirir grandes dimensões, as grandes cidades que haviam crescido durante o século XVI permaneceram estacionadas, sendo que as cidades médias e pequenas freqüentemente declinaram. (...)

Nesse meio tempo, o que ocorreu com a produção? Simplesmente o ignoramos. Algumas zonas se desindustrializaram completamente, principalmente na Itália, que passou de país mais industrializado e urbanizado da Europa a uma zona tipicamente camponesa e retrógrada. O mesmo sucedeu à Alemanha, partes da França e Polônia. Por outro lado, em alguns lugares – como a Suíça – verificou-se um desenvolvimento industrial relativamente rápido, um incremento das indústrias extrativas na Inglaterra e na Suécia e um importante aumento do trabalho doméstico rural, às custas da produção artesanal urbana ou local, podendo ter levado ou não a um aumento líquido na produção total.

(...) No *comércio*, a crise foi mais geral. As duas principais zonas de comércio internacional, o Mediterrâneo e o Báltico, passaram por uma revolução e, possivelmente, por um declínio transitório no volume de seu comércio. (...) Após 1650, o Mediterrâneo, assim como o Báltico, transformou-se em uma zona que comerciava produtos locais, principalmente matérias-primas para as manufaturas do Atlântico e produtos orientais, então monopolizados pelo noroeste. (...)

Também é evidente que a *expansão da Europa* passou por uma crise. Embora as bases do fabuloso sistema colonial do século XVIII tivessem sido estabelecidas principalmente a partir de 1650 pode ter se verificado antes uma certa contração da influência européia, exceto no interior da Sibéria e América. É evidente que os impérios espanhol e português se contraíram, tendo mudado de caráter. Mas também é importante destacar que os holandeses não mantiveram o notável nível de expansão verificado entre 1600 e 1640 e que seu império realmente decaíu nas três décadas que se seguiram.

(...) Em geral se aceita que o século XVII tenha sido um século de revolta social, tanto na Europa Ocidental quanto na Oriental. A série de revoluções ocorridas nesse período levou certos historiadores a acreditar em uma espécie de crise social-revolucionária em meados do século.

(...) Apenas num aspecto o século XVII conseguiu se sobrepôr ao invés de apresentar dificuldades. Com exceção das potências marítimas que experimentavam seus novos regimes burgueses, a maior parte da Europa descobriu no *absolutismo* uma forma de governo eficiente e estável, baseado no modelo francês.



(...) O que se poderia argumentar é que aquilo que descrevi como sendo uma “crise geral” não foi senão resultado das guerras do século XVII, especialmente da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

No passado, os historiadores costumavam adotar (ou melhor, tomar como certo) esse ponto de vista. No entanto, a crise afetou várias regiões da Europa que não tinham sido devastadas por generais e intendentes do exército. (...)

Ao discutir a crise do século XVII levantamos um dos problemas fundamentais sobre a ascensão do capitalismo: por que a expansão do final dos séculos XV e XVI não levou diretamente à Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX? Em outras palavras: quais foram os obstáculos à expansão capitalista? Convém adiantar que as respostas são tanto gerais como particulares.

O raciocínio geral pode ser resumido no seguinte: para que o capitalismo se implante, a estrutura da sociedade feudal ou agrária deve passar por uma revolução. A divisão social do trabalho terá de ser muito elaborada, caso se deseje incrementar a produtividade, e a força social de trabalho deve ser radicalmente redistribuída – passando da agricultura para a indústria – durante esse processo. A proporção de produção negociada no mercado supralocal deverá aumentar rapidamente. Enquanto não houver uma grande quantidade de trabalhadores assalariados, enquanto os homens satisfizerem suas necessidades através de sua própria produção ou através do intercâmbio em numerosos mercados locais mais ou menos autárquicos, ainda existentes nas sociedades primitivas, existirá um limite para o lucro capitalista e poucos incentivos para se passar ao que poderia ser, de uma maneira muito geral, denominado de produção em massa (base do desenvolvimento capitalista industrial).

(...) A expansão era possível e realmente se verificou. No entanto, enquanto a estrutura geral ou a sociedade rural não passaram por uma renovação, a expansão encontrava-se limitada ou, então, criava seus próprios limites; quando se deparava com eles, verificava-se um período de crise.

O desenvolvimento ocorrido nos séculos XV e XVI não pertenceu, fundamentalmente, a esse tipo e criou, portanto, sua própria crise, tanto dentro do mercado local como no comércio ultramarino.

(...) Estes diversos aspectos da crise podem ser reduzidos a uma única fórmula: a expansão econômica se verificou dentro de um quadro social que não era ainda suficientemente forte para eclodir e, de certa forma, adaptou-se mais a esse quadro que ao mundo do capitalismo moderno. Os especialistas do período jacobino precisam determinar que fator realmente precipitou a crise: o declínio da prata americana, o colapso do mercado báltico ou algum outro dos possíveis fatores. Uma vez aberta a brecha, toda a instável estrutura estava fadada a ser abalada. Na realidade a estrutura foi abalada e, no

período posterior de crise econômica e agitação social, verificou-se o decisivo deslocamento da empresa capitalista adaptada a um quadro predominantemente feudal para a empresa capitalista transformadora do mundo de acordo com seus próprios padrões. A Revolução na Inglaterra constituiu, assim, o incidente mais dramático da crise e, ao mesmo tempo, sua encruzilhada.

Hobsbawm, Eric J.. A crise geral da economia européia no século XVII. Ir.: Santiago, Theo. *Do Feudalismo ao Capitalismo – uma discussão histórica*, São Paulo, Editora Contexto, 1988.

## **70. A TEORIA DA REVOLUÇÃO GERAL NA EUROPA DO SÉCULO XVII**

A. D. Lublinskaya

*Lublinskaya, através do texto abaixo, propõe-nos uma outra abordagem para o entendimento da crise geral da sociedade européia no século XVII, advertindo para os perigos de se fazer uma generalização na análise desta crise. As diversas especificidades de cada país devem ser levadas em consideração. Assim, por exemplo, enquanto na Inglaterra e na Holanda o ritmo da transição para o capitalismo é mais rápido, na França, tal como ocorria na Espanha, a aristocracia, através da direção e influência nos negócios de Estado, representa um entrave à passagem para o capitalismo. Tomando como referência o caso francês, a autora apresenta alguns fatores que teriam levado à crise: guerras civis, baixa produtividade da indústria manufatureira, acumulação de capital limitada e ausência de benefícios diretos das áreas coloniais. Desta maneira, a crise seria o resultado da debilidade da produtividade de uma economia capitalista em sua fase inicial, e das lutas políticas entre países que apresentam ritmos de desenvolvimento capitalista desigual.*

Até o começo do século XVII não se manifestam com nitidez as peculiaridades mais originais, próprias de cada país, do capitalismo europeu. Uma nova hierarquia de Estados começa a revelar-se de acordo com o lugar que ocupam na evolução do capitalismo. Os países onde o seu ritmo é mais rápido – Holanda e Inglaterra – vão relativamente à frente, aumentando, portanto, a sua força política.

Este progresso é tão mais evidente quanto que o desenvolvimento dos outros países europeus se retarda sensivelmente.

(...) A França se encontra em uma situação singular. As guerras civis do século XVI freiam consideravelmente a marcha do capitalismo industrial e comercial, e sua recuperação durante o reinado

de Henrique IV, mais favorável, foi demasiado curta. Em 1610-1629 continua bastante instável a conjuntura econômica, da mesma forma que a política; o capitalismo volta a encontrar obstáculos que podem freá-lo novamente por um grande período. A oposição política da aristocracia feudal, nas tendências centralizadoras do absolutismo agravam o futuro das forças progressistas. Este grupo social, munido de um programa reacionário, representa um estorvo para o progresso da burguesia. A personalidade de Luís XIII dá aos aristocratas a esperança de pôr o rei sob sua tutela com a finalidade de dirigir a política interna e externa em seu próprio proveito. A perspectiva de uma preponderância política, semelhante à que desfrutavam os grandes da Espanha, apresentava-se aos príncipes e duques da França, o que travaria seriamente o desenvolvimento do país inteiro.

Na realidade, as forças progressistas – a burguesia e as massas populares – já eram muito vigorosas para inclinar a balança para o lado do progresso econômico e político e apoiar o governo em sua luta contra as tendências separatistas e reacionárias. Mas estes eram processos profundos e latentes para a maior parte dos contemporâneos. As realidades cotidianas – guerras civis, insurreições dos huguenotes, levantes populares – davam mais a impressão de instabilidade política e de insegurança geral. Esta impressão parecia ter mais fundamento quando se verificava que a situação econômica era precária e a fazenda se encontrava em uma situação deplorável. A burguesia exigia medidas protecionistas mais restritivas, a miséria do povo era clara e as insurreições pareciam iminentes. O governo se esforçava para evitar a todo custo essas dificuldades, mas seus esforços não eram percebidos, principalmente por causa dos recursos de que necessitava para as guerras civis e para a Guerra dos Trinta Anos.

Estes fenômenos convidam o historiador a cruzar as fronteiras de um só país e estudar o desenvolvimento do capitalismo na França ao mesmo tempo que examina a situação econômica da Europa em geral. Este ponto de vista é muito necessário, uma vez que, em nossos dias, abundam teorias interessantes sobre o conjunto de fenômenos próprios de todo o continente, como a teoria da “crise geral do século XVII”. O lugar que os autores reservam à França é muito particular, já que o atraso (“a crise”) da evolução capitalista se produz ali de maneira evidente, sem destruir, no entanto, a base econômica da burguesia.

A evolução capitalista da França durante o período examinado está muito influenciada pelo capitalismo dos países vizinhos, principalmente da Holanda e da Inglaterra. Estes três Estados caminham para a sociedade burguesa, e não apenas cada um à sua maneira, coisa bastante sabida, mas a um ritmo bastante diferente, que não se toma habitualmente em consideração para os períodos de curta dura-

ção. A França dos anos 1610-1629 oferece, sob esse ponto de vista, um exemplo importante.

Dos níveis diferentes que o capitalismo alcança no período, nesses países, resulta uma imensa diferença de forças econômicas e políticas que tendem à preponderância comercial nos mercados, tanto europeus como mundiais. Os interesses econômicos destas potências (compreendia entre elas a Espanha, cuja decadência econômica não a impede ainda de ser um Estado europeu e colonial de primeira ordem), entrelaçam-se estreitamente com suas ações políticas. A economia já começa a se orientar, em certa medida, para a luta dos Estados europeus, para a hegemonia política na mesma Europa. Um dos problemas mais urgentes é o da conquista dos mercados estrangeiros, de extraordinária importância para as manufaturas daquela época. Os mercados dos países vizinhos oferecem oportunidades para enriquecer-se com maiores facilidades e eficácia. Mas estas vantagens se conseguem, geralmente, às custas da economia destes vizinhos. Os holandeses se enriquecem explorando os mercados da Espanha e, sobretudo, da França, causando grandes danos à indústria e ao comércio franceses e obstaculizando o desenvolvimento capitalista deste país. Os ingleses se enriquecem às custas da Espanha e parcialmente da França; os franceses, às expensas da Espanha e Alemanha. (...)

Os esforços para conquistar os países vizinhos são acompanhados de uma política tendente a ganhar a preponderância comercial sobre todos os mercados europeus, assim como sobre os do Oriente Médio. A luta para conquistar estes lucrativos mercados se manifesta nos conflitos internacionais, sobretudo na Guerra dos Trinta Anos. Vinte anos depois, explodem as guerras puramente "comerciais" (anglo-holandesas, franco-holandesas, franco-inglesas, etc.).

Para os anos 1610-1629 é necessário tomar em consideração os seguintes fenômenos: possuindo manufaturas numerosas, um comércio bem desenvolvido, recursos abundantes e uma densa população, a economia francesa retrocede. Parece que os elementos capitalistas deveriam ter progredido de uma maneira ininterrupta, seguindo, quando muito, o ritmo do primeiro decênio. Mas ocorre justamente o contrário: coloca-se em dúvida até o estancamento da produção e do comércio nos níveis alcançados. É impossível colocar a culpa somente nas guerras civis, se bem que os acontecimentos dos anos 1614-1629 acrescentam muito à instabilidade da economia.

A causa principal deste fenômeno consiste no nível mais baixo da indústria capitalista na França. Os índices mais essenciais o provam. A divisão do trabalho nas manufaturas francesas está longe da que existe nas manufaturas holandesas e inglesas. O número de trabalhadores qualificados é insuficiente, o que impede aos patrões modificar os salários de uma maneira eficaz para extrair um benefi-

cio maior. As subvenções do Estado, absolutamente indispensáveis nessa época, são ocasionais e muito modestas, e a acumulação de capital restrita, ficando a França de fora do latrocínio direto das colônias.

O resultado é uma carestia relativa da produção industrial francesa, de modo que os manufatureiros e comerciantes franceses são, em sua maior parte, incapazes de sustentar, tanto na França como nos mercados estrangeiros, a competência dos ingleses e holandeses. São constantemente obrigados a colocar seus capitais em outra parte: em arrendamentos, na compra de cargos e de terra, etc. Às vezes, os comerciantes franceses pagam adiantado aos comerciantes holandeses ou espanhóis. Desta maneira, os ganhos adquiridos na indústria e no comércio nem sempre servem ao progresso da economia puramente capitalista.

A navegação e o comércio oceânico se apresentam também atrasados em comparação com os ingleses e holandeses. O particularismo urbano é muito forte entre os comerciantes franceses, resultando que em todas as companhias de comércio fundadas por eles e não pelo governo, o número de associados é, geralmente, reduzido, o que dificulta ainda mais a concorrência nos mercados estrangeiros. Por causa destas dificuldades, para a burguesia francesa é um problema, cuja solução se faz cada dia mais urgente, ter um protecionismo eficiente e contínuo. A burguesia francesa o reclama, e esta solução parece ser tão mais necessária na medida em que a dominação dos holandeses e ingleses no mercado francês se estende e se afirma cada dia mais. Destes três países, cuja revolução capitalista se opera no começo do século XVII, a França não somente ocupa um lugar menor, como é o único Estado cujo desenvolvimento capitalista experimenta realmente grandes dificuldades.

Essas considerações guiaram a autora em sua crítica das teorias da crise geral do século XVII e da crise do capitalismo em particular. Os historiadores que contribuíram para elaborar estas teorias (R. Mousnier, E. J. Hobsbawm, R. Romano, P. Chaunu, H. R. Trevor-Roper, etc.) tiraram a maioria de suas conclusões da economia inglesa e holandesa. Eles sublinham mais o ritmo lento, a seu juízo, deste processo até nos países desenvolvidos. A França, pelo contrário, brinda-os com uma prova das mais convincentes da existência da crise do capitalismo (redução da produção, baixa dos preços, diminuição das rendas, paradas de trabalhadores, etc.) e das consequências desta crise para as estruturas sociais e políticas. Ao analisar a economia francesa, assim como seus laços com a dos países mais desenvolvidos, a autora encontra argumentos contrários a essas teorias. As dificuldades sofridas nesta época pelo capitalismo europeu, não devem ser consideradas como *crise* de produção e de vendas. Procedem da natureza mesma do sistema capitalista em seu início, isto é, na época das manufaturas. O ritmo bastante lento (em comparação

com o da indústria capitalista mecanizada) é inevitável por causa da preponderância de trabalho manual das manufaturas. No que se refere à debilidade relativa dos elementos capitalistas no volume total da produção, isto se deve ao fato de que as manufaturas coexistem com os ofícios de toda classe nas cidades e com o artesanato na zona rural. É importante considerar que a força econômica de um país – o nível de sua evolução capitalista – contribui muito para a conquista de mercados estrangeiros.

No que se refere à França, o exemplo de sua economia durante os anos cruciais de 1610-1629 – a maioria dos historiadores considera esses decênios como o começo da crise em toda a Europa – prova que a causa principal desta situação deplorável consiste na debilidade da indústria capitalista do país, incapaz de resistir à concorrência comercial dos holandeses e ingleses nos mercados tanto franceses como estrangeiros. Nessas condições, o mercantilismo é o meio eficaz para proteger as manufaturas nacionais contra a concorrência comercial dos países mais desenvolvidos e de assegurar, por esse meio, sua dominação no mercado nacional, assim como a participação lucrativa dos comerciantes franceses no comércio mundial. Mas não supera a crise da produção capitalista.

A autora estima, por isso, que não é uma crise da produção capitalista a que se registra no século XVII, mas uma luta econômica – e política – entre os países onde o capitalismo se desenvolve de maneira desigual.

Lublinskaya, A. D. La teoría de la revolución política general en la Europa del siglo XVII. In: *La Crisis Del Siglo XVII Y La Sociedad Del Absolutismo*. 2ª ed., Barcelona, Crítica-Grijalbo, 1983, pp. 132-7. (Tradução dos organizadores).

## 71. A CRISE GERAL DO SÉCULO XVII

H. R. Trevor-Roper

*Criticando as abordagens que tomam como referencial o materialismo histórico para a compreensão da natureza da crise geral do século XVII, Trevor-Roper nos propõe uma nova perspectiva. Crítica, ainda, a teoria aceita entre os marxistas, de que a passagem final para o capitalismo, em síntese, a ruptura da ordem feudal, teria necessariamente que se produzir de forma violenta e revolucionária. Em seguida, o autor, através de outro enfoque, procura as razões que lhe parecem mais pertinentes para explicar a crise do século XVII, apontando para as relações entre o Estado Absolutista (“Renascentista”) e a sociedade. Para Trevor-Roper, enquanto durou a prosperidade (século XVI) foi possível a manu-*

*tenção de um Estado baseado no “desperdício” e no parasitismo. No entanto, quando a prosperidade terminou, a crise geral tornou-se inevitável.*

Segundo os marxistas e alguns outros historiadores que, embora não sejam marxistas, aceitam o argumento marxista, a crise do século XVII foi no fundo uma crise de produção, e a força motriz de, pelo menos, algumas das revoluções foi a força da *burguesia* produtora, obstruída em sua atividade econômica pelo obsoleto, dispendioso e restritivo (mas zelosamente defendido) sistema produtivo da sociedade “feudal”. De acordo com esse ponto de vista, a crise de produção foi geral na Europa, mas foi somente na Inglaterra que as forças do “capitalismo”, graças a seu maior desenvolvimento e sua representação no Parlamento, puderam triunfar. Conseqüentemente, enquanto outros países não fizeram qualquer progresso imediato em direção ao capitalismo moderno, na Inglaterra a antiga estrutura foi destruída e uma nova forma de organização econômica foi estabelecida. Dentro desta organização, o capitalismo moderno, industrial, pôde atingir seus resultados surpreendentes: não era mais a empresa capitalista “adaptada à estrutura geralmente feudal”; era a empresa capitalista, a partir de sua base insular recém-conquistada, “transformando o mundo”.

(...) De um modo geral, parece-me que a identificação marxista das revoluções do século XVII como revoluções “burguesas” e “capitalistas” — bem sucedidas na Inglaterra, fracassadas em outros lugares — é uma mera hipótese *a priori*. Os marxistas entendem, assim como nós, que a base para uma nova forma de sociedade “capitalista” foi assentada em alguma época entre a descoberta da América e a Revolução Industrial. Acreditando como doutrina que uma transformação tão grande não pode ser alcançada pacificamente, mas exige um “rompimento” violento de uma nova classe, uma “revolução burguesa”, eles procuram esta revolução. Além disso, vendo que o principal país deste processo foi a Inglaterra, eles procuram essa revolução na Inglaterra. E quando eles encontram, exatamente a meio caminho dessas datas limites, a violenta revolução puritana na Inglaterra, exclamam *eureka!* A partir daí, as outras revoluções européias se encaixam como revoluções burguesas abortivas. A hipótese, uma vez expressa, é ilustrada por outras hipóteses. No entanto, é preciso ser provada pela evidência. E pode ser que ela se baseie em premissas inteiramente falsas. Pode ser que as transformações sociais não exijam necessariamente uma revolução violenta, que o capitalismo tenha se desenvolvido na Inglaterra (como a democracia industrial o fez) pacificamente; e que a violenta revolução puritana não foi mais crucial, na história da Inglaterra, do que, por exemplo, as revoluções Hussita e Taborita do século XV, na Boêmia, com as quais ela tem semelhanças tão óbvias.

Se, embora geral na Europa Ocidental, a crise do século XVII não é uma simples crise constitucional, nem uma crise de produção

econômica, então que tipo de crise foi? Neste ensaio sugiro que, na medida em que foi uma crise geral – isto é, ignorando variações não essenciais de um lugar para outro –, ela foi um tanto mais ampla e vaga do que isso: de fato foi uma crise nas relações entre sociedade e Estado.

(...) (A crise geral do século XVII). Não foi uma crise de constituição ou do sistema de produção, mas do Estado, ou ainda, da relação entre Estado e sociedade. Países diferentes encontraram caminhos diferentes para se livrarem da crise. Na Espanha o *Ancien Régime* sobreviveu: mas apenas como uma carga desastrosa e imóvel num país empobrecido. Em outros lugares, como Holanda, França e Inglaterra, a crise marcou o fim de uma era: livraram-se da carga muito pesada e voltaram a uma política mercantilista responsável. No século XVII as cortes renascentistas já tinham ficado tão grandes, tinham consumido tanto em “desperdício”, e tinham permitido que seus parasitas penetrassem tão profundamente na sociedade, que só podiam florescer durante um tempo limitado – um tempo também de prosperidade geral em expansão. Quando essa prosperidade fracassou, o monstruoso parasita estava destinado a cair junto. Neste sentido, talvez a depressão de 1620 não seja menos importante, como ponto histórico decisivo, do que a depressão de 1929: embora tenha sido um fracasso econômico temporário, marcou uma duradoura transformação política. De qualquer maneira, as cortes reconheceram-na como a sua crise. Algumas cortes procuraram reformar-se, curar-se e reduzir as despesas. Seus médicos mostraram o caminho: foi então que as velhas cidades-Estado, particularmente Veneza, embora agora em decadência, tornaram-se o modelo admirado, primeiro para a Holanda e depois para a Inglaterra. E no entanto, perguntou o paciente: essa reforma era possível, ou mesmo segura? Poderia uma monarquia ser realmente adaptada a um padrão que até então tinha sido perigosamente republicano? Seria qualquer operação política mais difícil do que a auto-redução de uma burocracia estabelecida, poderosa e privilegiada? De fato, não se conseguiu a transformação em lugar algum sem um pouco de revolução. Se esta foi limitada na França e na Holanda, foi parcialmente porque uma parte do combustível já tinha sido consumida numa revolução anterior. Foi também porque tinha havido alguma reforma parcial. Na Inglaterra não tinha havido essa revolução anterior nem essa reforma. Havia também, no início do período dos Stuarts, uma ausência fatal de habilidade política: ao invés do gênio de Richelieu e da flexibilidade de Mazarino, havia a irresponsabilidade de Buckingham, a violência de Strafford e o constante pedantismo de Laud. Na Inglaterra, portanto, a tempestade do meio século, que assolou toda a Europa, atingiu a mais instável, maior e mais rígida de todas as cortes, derrubando-a violentamente.

Trevor-Roper, H. R. A Crise Geral do Século XVII. In: Santiago, Theo (org.). *op. cit.*, 1988 p. 154-5.



O tema do Cotidiano e das Mentalidades é, entre nós, ainda recente, mas de modo algum poderia ser esquecido neste manual.

O que seria essa história das mentalidades? Segundo Jacques le Goff, um dos autores que trabalham nesse campo,

o nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da História, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento; é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristovão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum.

(...) A história das mentalidades obriga o historiador a interessar-se mais de perto por alguns fenômenos essenciais de seu domínio: as heranças, cujo estudo ensina a continuidade, as perdas, as rupturas (de onde, de quem, de quando vêm esse hábito mental, essa expressão, esse gesto); a tradição, isto é, as maneiras pelas quais se reproduzem mentalmente as sociedades (...). A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. (Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. "As Mentalidades: uma história ambígua". In: *História. Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 71-2).

Dadas as limitações da presente obra, seria impossível apreender o cotidiano e a mentalidade dos homens da época da transição. Optamos, pois, pela seleção de alguns temas que nos pareceram relevantes e que são pouco abordados pela historiografia tradicional.

Enquanto você lê os textos, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Como Agnes Heller compreende a relação entre ciência e sociedade na época moderna?
2. Para Guinzburg a questão da "circularidade" se explica pelo intercâmbio, em ambas as direções, da cultura popular e da alta cultura. Como esta questão é percebida no texto e de que maneira a cultura popular veio a ser esmagada a partir de meados do século XVI?
3. Normalmente, quando se estuda a civilização do Renascimento e o "século de ouro" da França de Luís XIV (século XVII), dá-se grande ênfase às realizações intelectuais, ao luxo das cortes re-

nascentistas e ao brilho de Versalhes. No entanto, o *outro lado* deste mundo fechado e elitista é relegado a um segundo plano, ou mesmo ignorado. Como esta questão é discutida nos textos de Larivaille, Wilhelm e Van Dulmen?

4. Como se pode observar a evolução dos mecanismos de repressão sexual, a partir dos textos de Rossiaud, Flandrin e Foucault?
5. É possível estabelecer um paralelo entre a crise geral da sociedade européia do século XVII e a intensificação, nesta época, da perseguição às “bruxas”? Explique.
6. A questão da continuidade e da ruptura no que diz respeito à posição da criança na sociedade da Europa Moderna é abordada no texto de Elizabeth Badinter. Por que a autora afirma que, por volta de 1760, verificou-se uma ruptura nesta questão?
7. Até que ponto a vida das cortes renascentistas teria contribuído, de fato, para uma emancipação da mulher?
8. “O veneno é admitido e, por assim dizer, quase recebeu a consagração oficial”. A partir da afirmativa de G. Apollinaire é possível perceber, em relação aos dias de hoje, uma continuidade ou uma ruptura nesta questão? Justifique.
9. A partir do estudo da novela de Firenzuola é possível perceber o cotidiano e a mentalidade da época renascentista? Exemplifique.

## 72. A VIDA COTIDIANA À ÉPOCA DO RENASCIMENTO

Agnes Heller

*A autora do texto abaixo analisa a alteração ocorrida com o Renascimento no que diz respeito à relação entre ciência e vida cotidiana. A dissociação entre ciência e vida comum durante a Idade Média dá lugar a uma erudição menos misteriosa e fechada.*

Durante o Renascimento, a ciência e a erudição, a tecnologia e a arte diferenciavam-se numa medida relativamente pequena da vida cotidiana. Este fato deve ser sublinhado mesmo em comparação com a Idade Média, e particularmente, como é óbvio, no caso da ciência. Na sociedade feudal, a erudição era detida por um grupo social do gênero casta. Constituíam uma prerrogativa da Igreja, tal como a própria filosofia, ou um complexo de conhecimentos e capacidades preservados e praticados por certos membros de estratos sociais bem definidos, se bem que *não de uma maneira profissional* (tal como nos ramos mais científicos das “sete artes liberais”), ou então consistia nos “*mistérios*” da *guilda*, passados de geração em geração, mas apenas entre os iniciados. Assim, a vida cotidiana dos homens — não apenas a vida das massas exploradas, também a de muitos mem-

bro dos estratos dirigentes – encontrava-se completamente “fora da ciência”; esta, e *a magia que ainda não se distinguira dela*, encontravam-se cobertas por um véu de mistério e ainda eram freqüentemente associadas a noções de diabólico e pecaminoso. A vida cotidiana não fazia frutificar esta ciência e, por sua vez, esta não tinha qualquer efeito sobre aquela.

Com o Renascimento tudo isto se alterou radicalmente. Acima de tudo o mais, a dissolução do sistema de ordens sociais liquidou a associação entre a ciência e o privilégio. Deste ponto de vista, a organização da Academia Platônica em Florença constituiu um acontecimento que marcou uma época; era a primeira escola de filosofia independente do velho enquadramento da Igreja e da universidade e, além disso, inteiramente secular e “aberta”, no sentido de que estava em princípio aberta a qualquer homem pensante, pelo menos a todos que pensavam de maneira platônica. O seu patrono, Cosimo de Medici, era pouco instruído nos ensinamentos tradicionais da época. As universidades, e sobretudo a de Pádua, abriam cada vez mais suas portas a jovens cujo nascimento não predestinara para o estudo. Os jovens plebeus, que anteriormente só podiam adquirir conhecimento tornando-se padres, conseguiam-no agora evitando a carreira eclesiástica (juntamente com muitos padres que abandonavam o hábito); a prática da erudição e das artes liberais começou a transformar-se em uma profissão e, lentamente, desenvolveu-se esse novo estrato a que hoje chamamos *intelligentsia*. Deste ponto de vista, o desenvolvimento da divisão social do trabalho de uma sociedade burguesa em ascensão atuou como um estímulo.

Heller, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 124.

### 73. CULTURA POPULAR E CULTURA DOMINANTE

Carlo Guinzburg

*Guinzburg é um dos mais renomados historiadores das “mentalidades”, devido principalmente a duas obras: O Queijo e os Vermes e Os Andarilhos do Bem, ambas já traduzidas. Na primeira, o autor reconstitui o processo de Domenico Scandella, conhecido como Menocchio. Através de um paciente trabalho de dissecação do processo inquisitorial, Guinzburg consegue desembaraçar a teia que nos permite compreender a “circularidade” entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas.*

Muitas vezes vimos aflorar, através das profundíssimas diferenças de linguagem, analogias surpreendentes entre as tendências

que norteiam a cultura camponesa que tentamos reconstruir e as de setores mais avançados da cultura quinhentista. Explicar essas semelhanças como uma mera difusão de cima para baixo significa aderir à tese – insustentável – segundo a qual as idéias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes. Por outro lado, a recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas – a das classes dominantes e a das classes subalternas.

É mais complexa e, em parte, impossível de demonstrar. O estado da documentação reflete, é óbvio, o estado das relações de força entre as classes. Uma cultura quase exclusivamente oral como a das classes subalternas da Europa pré-industrial tende a não deixar pistas, ou então deixar pistas distorcidas. Portanto, há um valor sintomático num caso-limite como o de Menocchio. Ele repropõe, com força, um problema cuja importância só agora se começa a perceber: as raízes populares de grande parte da alta cultura européia, medieval e pós-medieval. Figuras como Rabelais e Bruegel não foram, provavelmente, exceções notáveis. Todavia, fecharam uma época caracterizada pela presença de fecundas trocas subterrâneas, em ambas as direções, entre a alta cultura e a cultura popular. O período subsequente, ao contrário, foi assinalado tanto por uma distinção cada vez mais rígida entre cultura das classes dominantes e cultura artesanal e camponesa quanto pela doutrinação das massas populares, vinda de cima. Podemos localizar o corte cronológico entre esses dois períodos na segunda metade do século XVI, que coincide significativamente com a intensificação das diferenças sociais sob a influência da revolução dos preços. Mas a crise decisiva ocorrera algumas décadas antes, com a guerra dos camponeses e o reino anabatista de Münster. Então se impôs às classes dominantes, de maneira dramática, a necessidade de recuperar, mesmo ideologicamente, as massas populares que ameaçavam escapar a qualquer forma de controle vindo de cima – porém mantendo e até acentuando as distâncias sociais.

Esse renovado esforço de obter hegemonia assumiu formas diversas nas várias partes da Europa; mas a evangelização do campo por obra dos jesuítas e a organização religiosa capilar baseada na família, executada pelas igrejas protestantes, podem ser agrupadas em uma mesma tendência. A ela correspondem, em termos de repressão, a intensificação dos processos contra a bruxaria e o rígido controle dos grupos marginais, assim como dos vagabundos e ciganos. O caso de Menocchio se insere nesse quadro de repressão e extinção da cultura popular.

Guinzburg, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 234.

#### 74. A CONDIÇÃO CAMPONESA NA ITÁLIA RENASCENTISTA

Paul Larivaille

*A questão da mentalidade e do cotidiano está presente no trabalho de P. Larivaille, que procura pôr em evidência os contrastes e paradoxos da Itália renascentista, cuja produção intelectual ainda hoje é motivo de intenso fascínio. No entanto, o mundo dos esquecidos, dos ignorados, enfim, dos excluídos, nem sempre é objeto de discussão. O texto selecionado aborda exatamente um dos ângulos desta questão: o universo camponês e os contrastes entre o mítico e o real.*

A abolição da servidão, o entusiasmo crescente dos cidadãos pelo campo, as idéias sobre a dignidade humana difundida pelo humanismo poderiam levar a pensar *a priori* que os camponeses do Renascimento se tornaram menos infelizes do que os servos da Idade Média, mais livres, mais bem tratados do que haviam sido seus ancestrais. Mas, antes mesmo de evocar as condições ainda mal conhecidas de sua existência cotidiana, um breve panorama da evolução da figura do camponês da literatura italiana da época mostra que, com ou sem liberdade, com ou sem humanismo, as coisas não mudaram muito no que lhe diz respeito.

A partir de Boccaccio e de Petrarca, as descrições idílicas das belezas e dos prazeres do campo não pararam de multiplicar-se, sendo acompanhadas por um número crescente de evocações da simplicidade, da pureza e da salubridade da vida camponesa. O século XV, em particular, é o século da redescoberta de uma poesia pastoril inspirada nas *Bucólicas*, de Virgílio, e da revalorização da écloga.

(...) Talvez apenas Ruzante (antes de 1502-1542), em seu teatro, saberá captar os camponeses ao natural: com sua sensualidade, avareza, reações instintivas, e até as farsas grosseiras, mas também com a indignência física e moral de eternos vencidos da história, empurrados para uma canalhice sem esperança pelas guerras, fomes, pela exploração impiedosa de que são vítimas. Nos outros escritores do Renascimento, o camponês não é mais, de acordo com os casos, do que uma projeção irrealista de suas aspirações e de seus sonhos ou dos seus preconceitos de classe. Assim, ao lado dos míticos pastores enamorados da poesia pastoril e dos (pouco mais verossímeis) camponeses apaixonados de Lourenço, o Magnífico, vê-se alternar na literatura do tempo o “bom cultivador ornado de todas as virtudes úteis aos seus senhores” e as “bestas fedorentas e malfazejas”, saídas diretamente da sátira medieval do vilão. “Esses trabalhadores educados entre os outeiros são de uma incrível malícia”, escreve, em meados do século XV o seríffimo Leon Battista Alberti, numa pas-

sagem que indica bem de que forma os humanistas burgueses consideravam os camponeses quando eles abandonavam seus sonhos bucolicos em favor de realidades mais triviais. (...) Sejam eles acusados ou, por outro lado, idealizados, os retratos que os escritores citadinos traçam dos camponeses não são mais, no fim das contas, do que “o eco de suas próprias ambições”. O rústico que nos é oferecido pela literatura da civilização cortesã e do Renascimento não passa, de acordo com os casos e os gêneros, de um camponês travestido, deformado pelo ódio, pelo desprezo, pelo medo ou pelo interesse do citadino, ou um cortesão travestido de pastor de fantasia, cuja fisionomia, condicionada pelos mitos culturais da moda, tem pouco a ver com as realidades do momento.

Para além desses disfarces literários, as verdadeiras fisionomias dos camponeses italianos do Renascimento, suas condições de existência permanecem ainda relativamente mal conhecidas, apesar do número importante dos estudos em curso. O que se sabe mostra, todavia, que sua vida é, com frequência, tão miserável (se não mais) quanto a das “plebes” citadinas. No sul da península, onde o sistema feudal permanece solidamente implantado, sua situação servil continua sendo a mesma dos séculos precedentes. No centro e no norte, as esperanças nascidas da abolição da servidão desapareceram a partir do momento em que a burguesia das cidades, outrora inimiga dos feudatários, converteu-se também à propriedade fundiária. A partir do fim do século XIII e durante todo o XIV, antigos e novos senhores de terra praticamente retiraram dos camponeses todas as magras vantagens que eles haviam conquistado ou obtido no passado: e isso facilmente, pois as grandes fomes que se sucedem então tornam cada vez mais intoleráveis as condições de vida e põem cada vez mais os camponeses à mercê dos grandes proprietários e dos usuários interessados em seus bens.

Larivaille, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 207-210.

## **75. MISÉRIA E INSEGURANÇA EM PARIS, NO TEMPO DO REI SOL**

Jacques Wilhelm

*Consciente das dificuldades de penetrar, trezentos anos depois, no “segredo dos espíritos e dos corações”, o que Jacques Wilhelm procura com este livro é uma aproximação com o cotidiano e a mentalidade da época. A cidade de Paris, à época de Luís XIV, rei da França entre 1643 e 1715, possuía cerca de 500 mil habitantes e era marcada por violentos contrastes. À vitrine da*

*França, que era Versalhes, contrapunha-se uma Paris onde as contradições do Antigo Regime são facilmente percebidas. O texto em questão nos possibilita uma reflexão sobre “o outro lado” da maior cidade da Europa em fins do século XVII, revelando-nos a miséria e a insegurança da chamada “arraia-miúda”.*

Naquela data praticamente não havia polícia em Paris. A fome de 1661-62 foi responsável por uma grande miséria. Uma *Súplica ao rei dos pobres de Paris* começa assim: “Senhor, os pobres de Paris existem em grande número e estão passando enorme necessidade”. Em 1662, o procurador do rei assinalava “as desordens, assassinatos e roubos que são cometidos, tanto de dia como de noite, nesta cidade e nos *faubourgs*”. Por isso tomaram-se medidas necessárias. Os “soldados dispensados, vadios armados de espadas e mendigos não nativos de Paris” tiveram que deixar a cidade, “sob pena, para os sãos, das galés; para os aleijados, chicote e flor-de-lis (marca de ferro em brasa no ombro); e para as mulheres, chicote e cabeças raspadas publicamente”.

Mas não era fácil vencer a miséria. A indigência evidentemente engendra distúrbios. Houve uma nova escassez em 1666. A menor “emoção” era imediatamente abortada. Por ter dito em voz alta, no mercado, que o trigo tinha encarecido, um homem foi preso e levado ao Châtelet, onde o tenente criminal ato contínuo o condenou ao chicote e ao desterro. La Reynie (tenente-general de polícia encarregado de cumprir as ordens régias) se indignou com tal arbitrariedade, “ainda mais que o homem não havia dito nada que não fosse verdade”. “É novidade”, escreve ele a Pontchartrain (ministro do rei para assuntos ligados, inclusive, à área de segurança), “que um único juiz condene a castigos corporais um burguês domiciliado (...) que é considerado *honnête homme*, com uma fortuna de vinte mil escudos, residente na Rue de la Mortellerie e que tem uma família honesta. Esse caso está dando muito o que falar”. Certamente o fatorial teria sido menor se se tratasse de um biscateiro. Porém, temia-se que uma simples palavra, numa época de escassez, pudesse provocar um tumulto. (...)

Observa-se com prazer que, apesar das dificuldades por que podia passar, a massa dos parisienses não se associou à repressão do poder. Mas o famoso relato, que mostra La Reynie expulsando os bandidos da *Cour des Miracles* antes de mandar destruí-la, é uma imagem de Épinal<sup>1</sup>. Na verdade, havia muitas *Cours des Miracles* nos bairros antigos de Paris, constituídas por conjuntos de casebres onde a polícia não ousava penetrar. A miséria continuava a ser uma chaga incurável, apesar dos esforços notáveis e rudes, conforme os costumes da época, empreendidos por La Reyne e mais tarde por Argenson (que o sucedeu no cargo de tenente-general de polícia). O

número de miseráveis aumentava durante os períodos de escassez, dos quais a capital nem sempre escapou.

Esse número aumentou igualmente na segunda metade do reinado, e não se pode deixar de constatar que o restabelecimento da ordem deve ter sido efêmero. O inverno de 1693-1694 foi terrível. Vindos dos campos vizinhos, os miseráveis invadiram Paris. O preço do trigo triplicou. (...)

A grande escassez de 1709-1710 transformou quase todos os parisienses das classes modestas em uma multidão de mendigos. Castelot publica uma carta de M. de Mircourt ao inspetor-geral das Finanças: "Paris não passa de um teatro de horrores. Em toda parte só se vêem misérias. Os pobres nos sitiam de todos os lados, perturbam o repouso da noite com gritos e soluços, que só interrompem para expirar". Milhares entre eles pereceram durante o inverno, embora no auge da catástrofe se distribuisse nas Tulherias o "pão do rei", enquanto as instituições de caridade serviam sopa. Agravada pela ação criminosa dos especuladores de trigo, a fome foi causa de "emoções" e "tumultos", como então se chamavam as perturbações da ordem. Argenson foi assaltado em uma casa por um bando furioso, que ele não obstante conseguiu acalmar. "Quando o povo está agitado, não se sabe por onde a calma é capaz de penetrar", já observara La Bruyère.

## NOTA

1. Cidade onde o impressor Jean-Charles Pellerin confeccionou, a partir da Revolução, imagens populares que fizeram muito sucesso em toda a França.

Wilhelm, Jacques. *Paris no Tempo do Rei Sol (1660-1715)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 240-242.

## 76. COMIDA E BEBIDA

Richard Van Dulmen

*O autor do texto nos apresenta os hábitos alimentares do século XVI, fazendo referência às festas e banquetes da época, assim como à importância da abundância de comida para a afirmação social da nobreza. Não deixa de ser curioso observarmos determinadas atitudes e comportamentos que ainda podem ser detectados em nossos dias e como os aspectos ligados à questão primeira da sobrevivência, na realidade traduziam as enormes diferenciações sociais.*

Provavelmente nunca se havia vivido com tanta opulência e tanto luxo, nunca se havia comido e bebido tanto, e festejado e di-



vertido de uma forma tão intensa como no século XVI. Isto não significa que comer o suficiente e beber algo fosse normal, pois apesar da ampliação das superfícies de cultivo de cereais, do desenvolvimento das colheitas e das hortas de frutas e hortaliças e do aumento da produção de carne e pescados, os recursos alimentícios eram insuficientes para um população em constante crescimento.

O número de pessoas que mal podiam se alimentar, ou que morriam de fome em consequência de uma má colheita, era grande e seguiu aumentando até a Guerra dos Trinta Anos. O efeito da fome não era, em geral, a morte imediata, mas o enfraquecimento e uma maior propensão às doenças.

A comida cotidiana não era, em nenhum caso, abundante, antes, bem escassa, pelo menos no que se refere às camadas inferiores da sociedade. Com bastante frequência, os pobres deviam ser alimentados pelos municípios e paróquias. As comidas consistiam, na maioria das vezes, em sopas, acompanhadas de pão, queijo e ovos. A bebida não era a água, sendo mais importante o vinho nos países do sul, e a cerveja, que era considerada como um alimento, na Europa central e do norte. A carne, o pescado, as especiarias, o sal e as verduras eram sem dúvida conhecidos, mas seu consumo era considerado um luxo e estava reservado para as grandes ocasiões.

A situação era muito diferente nas camadas mais ricas: a nobreza, a burguesia e os camponeses ricos viam na abundância de comida um sinal de sua posição social, que era necessário mostrar. As festividades, principalmente batizados, casamentos e enterros, eram celebrados com banquetes monumentais, que constituíam um elemento essencial da vida social.

Tais festas costumavam durar horas, e, em não poucas ocasiões, acabavam, para honrar o anfitrião, com a embriaguez total dos convidados.

Numerosos testemunhos manifestam que essas comilanças estavam frequentemente acima das possibilidades econômicas e provocavam a ruína de alguns. Não obstante, a abundância fora da nobreza diminuía sensivelmente a partir dos finais do século XVI.

Van Dulmen, Richard. *Los inicios de la Europa Moderna (1560-1648)*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1984, pp. 191-2. (Tradução dos organizadores).

## 77. A PROSTITUIÇÃO

Jacques Rossiaud

*A análise das mentalidades tem produzido um conhecimento muito mais significativo a respeito de determinados comportamen-*

*tos sociais. Um exemplo disso é o texto de Jacques Rossiaud, que analisa a prostituição nos inícios da época moderna a partir das justificativas dos teólogos. Aceitava-se a existência de prostíbulos como instituições necessárias à manutenção da ordem social. A importância desta instituição pode ser avaliada quando se sabe que os prostíbulos se localizavam ao lado da Igreja e do Palácio do Governo municipal.*

1. As justificativas teológicas da prostituição triunfante datam do século XIII. Quando se afirmou a vitória da Igreja sobre hereges e concubinos, os teólogos mais lúcidos compreenderam perfeitamente que o bem comum da *ordo conjugatorium* não poderia ser concebido sem uma prostituição organizada. Por isso, questionavam sobre a esmola, o benefício, o trabalho e a identidade da prostituta "ideal". Thomas de Chabham, São Tomas, Ptolomeu de Lucca e Durand de Saint-Pourçain não se perguntam sobre um caso de consciência quando falam de fornicação e das meretrizes. A reflexão passa de um a outro permanentemente, e os argumentos em favor da tolerância ganham e se enriquecem. Todos eles distinguem entre a mulher luxuriosa e que busca o prazer (serva do mal) e a pobre estrangeira que trabalha com seu corpo para poder sobreviver, simples receptáculo do ardor inevitável dos solteiros ou das vítimas da concupiscência. Cuidam de definir a fornicação simples, ato cometido com uma prostituta pública que, longe de turvar a ordem sócio-espiritual, pelo contrário, a reforça. Sob a influência destes mestres, a marca (o "sinal de Rahab") aparece como ambivalente: discriminatória, sim, mas também símbolo de uma possível aliança, pois permite reconhecer as mulheres livres realmente, com as quais não há risco de cometer-se pecado de luxúria consumada.

Pouco depois de 1300, a Igreja tolera, em nome do mal menor e destinada aos solteiros, as únicas companheiras lícitas, fomentando a crença de que a união efêmera com elas não é pecado grave, apenas venial, mas guarda-se, por prudência, de manifestá-lo assim explicitamente.

Muito bem; estes caminhos doutrinários e morais decresceram à medida em que a pauperização ganhava terreno. Os cidadãos laicos que, nos bons tempos, não manifestavam muitos escrúpulos com relação à prostituição, adotaram medidas repressivas a fim de conter a gangrena, rapidamente esquecida quando chegaram tempos melhores. O sinal de Rahab, imposto por São Luís, foi, durante muito tempo, tido como infamante, com vistas a dissuadir as mulheres de cair na prostituição.

2. As sucessivas pestes não modificaram estas atitudes. A ruptura se produziu em 1400. Paradoxalmente, e apesar dos áspersos conflitos, as idéias dos laicos e clérigos convergiram. As epidemias correntes e multiplicadas provocaram o desastre. Os trabalhadores

solteiros demoravam a tomar uma mulher, e os turcos derrotavam uma cristandade acabrunhada pelo cisma e pelas guerras intestinas. Italianos, provençais e languedocianos atribuíram o desastre à puerilização dos costumes, e chamaram a atenção sobre o despovoamento. Os atos *contra natura* não foram unicamente denunciados com um vigor cada vez maior, mas também perseguidos e reprimidos com crueldade, enquanto os eclesiásticos sensíveis às obsessões da moral social concluíam um plano de sanções penitenciais que anteriormente eram apenas teóricas. Os defensores do naturalismo ganhavam novos adeptos, invocando J. de Meung e Genius com a finalidade de deixar os vícios e voltar à *Natureza*. Os extremistas cantavam o prazer carnal, o amor livre mas fecundo. Os moderados pensavam na prostituição como um assunto sério que se devia controlar. Os bordéis pareciam não apenas protetores das esposas e das virgens, como apropriados à preparação do matrimônio. A prostituição pública era considerada no espírito dos notáveis como um instrumento de saúde pública, um valor central da ética urbana.

Rossiaud, Jacques. *La Prostitución en el Medievo*. Barcelona, Editorial Ariel, 1986, p. 199-200. (Tradução dos organizadores).

## 78. A SEXUALIDADE: DA DOUTRINA DA IGREJA À REALIDADE DOS COMPORTAMENTOS

Jean-Louis Flandrin

*As modificações ocorridas no comportamento dos casais ao longo dos séculos XIV, XV e XVI podem ser analisadas a partir da profusão de documentos eclesiásticos da época. Tais documentos nos mostram uma vontade de dominar os comportamentos, mas, por outro lado, a sua profusão é bastante indicativa da sua inutilidade: se a proibição fosse eficiente, bastaria proibir uma vez.*

Poucas fontes falaram da sexualidade conjugal com tanto pormenor como os tratados de teologia moral, os recolhimentos dos casos de consciência, os manuais de confissão, etc. É pois destes documentos eclesiásticos que vamos partir, insistindo particularmente nas prescrições que hoje nos são mais estranhas. Procurar-se-á, em seguida, saber em que medida esta literatura nos informa sobre a vida sexual dos casais de antigamente.

No centro da moral cristã há uma desconfiança muito forte em relação aos prazeres carnis, porque eles obrigam o espírito a ficar prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar para Deus. É preciso comer para viver, mas há que evitar o comprazimento nos prazeres

da gula. Do mesmo modo somos obrigados a unir-nos ao outro sexo para ter filhos, mas não devemos prender-nos aos prazeres sexuais. A sexualidade só nos foi dada para reproduzirmos. Utilizá-la para outros fins, por exemplo para o prazer, é abusar dela.

Na nossa sociedade, como em todas as outras, notam os moralistas cristãos, a instituição familiar é a que melhor se adapta à educação dos filhos; e não se pode, aliás, conceber filhos legítimos – isto é, aptos a suceder-nos – senão no casamento legítimo. Toda a atividade sexual exterior ao casamento tem, pois, necessariamente, um outro fim, que não a procriação, e constitui um pecado. Nenhuma é, por isso, permitida. Em geral conhecemos melhor esta proibição do que suas razões teológicas, para já não falar das razões históricas – as quais mereceriam um estudo aprofundado.

Por outro lado – e isto já nos é mais estranho –, a união sexual só era legítima, mesmo no casamento, se fosse levada a bom termo, isto é, para fazer filhos ou para dar ao cônjuge aquilo que lhe tinha sido prometido por contrato de casamento. A estas duas boas razões para a união com o marido ou com a mulher os teólogos acrescentaram, a partir do século XIII, uma terceira, na verdade menos louvável: a intenção de lutar contra um desejo culpabilizado.

Com efeito, São Paulo tinha escrito aos coríntios:

Penso que é bom para o homem que não toque em nenhuma mulher. Contudo, para se evitar a impudícia, que cada um tenha a sua mulher e que cada mulher tenha o seu marido. Que o marido proporcione à mulher o que lhe deve, e que a mulher atue do mesmo modo para com o marido (I Cor. VII, 1-3).

O casamento era, assim, um remédio que Deus deu ao homem para se preservar (...).

A maior parte dos teólogos antigos julgava, enfim, que os esposos que se uniam ao respectivo cônjuge por prazer cometiam também um pecado mortal. É verdade que há sempre um momento em que o prazer brutal que é o prazer sexual invade todo o campo da consciência.

(...) Seria necessário esperarmos por Thomas Sanchez, na passagem do século XVI para o século XVII, para ouvirmos um outro discurso e descobrirmos outra problemática. Os esposos – diz – que, sem intenção especial, procurem “apenas unir-se como esposos” não cometem pecado. Desde que, naturalmente, nada façam para impedir a procriação, a qual continua a ser o objetivo essencial do ato sexual. Já não é a procura do prazer que é condenada: é a procura do “prazer apenas”; por outras palavras, relações sexuais voluntariamente amputadas da sua virtude procriadora.

Enquanto as relações sexuais não tiveram outra razão de ser senão a procriação era evidente que qualquer operação contraceptiva ou abortiva era culpável. À medida que as justificações do ato con-

jugal se multiplicavam, a condenação dessas operações tornou-se mais explícita. (...)

A partir do século XVI, parece-me — mas conviria estabelecê-lo mediante uma pesquisa mais sistemática —, que os teólogos exortam os esposos a não recearem ter demasiados filhos. (...) No fim da Antiguidade e no princípio da Idade Média, pelo contrário, eram incitados a deixarem de se unir carnalmente logo que a sua descendência estivesse assegurada. As famílias numerosas nem sempre foram um ideal cristão. (...)

Definido como conduta racional e regada por oposição ao comércio apaixonado dos amantes, o comércio conjugal só era lícito em tempo e lugar oportunos.

Eram impróprios para a cópula todos os dias de jejum e de festa; os períodos de impureza da esposa, a saber, em cada mês, durante o período menstrual, e durante uns quarenta dias depois de cada parto; finalmente, os períodos de gravidez e de aleitamento. Mas muitas coisas mudaram do fim da Antiguidade aos nossos dias, em matéria de continência periódica.

(...) A nova atenção à salvaguarda da criança conduziu, aliás, cada vez mais, teólogos dos séculos XVI, XVII e XVIII a proibirem as relações conjugais durante o período de aleitamento (...).

Por outro lado, os dias de festa e de abstinência, que eram cerca de 273 no século VIII, não são mais que 120 a 140 no século XVI. E enquanto que durante a alta Idade Média, a continência era prescrita sob pena de pecado grave, no fim da Idade Média e nos tempos modernos ela é apenas aconselhada.

Pelo contrário, as cópulas em locais públicos ou sagrados foram proibidas sob penas mais pesadas que no passado. Isso deverá relacionar-se, sem dúvida, com um aumento do pudor, por um lado, e, por outro, com um sentido mais vivo do caráter sagrado dos lugares eclesiásticos, na própria altura em que o sentido da sacralidade dos dias de festa e de abstinência parece ter enfraquecido.

A união conjugal devia, além disso, efetuar-se conforme a posição dita natural: a mulher deitada de costas e o homem por cima dela. Todas as outras posições eram tidas por escandalosas e “contra-natura”. A que se designava *retro* ou *more canino* era contra-natura porque era característica da cópula dos animais. A posição *mulier super virum* era contrária à natureza dos sexos masculinos e feminino, já que a mulher era “por natureza” passiva e o homem ativo. Ora, nesta posição, “quem não vê que a mulher age e o homem aguenta?”, dizia Sanchez. (...), de um modo geral, todas essas “posições contra-natura” pareciam características da procura de um prazer tão excessivo como estéril.

Flandrin, Jean-Louis. A vida sexual dos casais na antiga sociedade: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: Ariès, Ph. e Béjin, A. (org.). *Sexualidades Ocidentais*. Lisboa, Contexto, 1984, pp. 111-7.

## 79. A REPRESSÃO SEXUAL NA EUROPA MODERNA

Michel Foucault

*No final do período Moderno assiste-se a uma mudança no que tange às questões envolvendo a sexualidade, o que é identificável por Foucault como sendo uma repressão própria das sociedades burguesas. A colocação do sexo em discurso significa um rompimento sensível com o período anterior (ver o texto de Flandrin).*

Século XVII: Seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivessemos completamente liberados. Denominar o sexo a partir desse momento, seria mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura.

(...) Consideremos a evolução da pastoral católica e do sacramento da confissão, depois do Concílio de Trento. Cobre-se, progressivamente, a nudez das questões que os manuais de confissão da Idade Média formulavam e grande número daquelas que eram correntes no século XVII. Evita-se entrar nessa enumeração que, durante muito tempo, alguns, como Sanchez ou Tamburini, acreditaram ser indispensável para que a confissão fosse completa: posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, toques, momento exato do prazer – todo um exame minucioso do ato sexual em sua própria execução. A discrição é recomendada cada vez com maior insistência. Quanto aos pecados contra a pureza é necessário maior reserva: “Essa matéria assemelha-se ao breu que, qualquer que seja a maneira de manuseá-lo, mesmo que para jogá-lo longe, ainda assim mancha e suja, sempre”.

(...) Pode-se muito bem policiar a língua, mas a extensão da confissão e da confissão da carne não pára de crescer. Pois a Contra-Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual, porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência – em detrimento, talvez, de alguns outros pecados – a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, em detalhe, no jogo da confissão e na direção espiritual. O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas

correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra, um devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal-afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito.

(...) Este projeto de uma “colocação do sexo em discurso” formara-se há muito tempo, (...). O século XVII fez dele uma regra para todos. (...) Coloca-se um imperativo: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas. A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo intermediário da palavra. A interdição de certas palavras, a decência de certas expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil.

(...) É preciso não esquecer que a pastoral cristã, fazendo do sexo aquilo que por excelência devia ser confessado, apresentou-o sempre como um enigma inquietante: não o que se mostra obstinadamente mas o que se esconde em toda parte, presença insidiosa que se corre o risco de ouvir porque fala em voz tão baixa e muitas vezes disfarçada. O segredo do sexo não é, sem dúvida, a realidade fundamental em relação à qual se dispõem todas as incitações a falar de sexo – quer tentem quebrá-lo quer o reproduzam de forma obscura, pela própria maneira de falar. Trata-se, ao contrário, de um tema que faz parte da própria mecânica dessas incitações: maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo.

Foucault, Michel. Nós, vitorianos. In: *História da Sexualidade – I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, Cap. 1, pp. 21-4 e 36.

## 80. A OBSESSÃO DAS BRUXAS NA EUROPA DOS SÉCULOS XVI E XVII

H. R. Trevor-Roper

*Neste texto, Trevor-Roper nos revela a intensificação de um fenômeno social bastante revelador da mentalidade do homem “moderno”: a expansão da caça às “bruxas” no século XVII e a*

*permanente questão do anti-semitismo na Europa, sobretudo em épocas de crise. O autor observa, ainda, que os "bodes expiatórios" ideais variavam de acordo com as especificidades sociais de cada parte do continente, mas que havia um denominador comum que "justificava" as perseguições: o inconformismo social de cada uma das minorias, fossem "bruxas", judeus, mouros, ciganos, etc. Em seu livro, em passant, após analisar detalhadamente a perseguição às comunidades judaicas na Alemanha e, em particular, na Baviera, Trevor-Roper lembra-nos que foi esta região alemã o berço do movimento nazista. (p.112)*

A semelhança entre a perseguição aos judeus e a perseguição às bruxas, que atingiu o seu auge ao mesmo tempo em locais diferentes, sugere uma vez mais que a pressão que se encontrava por detrás de ambas era de ordem social. A bruxa e o judeu representam ambos o inconformismo social. De início, ambos são perseguidos esporadicamente, sem que se apresentem grandes razões: pela antiga lei da Igreja a bruxa não era condenada e o judeu, na sua qualidade de incréu, não lhe estava sujeito. Inventam-se depois argumentos legais para justificar essa perseguição: redefinindo os termos no caso da bruxa, batizando compulsivamente o judeu, torna-se assim possível uma acusação de heresia. Finalmente, quando essa acusação já não convém, deixa de ser usada. A bruxa, como veremos, é perseguida simplesmente porque "é bruxa", o judeu porque "é judeu", por razões não de fé, mas de sangue, por falta de *limpieza de sangre*. Portanto, as razões variam, mas a perseguição continua: o que prova claramente que a verdadeira razão vai mais fundo que a razão apresentada.

Por outro lado, por vezes parece que estes dois tipos de inconformismo social são intersubstituíveis. Nos períodos de intolerância, e de introversão, a sociedade cristã, tal como qualquer outra sociedade, procura bodes expiatórios. O judeu e a bruxa prestam-se igualmente para desempenhar esse papel, mas a sociedade decide-se pelo que está mais à mão. Os dominicanos, uma ordem internacional, odeiam-nos a ambos; mas enquanto nos Alpes e nos Pirineus perseguem as bruxas, em Espanha concentram-se nos judeus. O que não quer dizer que não haja bruxas em Espanha. (...) Os inquisidores espanhóis tinham muitos judeus e mouros com que se ocupar e pouco tempo lhes sobrava para as bruxas (...)

Na Alemanha, por outro lado, a ordem das prioridades era inversa. Fora das regiões alpinas, as bruxas quase não foram perseguidas no século XIV e princípios do século XV; foram esses os anos dos terríveis pogroms anti-judaicos. Por volta de 1450, os inquisidores começaram a estender a caça às bruxas à região do Reno, sendo esse o objetivo imediato do *Malleus*.<sup>1</sup> No século XVI, a bruxa substitui gradualmente ao judeu, e, no século XVII, essa inversão é quase total. Se na Alemanha o bode expiatório universal da Peste



Negra fora o judeu, o bode expiatório universal das Guerras Religiosas será a bruxa.

## NOTA

1. *Malleus* – Tratado escrito por Krämer e Sprenger em 1486, considerado a primeira grande enciclopédia impressa de demonologia.

Trevor-Roper, H. R. “A Obsessão das Bruxas na Europa dos Séculos XVI e XVII”. In: *op. cit.*, pp. 73-8.

## 81. A CONDIÇÃO DA CRIANÇA ANTES DE 1760

Elizabeth Badinter

*O tema da infância tem despertado um grande interesse por parte dos historiadores que se preocupam com o cotidiano e com as questões referentes às estruturas mentais. Neste texto, Elizabeth Badinter nos oferece uma chave para a compreensão do espaço reservado à criança nas sociedades “modernas”, observando que é em meados do século XVIII que se verifica uma ruptura a qual vem a ser decisiva na emergência de toda uma gama de novos sentimentos em relação à criança.*

Por que 1760? Pode surpreender a indicação de uma data tão precisa para a modificação das mentalidades. Como se de um ano para outro tudo se tivesse modificado. Não foi esse o caso, e Philippe Ariès mostrou que foi necessária uma longa evolução para que o sentimento de infância realmente se arraigasse nas mentalidades. Estudando muito cuidadosamente a iconografia relacionada com o assunto, a pedagogia e os jogos infantis, Ariès concluiu que, a partir do início do século XVII, os adultos modificam sua concepção de infância e lhe concedem uma atenção nova, que não lhes manifestavam antes. Essa atenção dada à criança, porém, não significa ainda que se lhe reconheça um lugar tão privilegiado na família que faça dela o seu centro.

Ariès teve o cuidado de observar que a família do século XVII, embora diferente da medieval, ainda não é o que ela chama de família moderna, caracterizada pela ternura e a dignidade que ligam os pais aos filhos. No século XVII, a sociedade monarquista ainda não reconheceu o reinado do Menino-Rei, centro do universo familiar. Ora, é esse reinado da criança que começa a ser ruidosamente celebrado nas classes ascendentes do século XVIII, por volta dos anos 1760-1770.

Data dessa época o aparecimento de uma floração de obras que concitam os pais a novos sentimentos e particularmente a mãe ao amor materno. É certo que o médico parteiro Philippe Hecquet, desde 1708, Crousaz, em 1722, e outros, já haviam feito a lista dos deveres da boa mãe. Mas não foram ouvidos pelos contemporâneos. Foi Rousseau, com a publicação de *Emile*, em 1762, que cristalizou as novas idéias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. Veremos que depois do *Emile*, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe as suas implicações.

Antes daquela data, a ideologia familiar do século XVI, em descenso nas classes dominantes, ainda sobrevivia nos demais estratos sociais. A acreditar não só na literatura, na filosofia e na teologia da época, mas também nas práticas educativas e nas estatísticas de que hoje dispomos, a criança na realidade, tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro trans-torno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta.

Badinter, Elizabeth. *Um Amor conquistado. O Mito do Amor Materno*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 53-4.

## 82. A MULHER NA ÉPOCA DO RENASCIMENTO

Jean Delumeau

*Tal como a criança, também a mulher experimenta uma "reabilitação" de sua posição na época moderna. Na realidade, ao longo do período medieval já se pode observar esta modificação: a mulher progressivamente vai deixando de ser Eva para tornar-se Maria. Obviamente que estas modificações são mais sensíveis entre as classes dominantes em primeiro lugar. O significativo é que o que o autor denomina "reabilitação" não apresenta ainda a força de uma emancipação feminina, pois pode-se perceber claramente o lado "machista" da sociedade de corte.*

O novo lugar dado à mulher, pelo menos no escalão superior da sociedade, explica-se, especialmente, pelo desenvolvimento da vida das cortes. A reabilitação da mulher operou-se a partir do momento em que se começou a ter tempo para conversar. Ora o Renascimento permitia aos grandes o prazer da conversa.

Portanto, as damas que freqüentavam as residências dos príncipes não eram menos obrigadas que os homens a "saber o Corte-

são''. De fato, o livro de Castiglione – que tinha a forma dialogal – dedica longos trechos à *donna di palazzo*. Os intervenientes que exprimem o pensamento do amigo de Rafael afirmam, tal como Bramante, que nenhuma corte pode passar sem o enfeite e a graça do elemento feminino. Nenhum fidalgo terá gosto pela vida ou coragem nos exercícios de cavalaria se não tiver as damas no pensamento. A sua conversa será imperfeita sem as encantadoras respostas do sexo oposto. A *donna di palazzo* deve, sem dúvida, possuir certas qualidades do fidalgo; mas, mais, deve distinguir-se dele pela feminilidade. Cabe-lhe ser bela, doce, delicada e, naturalmente, graciosa. Cuidará da modéstia de conduta e da honestidade das palavras mais ainda que os homens; será discreta e bondosa. Não dará estímulo a maledicências nem calúnias. Para conservar o seu lugar na vida da corte terá de possuir aquela *affabilità piacevole* – um misto de graça, de gentileza, de cortesia – que lhe permite saber dizer a cada um palavras que especialmente lhe agradem. Se na sua presença alguém disser palavras um pouco mais livres não deverá afastar-se ostensivamente, atitude que poderia parecer hipócrita; limitar-se-á a corar um pouco. E também não permitirá utilizar palavras impróprias para dar mostras de espírito emancipado; do mesmo modo não tomará atitudes vulgares. Quando dançar, evitará movimentos excessivos ou desordenados. Quando cantar ou tocar música, escolherá melodias harmoniosas e moderadas em vez de peças mais ousadas. De resto, far-se-á sempre um pouco de rogada antes de aceder a dançar, cantar ou tocar música. Estabelecerá uma correspondência a sua beleza, o seu vestuário, as suas palavras e os seus gestos. Não só terá de saber dançar e receber visitas como terá conhecimentos de literatura, de pintura e de música; se os não tivesse, não poderia desempenhar o seu papel.

Delumeau, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Estampa, 1984, v. II, p. 90-1.

### 83. A VIOLÊNCIA DOS COSTUMES NA ITÁLIA DO SÉCULO XV

Guillaume Apollinaire

Mais uma vez podemos nos reportar à expressão de J. Delumeau, “o Renascimento é um oceano de contradições”, pois o texto de Apollinaire nos revela a naturalidade com que os “grandes” da época encaravam o envenenamento dos possíveis inimigos. É esta mesma época que produz “O Cortesão”, de Castiglione, sugerindo ser de bom tom que os fidalgos desenvolvessem a fineza no trato, ao traçar o retrato ideal do “perfeito homem da corte”. Ci-

tando, ainda, Maquiavel, o autor nos lembra que a Itália renascentista e seu quotidiano serviram de inspiração para "O Príncipe".

Para compreender a história dos Bórgia – e, em geral, a da Itália nos inícios do século XVI –, é indispensável conhecer a violência dos costumes dessa época.

O veneno faz parte da família: é empregado a cada instante e sobretudo fora de lugar. As leis repressivas se haviam familiarizado com esse modo de assassinato, a ponto de não se punir o envenenamento senão quando houvesse afetado a um grupo ou uma coletividade. O veneno é admitido e, por assim dizer, quase recebeu a consagração oficial. (...) Não se concedia a esses costumes a reprovação indignada que experimentamos ante o crime dissimulado, covarde e ferozmente inexorável: isso seria somente sentimentalismo inútil, ou um erro, já que a época era assim e esses costumes a caracterizavam naturalmente.

Leia-se *O Príncipe*, esse capítulo admirável da história da Itália, no século XVI, que Maquiavel escreveu. Releia-se sobretudo a última parte, que é o comentário mais profundo, mais sintético e mais tragicamente verdadeiro da história italiana durante a epopéia dos Bórgia.

(...) Por isso, a obra de Maquiavel não é somente um tratado teórico, mas um documento precioso e indiscutível, e se o livro não tem nenhum escrúpulo moral nem humanitário, não é porque "Maquiavel fosse uma espécie de monstro, mas simplesmente porque refletiu sua época: "adequou sua política aos tempos". (...)

A vida humana não tem valor. Sua supressão é considerada como um meio de alcançar tal ou qual fim e não como um crime abominável. São conhecidas pessoas que matam por dinheiro. São assassinos profissionais, como outros são açougueiros e com menos riscos. "Aqui em Nápoles – escreve Pontano – nada custa menos que a vida de um homem."

Apollinaire, Guillaume. *La Roma de los Borgia*. Barcelona, Icaria, 1981, p. 7-10. (Tradução dos organizadores).

#### 84. PELO PRAZER DE TRAIR – UMA NOVELA RENASCENTISTA

Agnolo Firenzuola

A obra de Agnolo Firenzuola (1493-1543), escritor e humanista renascentista, destaca-se por seu refinamento lingüístico e estilístico e desfrutou de enorme popularidade na época. O texto selecionado faz parte de sua coleção inacabada de novelas: *Ragiona-*

menti d'amore (*Discursos sobre o Amor*), escrita em 1552, onde é possível perceber uma clara influência do *Decamerão*, de Boccaccio, obra escrita duzentos anos antes.

Firenzuola conseguiu espelhar a realidade social, o cotidiano e a estrutura mental dos homens e mulheres da época renascentista. O individualismo, o sensualismo e o hedonismo são alguns traços de uma cultura que influenciou em larga escala não apenas a temática de Firenzuola (e outros autores da época), como também a construção do perfil psicológico dos personagens.

A novela selecionada é ambientada em Florença, muito provavelmente o principal centro intelectual da Itália renascentista e nos apresenta alguns tipos que possuem características universais: o rico burguês que só se interessa por seus negócios, sua esposa puríssima que aguarda uma oportunidade, um jovem inescrupuloso que não mede esforços para atingir seus fins (e aqui a influência de Maquiavel está presente), etc.

Por último, lembramos que através do texto literário é possível perceber o cotidiano e a mentalidade de uma determinada sociedade. Esta a razão de encerrarmos este tema com o texto que se segue. Vamos a ele.

À época de nossa história, alguns anos atrás, viviam em Florença quatro pessoas cujos destinos viriam a entrelaçar-se em uma dupla intriga.

Primeiro, havia Agnoletta, mulher do rico mercador Girolamo Cambrini, incontestavelmente a mais bela mulher nesta cidade de belezas. Mas toda rosa tem um espinho, e Agnoletta era, também incontestavelmente, a mais virtuosa esposa dentro dos muros da cidade. Ela não reprimia os galanteios e as investidas dos galanteadores – simplesmente os ignorava. No entanto, Agnoletta tinha profunda admiração pelos príncipes da Igreja, uma ternura que às vezes mexia com ela, quando na presença de um bispo.

Depois, havia em Florença, um padre, sem dúvida o mais abençoado homem de todo o clero. De fato, Mestre Pietro vinha de nobre família e tinha, além das devidas bênçãos, juventude, simpatia e riqueza. Entre suas posses havia uma abadia, e por isso ele era chamado de abade.

Em seguida havia a criada de Agnoletta, Laldomina, uma adorável e alegre donzela que ocupava uma posição intermediária entre dois níveis de serviços – era uma confidente, mas não pertencia à nobreza; era uma empregada, não exatamente uma criada.

Finalmente, havia Carlo Sasetti, um atraente e jovem gentil-homem que ardia de desejo por Laldomina.

Ah, sim, havia também Girolamo Cambrini, um homem arrogante e frio, que considerava sua mulher um excelente ornamento

Mas certo dia ele montou em seu cavalo e partiu para Pisa a negócios — e assim saiu de nossa história.

Bem, Laldomina vinha se comportando de maneira um tanto peculiar nas últimas semanas, e Carlo notou isso. Toda vez que cruzava no caminho com o abade, ela parecia assumir um andar voluptuoso: sorria, ria e falava de maneira estranhamente nervosa. Carlo não podia adivinhar que ela assim agia por instrução de sua ama, a qual, após a partida do marido, tivera uma súbita inspiração.

Assim, Carlo a desejava ainda mais, e, postando-se certo dia, ao crepúsculo, em frente à casa dos Cambrini, viu Laldomina descendo as escadas com uma vela na mão. Num sussurro, ele a chamou pela janela. Ela perguntou quem era.

— Seu pretendente, que suspira por um olhar —, disse Carlo.

— Não tenho pretendente. Vá embora, descarado miserável!

Carlo teve então a idéia de sussurrar que era o abade e tinha grande necessidade de abrir o coração para ela. Falava de forma tão sedutora que a moça quase se deixou convencer. Mas alguma dúvida permaneceu.

— Não posso vê-lo no escuro. Mas saberei que você está dizendo a verdade se, digamos, amanhã às três da tarde passar em frente a nossa porta e assoar o nariz com este lenço. — E entregou-lhe um lenço de seda bordado de negro. — Se você for quem diz, poderemos conversar, *conversar*, amanhã à noite.

Ela fechou a janela e correu para contar o sucedido a sua ama, que recebeu a notícia com a maior das alegrias e agradeceu à jovem com mil beijos.

Carlo, por sua vez, foi para casa perguntando a si mesmo como se metera em tal confusão. Como fazer o abade assoar o nariz exatamente às três da tarde? E assim foi até seu amigo Agnolo Firenzuola e pediu ajuda.

Agnolo riu, prometeu-lhe que encontraria uma saída, apanhou o lenço e saiu. Ele estava tão seguro que Carlo não queria acreditar. Na verdade, Agnolo era muito amigo do abade. Pouco antes das três da tarde, ele convenceu o abade a dar uma volta com ele e, quando estavam em frente à casa dos Cambrini disse-lhe:

— Há um cisco em seu nariz; tome, limpe-o com meu lenço.

Naquela noite, Laldomina chegou até a janela sem trazer vela alguma e silenciosamente, no escuro, admitiu Carlo. Assim que a porta se fechou, ele a tomou nos braços e tentou beijá-la. Ela se libertou, dizendo:

— Não! Nenhum ruído até que Madona esteja na cama, dormindo. — E retirou-se para falar com sua ama.

Uma cama com lençóis do mais fino linho estava preparada num quarto no andar de baixo. Quando a moça retornou, tomou Carlo pela mão, guiou-o até lá, disse-lhe para tirar a roupa e retirou-

se. Do quarto ao lado, apareceu Madona Agnoletta, vestindo um delicioso perfume, nada mais.

Na cama, Carlo abraçou seu corpo escultural com toda a volúpia que uma mulher possa desejar. Agnoletta surpreendeu-se, pois seria de esperar um pouco mais de delicadeza de um abade – que ela jamais imaginara fosse tão libertino. Mas o que ouvem os amantes? Não as vozes um do outro, e sim o pulsar de seus próprios corações. O que encontram os amantes um no outro? Apenas o que esperam encontrar, aquilo que suas imaginações disseram que ali estaria. Assim, Agnoletta encontrou o homem apaixonado que previra estaria sob as maneiras distantes do padre e Carlo descobriu uma graça insuspeitada oculta sob os medos tímidos de Laldomina.

Não consigo deixar de rir quando penso em tudo isso. Havia um sabor especial na relação dos três – quatro, se o abade soubesse algo sobre a trama. No fundo de seu coração, cada um deles se deliciava por ter enganado o outro tão completamente.

Extraído de *Ragionamenti d'Amore*, de Agnolo Firenzuola, 1552.

---

## BIBLIOGRAFIA

---

- Anderson, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto, Afrontamento, 1982.
- Antologia Humanística Alemã. Porto Alegre, Globo, 1972.
- Apollinaire, Guillaume. *La Roma de Los Borgia*. Barcelona, Icaria, 1981.
- Ariès, Ph. e Béjün, A. (org.). *Sexualidades Ocidentais*. Lisboa, Contexto, 1984.
- Badinter, Elizabeth. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico, na época de Filipe II*. Lisboa, Martins Fontes, 1983, v.I.
- Brecht, Bertolt. *A Vida de Galileu*. São Paulo, Abril, 1977.
- Bruno, Giordano. *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos*. 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- Burckhardt, Jacob. *A Civilização da Renascença Italiana*. Lisboa, Presença, s/d.
- Chevallier, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Rio de Janeiro, Agir, 1976.
- Conte, Giuliano. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- Cortês, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
- Dantas, San Tiago. *Dom Quixote – Um apólogo da alma ocidental*. In: *Cadernos da UNB*, Brasília, Editora da UNB, 1979.
- Delumeau, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Estampa, v. II, 1984.
- Delumeau, Jean. *La Reforma*. Barcelona, Editorial Labor, 1973.
- Deyon, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
- Dias, J. S. da Silva. *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*. Lisboa, Presença, 1982.
- Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- Elliot, J. H. *O Velho Mundo e o Novo 1492-1650*. Lisboa, Editorial Quercus, 1984.
- Emerico, Nicolau. *O Manual dos Inquisidores*. Lisboa, Edições Afródite, 1972.



- Espinoza, Fernanda. *Antologia de Textos Históricos Medievais*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976.
- Falcon, Francisco José C. "Introdução à História Moderna". In: ————. *Contacto. Humanidades*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 13/mar/77.
- Febvre, Lucien. *Martinho Lutero: Um destino*. Lisboa, Bertrand, 1976.
- Fernandes, Florestan. *Marx/Engels*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1984.
- Firenzuola, Agnolo. *Ragionamenti d'amore*.
- Foucault, Michel. *História da Sexualidade – I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Grazi.
- Freitas, Gustavo de. *900 Textos e Documentos de História*. Lisboa, Plátano Editorial, s/d.
- Gothier, L. e Troux, A. *Les Temps Moderns*. Liège, H. Dessin, 1959.
- Guinzburg, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Heckscher, Eli F. *La Epoca Mercantilista*. México, Fondo de Cultura, 1943.
- Heller, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Hobsbawm, Eric J. "A crise geral da economia europeia no século XVII" In: Santiago, Theo. (org.). *Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo, Contexto, 1988.
- Ibañez, A. H. *Antología del Renacimiento a la Ilustración*. México, Universidad Autónoma de México, 1972.
- Le Goff, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa, Gradiva, s/d.
- Larivaille, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Lublinskaya, A. D. La teoria de la Revolución Política General en la Europa del Siglo XVII. In: ————. *La crisis del Siglo XVII y la sociedad del absolutismo*. 2ª ed., Barcelona, Critica Grijalbo, 1983.
- Maquiavel, Nicolau. *A Mandrágora*. São Paulo, Abril, 1976.
- Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Lisboa, Europa-América, 1976.
- Marx, Karl. *O Capital*. México, Fondo de Cultura, 1975, livro I.
- Miskimin, Harry. *A Economia do Renascimento Europeu*. Lisboa, 1984.
- Morineau, Michel. *O Século XVI (1492-1610)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.
- Morus, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.
- Mullet, Michael. *A Contra-Reforma*. Lisboa, Gradiva, 1985.

- Novais, Fernando A. "A Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica". In: *IV Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1967.
- Pigafetta, António. *A Primeira Viagem ao Redor do Mundo*. Porto Alegre, L & PM, 1985.
- Pillorget, Suzanne. *Apogeu e Declínio da Sociedade de Ordens* (1610-1787). Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.
- Polanyi, Karl. *A Grande Transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- Pomer, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- Poulantzas, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Porto, Portucalense, 1971.
- Romano, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- Rossiaud, Jacques. *La Prostitución en el Medievo*. Barcelona, Editorial Ariel, 1986.
- Saavedra, Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- Santidrián, Pedro R. *Humanismo y Renacimiento*. Madrid, Alianza Editorial, 1982.
- Sécondat, Charles de. *Barão de Montesquieu. Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1966.
- Sergio, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.
- Sevcenko, Nicolau. *O Renascimento*. 5ª ed., São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- Shakespeare, William. *Macbeth*. Rio de Janeiro, Aguillar, 1969, v. I.
- Trevor-Roper, H. R. *A Crise Geral do Século XVII*. In: Santiago, *op. cit.*
- Trevor-Roper, H. R. *Religião, Reforma e Transformação Social*. Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- Van Bath, B. H. Slicher. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.
- Van Dulmen, Richard. *Los inicios de la Europa Moderna (1560-1648)*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1984.
- Vazquez de Prada, Valentim. *História Econômica Mundial – I. Das Origens à Revolução Industrial*. Porto, Livraria Civilização Editora, 1977.
- Xirau, Ramón. *Idea y querella de la Nueva España*. Madri, Alianza, 1973.
- Wilhelm, Jacques. *Paris no Tempo do Rei Sol (1660-1715)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Xirau, Ramón. *Idea y querella de la Nueva España*. Madrid, Alianza, 1973.